

**XII CONGRESSO NACIONAL
DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA**

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos
Em Homenagem a Othon Moacyr Garcia*

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(de 25 a 29 de agosto de 2008)

**Cadernos do CNLF
Vol. XII, N° 12**

ANÁLISE DO DISCURSO II

**Rio de Janeiro
CiFEFiL
2009**

ANÁLISE DO DISCURSO II

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE LETRAS**

Reitor

Ricardo Vieiraves de Castro

Vice-Reitora

Maria Christina Paixão Maioli

Sub-Reitora de Graduação

Lená Medeiros de Menezes

Sub-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

Sub-Reitora de Extensão e Cultura

Regina Lúcia Monteiro Henriques

Diretora do Centro de Educação e Humanidades

Glauber Almeida de Lemos

Diretor da Faculdade de Formação de Professores

Maria Tereza Goudard Tavares

Vice-Diretor da Faculdade de Formação de Professores

Catia Antonia da Silva

Chefe do Departamento de Letras

Márcia Regina de Faria da Silva

Sub-Chefe do Departamento de Letras

Leonardo Pinto Mendes

Coordenador de Publicações do Departamento de Letras

José Pereira da Silva

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Rua São Francisco Xavier, 512 / 97 – Mangueira – 20943-000 – Rio de Janeiro – RJ
eventos@filologia.org.br – (21) 2569-0276 – www.filologia.org.br

DIRETOR-PRESIDENTE

José Pereira da Silva

VICE-DIRETORA

Cristina Alves de Brito

PRIMEIRA SECRETÁRIA

Délia Cambeiro Praça

SEGUNDO SECRETÁRIO

Sérgio Arruda de Moura

DIRETOR CULTURAL

José Mario Botelho

VICE-DIRETORA CULTURAL

Antônio Elias Lima Freitas

DIRETORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Valdênia Teixeira de Oliveira Pinto

VICE-DIRETORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Maria Lúcia Mexias-Simon

DIRETORA FINANCEIRA

Ilma Nogueira Motta

VICE-DIRETORA FINANCEIRA

Carmem Lúcia Pereira Praxedes

DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Amós Coêlho da Silva

VICE-DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Alfredo Maceira Rodríguez

ANÁLISE DO DISCURSO II

**XII CONGRESSO NACIONAL
DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA
de 25 a 29 de agosto de 2008**

COORDENAÇÃO GERAL

*José Pereira da Silva
Cristina Alves de Brito*

COMISSÃO ORGANIZADORA E EXECUTIVA

*Amós Coêlho da Silva
Ilma Nogueira Motta
Maria Lúcia Mexias Simon
Antônio Elias Lima Freitas*

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE APOIO

*José Mario Botelho
Valdênia Teixeira de Oliveira Pinto
Sílvia Avelar Silva*

COMISSÃO DE APOIO ESTRATÉGICO

Laboratório de Idiomas do Instituto de Letras (LIDIL)

SECRETARIA GERAL

Sílvia Avelar Silva

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 0. Apresentação – <i>José Pereira da Silva</i> | 07 |
| 1. A construção da imagem de membros adolescentes e/ou jovens do ORKUT – uma análise discursiva dos perfis – <i>Kelly Christine Lisboa Diniz</i> | 09 |
| 2. A retórica ciceroniana no discurso em defesa de Cluêncio – <i>Lara Barreto Corrêa</i> | 17 |
| 3. Catadores de materiais recicláveis: discursos sobre a atividade de trabalho – <i>Dayala Vargens</i> | 24 |
| 4. Da referência à referencição – <i>Vanda Cardozo de Menezes</i> 37 | |
| 5. Estudos da tradução e Análise do Discurso: diálogos possíveis – <i>Giovana Cordeiro Campos</i> | 45 |
| 6. Língua(gem), mola propulsora? – <i>Regina Fernandes Costa</i> | 56 |
| 7. Metaforização do item até: um estudo funcional-discursivo – <i>Christiana Lourenço Leal</i> | 63 |
| 8. O aposto na (re)construção de referentes – <i>Solange Passos Masson</i> | 76 |
| 9. Procedimentos linguísticos de inscrição do locutor no enunciado – <i>Lygia Maria Gonçalves Trouche</i> | 92 |
| 10. Referencição e nomes próprios modificados – <i>Ana Lúcia Monteiro Ramalho Poltronieri Martins</i> | 106 |

ANÁLISE DO DISCURSO II

11. Relação entre verbos *dicendi* e discursos relatados – *Cleidiene Novais Ferreira* 124
12. *Topoi* e memória discursiva: proposta de articulação a partir de exemplos do pronunciamento de posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – *Augusta Porto Avalle* 144

APRESENTAÇÃO

Temos o prazer de apresentar-lhe os quinze textos resultantes dos trabalhos apresentados no XII Congresso Nacional de Linguística e Filologia, nos dias 27 e 29 de agosto de 2008, relacionados ao tema “Léxico e Semântica”, em que os artigos numericamente relacionados abaixo vão resumidos (extremamente resumidos).

1. São apresentados alguns aspectos da formação lexical no campo semântico de nomes gentílicos com o sufixo –ista no português, para analisar comparativamente sua produtividade atual.
2. Estrangeirismo é uma constante cultural, e a aquisição de empréstimos linguísticos permeia os processos de colonização e migração, numa miscigenação que, em geral, se processa involuntariamente, com mudanças na sociedade local ou regional.
3. A discussão da teoria dos papéis temáticos (de Fillmore) e sua relação com a estrutura sintática, ratificando uma abordagem semântico-sintático-discursiva, proporciona melhor entendimento dessas estruturas e se reflete na produção textual do aluno.
4. Apesar da restrição à entrada de estrangeiros no território brasileiro, do século XVI ao século XVIII, temos, na toponímia indígena, o etnocentrismo e a exoticalização de Saint-Hilaire, Pohl, Gardner e Castelnau e de outros viajantes europeus.
5. Faz-se uma revisão sobre os debates teóricos acerca do termo “topônimo” e de seu hiperônimo, nome próprio, na tentativa de conseguir uma aproximação do sentido atual desses termos.
6. Análise do uso de estrangeirismos em uma revista brasileira, observando como são trabalhadas algumas palavras de origem inglesa no seu editorial, com base na Análise do Discurso e na Lexicologia.
7. Estudo dos aspectos morfossintáticos e semântico-lexicais da formação e estrutura dos topônimos do Estado de Tocantins no eixo da rodovia Belém-Brasília.
8. Estudo linguístico para a averiguação motivação do nome e o próprio processo de nomeação em si, discutindo-se questões terminológicas relacionadas a isto e traçando as principais relações entre etnô-

ANÁLISE DO DISCURSO II

nimos, etnotopônimos e antropônimos em alguns sistemas de nomeação.

9. Um dos objetivos do processamento da linguagem natural é facilitar a relação entre o homem e a máquina e, para que essa interação seja mais eficaz, são desenvolvidos estudos sobre a descrição, formalização e codificação das línguas naturais, como o dicionário eletrônico, por exemplo.

10. A pesquisa tem como eixo condutor o saber/conhecimento como produto de consumo, com olhar voltado para as IES, através do discurso publicitário, linguagem de sedução com atributos das IES, cerne da investigação.

11. A Bahia se destaca pelas suas inovações musicais, rítmicas e artísticas. A partir do léxico de algumas manifestações culturais, buscou-se demonstrar um pouco da particularidade linguística desse povo mágico e repleto de axé: o baiano.

12. Descrição e cotejo dos dados de uma pesquisa semântico-lexical em duas regiões de São Paulo, tratando das lexias onomásticas utilizadas pelos respectivos grupos estudados para o conceito de "duas bananas que nascem grudadas".

Todos esses textos, estão disponibilizados na página virtual http://www.filologia.org.br/xiicnlf/textos_completos.htm para serem utilizados e divulgados livremente, pedindo-se apenas que não deixem de citar o autor e o lugar de onde for extraído qualquer fragmento ou informação.

Rio de Janeiro, março de 2009.

José Pereira da Silva

**A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE
MEMBROS ADOLESCENTES E/OU JOVENS DO ORKUT
– UMA ANÁLISE DISCURSIVA DOS PERFIS**

Kelly Christine Lisboa Diniz

kcldiniz@hotmail.com

O papel que um indivíduo desempenha é talhado de acordo com os papéis desempenhados pelos outros presentes. (Goffman, 1996)

A extensão do ciberespaço, ou seja, do espaço virtual, deu-se em função do imprescindível desejo dos indivíduos em sociedade de interagir sem se expor à violência, aos perigos dos grandes centros urbanos e ao desgaste que as relações “reais” muitas vezes significam devido ao seu grau de exigência com relação a tempo dedicado à interação, responsabilidade mútua, bem como outras normas de comportamento. Nesse contexto, surge o *Orkut*, como tantos outros *softwares* sociais, da necessidade de interação virtual.

O QUE É *ORKUT*?

Orkut é um *software* social, como já dito, que foi criado em 19 de janeiro de 2004 pelo engenheiro turco *Orkut Büyükkökten*. Este novo sistema de redes sociais é filiado a *Google* e tem como principal objetivo a formação de novas amizades e novos relacionamentos. Para fazer parte da rede, os participantes constroem um perfil que deve conter desde características básicas, como: nome, idade e sexo, a informações secundárias, como: o que gosta de fazer, que tipo de música prefere, comida preferida, estilo de roupas.

A criação do *Orkut*, segundo Recuero (2007, p. 3), é baseada na teoria dos *Six-Degrees* (seis graus de separação), mediante essa teoria “todo e qualquer indivíduo está conectado a qualquer outra pessoa por uma rede de, no mínimo, cinco intermediários”.

Além do perfil que é delineado logo na primeira página e exposto na rede para qualquer usuário que faça parte do sistema, há

ANÁLISE DO DISCURSO II

também dentro do Orkut a formação de comunidades que se organizam em torno de temas. Essas comunidades acabam caracterizando grupos de pessoas que pensam da mesma forma ou que possuem alguma característica em comum abordada pelo tema da comunidade.

Outro aspecto relevante desse *software* é o número de usuários que conquistou, de acordo com dados do *Google*, software responsável pelo *Orkut*, até setembro de 2006 o sistema possuía mais de trinta e um milhões (31.727.243) de usuários cadastrados.

Dentro desse quadro, o Brasil aparece como o país com o maior número de membros, superando inclusive os EUA, pois cerca de 62,48% dos usuários do sistema, aproximadamente 18 milhões de usuários, declaram-se brasileiros. Desse número, a grande maioria é formada de jovens entre 18-25 anos, 61,36% – ainda que essa faixa de idade não possa ser provada, uma vez que o sistema não permite idade menor que 18 anos, no entanto pela construção dos perfis nota-se que há usuários de todas as idades, inferiores à 18 anos, que se declaram com 18 por não haver outra alternativa.

A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM NOS PERFIS DO *ORKUT*

Lévy (2001, p.129) fala do espaço virtual como sendo um objeto, ou seja, a Internet é um lugar comum, um objeto dinâmico, construído e alimentado por aqueles que o utilizam. Dessa forma, na concepção do autor, esse objeto se constrói em eventos sociais, acontecimentos interativos; isto é, numa dinamicidade social.

Aproveitando-se desse pensamento, podemos afirmar que a Internet como fruto dessa dinamicidade, programa seus recursos a fim de se tornar uma janela cada vez mais atrativa para seus usuários. A criação do *Orkut* bem como outros sistemas sociais e o número de usuários que aderem a esses sistemas são provas de que ao mesmo tempo em que há um recolhimento social, há uma constante busca do ser humano de expor-se aos outros.

Analisando os perfis no *Orkut* se percebe que as características pessoais que os membros delineiam de si mesmos são, de certa forma, homogêneas, pois é possível observar que os membros desse sistema estão sempre muito preocupados em se apresentar para

os outros por meio de aspectos positivos do seu *eu*. Ou seja, os indivíduos estão preocupados em transmitir uma impressão e é na interação, principalmente por meio da expressividade discursiva é que essa necessidade de causar impressão será mais evidente.

Por considerar a imagem como pública, podemos acrescentar que no *Orkut* a imagem é basicamente verbal, uma vez que as fotos estampadas não raras vezes ressaltam momentos de alegria e contentamento pessoal. A linguagem verbal dos perfis são, dessa forma, bem marcada por palavras de autovalorização.

O sistema oferece muitos outros meios de expressão de idealização da imagem, por exemplo, os membros usam com cada vez mais frequência os recursos semióticos presentes cada dia mais implementados, como: fotografia pessoal de apresentação, *smiles* (carinhas retratando seu estado de espírito do dia) com uma frase do dia e aplicativos que simulam abraço, beijo, alegria, tristeza, raiva; álbuns de fotografia, agora, com capacidade para 10.000 (dez mil fotos); bem como outros aplicativos sempre voltados para o que se quer representar naquele momento.

Esses recursos são usados a fim de chamar a atenção dos outros usuários para que leiam e mostrem interesse pela representação que traçam de si. Essa estratégia, de fato, funciona, pois, como Goffman (1996, p. 11) diz, os indivíduos se interessam pelas informações sobre a vida de uns aos outros pelo fato de que essas informações darão indícios do que cada um espera do outro e se atendem às exigências uns dos outros. Se alguém é desconhecido, a aparência vai servir de fonte de informações a respeito do indivíduo analisado. As aparências, segundo o autor, são determinantes do enquadramento dos indivíduos em determinados cenários sociais.

Dessa maneira, os usuários afins se adicionam e interagem por meio de recados deixados no sistema e, quase sempre, de domínio público, quando o usuário não solicita privacidade. Outro meio que recorrem para que haja interação é a página de recados e de fóruns nas comunidades, informando algo novo ou relevante a respeito do assunto abordado ali.

Neste caso, para que haja sempre intercâmbio, devem-se haver também novidades para ser comentadas, por exemplo, a atualiza-

ANÁLISE DO DISCURSO II

ção do perfil, a inserção de fotos nos álbuns que podem ser criados dentro do sistema, tudo na tentativa de chamar a atenção dos outros usuários.

A pretensão de manter a face positiva é muito grande para que não haja rejeição por parte dos outros membros que não se sentirão atraídos por uma página em que não haja comentários para se ter. Essas atualizações cumprem o propósito de destaque social, uma vez que após cada atualização feita, são enviados lembretes para todos os membros que compartilham a amizades daqueles que realizaram tais atualizações, mantendo-se assim uma reafirmação social entre o grupo.

Para tratar de como todos esses recursos mais a elaboração do discurso constituem não só elementos de preservação como também de elevação da face, precisamos entender a concepção de face para este trabalho.

Face, tecnicamente, significa a imagem pública de uma pessoa. Em uma situação de interação, como é o caso do *Orkut*, há um constante esforço para se empreender uma imagem de amizade, camaradagem, solidariedade para que o grupo a aceite a contento.

A necessidade de construção de uma face positiva, segundo Brown (1987, p. 61), dá-se pelo fato de que a face positiva representa o “ser aceito”, até mesmo querido pelos outros de uma dada comunidade social, o membro do grupo na tentativa de criar uma face positiva, ele também estabelece que suas atitudes sejam condizentes com as dos outros.

Com isso, empreenderemos uma apresentação de análise de alguns perfis do sistema de interação social *Orkut*.

ANÁLISE DOS PERFIS

Esta pesquisa monitorou cerca de cem perfis de jovens entre 18 e 25 anos na busca por elementos que provassem a presença da criação e elevação da auto-imagem. Foi percebido que o elemento linguístico mais marcante nessas breves descrições do *quem sou eu* no perfil do *Orkut* consiste de sintagmas adjetivos quase sempre formados por intensificadores mais adjetivos. A presença de um lé-

xico de auto-afirmação nos permite concluir que há um grande esforço da parte do interlocutor em se mostrar aceitável nas relações pretendidas naquele ambiente de interação.

Como defende Goffman (1996, p. 9), as pessoas tais quais os atores se apresentam sob máscaras de um personagem que interage de acordo com que os outros personagens esperam dele. No ambiente virtual, atrás dessas máscaras não é possível se definir a “real” conduta do “ator”, visto que não há confissão, nem tampouco análise de gestos e de comportamento nesse ambiente, há apenas a expressão linguística de sua autodefinição.

As análises apontaram que diante da questão *quem sou eu* muitos se omitem, outros se valem de músicas, poemas e frases feitas. O intertexto é um recurso que está bem presente nesse ícone e é bem viável a fim de criar uma imagem popular e facilmente resgatável pelo público que lê o perfil.

Para empreender uma análise do *quem sou eu* do *Orkut*, buscamos pressupostos mais amplos do que o que conceitua a AD francesa apresentado por Maingueneau apud Oliveira (2006) que acredita que a análise do discurso é um termo que designa menos um campo de investigação delimitado do que certo modo de apreensão da linguagem. Por supor que o discurso não pode ser o objeto de uma abordagem puramente linguística.

É imprescindível discriminar quatro pontos fundamentais: Ato de linguagem, o Texto, o Sujeito e as Processo de Produção (contexto e situação).

O primeiro conhecido como Ato de Fala ou Objeto de Fala é, na perspectiva de Austin (apud Pinto, 2006, p.57), a linguagem como atividade construída pelos interlocutores, ou seja, a linguagem é uma ação. Por sua vez, o texto será considerado associado à noção situacionalidade, conhecimento compartilhado, ao mesmo tempo em que leva em conta a relevância discursiva de certas formas de coesão, bem como seu contexto e a situação de produção.

No exemplo que se segue, o nome do perfil é: *Sou muito legal EU SOU + EU!!!!*, ou seja, o lugar reservado para o nome do membro que é ocultado por uma característica pessoal, com isso, apenas os membros que já o conhecem conseguirão identificá-lo.

ANÁLISE DO DISCURSO II



Na saudação do dia, ou estado que se encontra no dia, mensagem pessoal, este usuário reafirma: *Sou muito legal! Bjs, Para todas as mulheres que entrar no Orkut*, além de apresentar qual o público alvo da sua mensagem: *as mulheres*.

Na descrição do “Quem sou eu”, sintetiza: *Eu sou muito simpático*.

O exemplo apresentado mostra que a face positiva foi construída pelo excesso na linguagem utilizada na apresentação a fim de ser aprovado pelos receptores, que ele supõe que sejam mulheres e que acessarão sua página. Esse exagero é visto primeiro no uso de verbo na 1ª pessoa do singular (Sou), além de estar presente na escolha lexical dos adjetivos: “legal”, “simpático”. O uso de exclamações repetitivas, no espaço virtual, também sugere esse excesso, uma vez que denotam ênfase na entonação do que se quer expressar.

Focalizando na descrição do objeto de maior relevância na nossa análise, o questionamento *quem sou eu é* importante notar que o tópico das frases sempre explicita o que há de mais importante na oração. No exemplo tratado, a preocupação primordial do usuário era a de apresentar-se, de mostrar “quem era”; dessa forma, ele inicia sua investida com o tópico como o sujeito, o *Eu*, o elemento mais relevante do discurso.

De acordo com Benveniste (apud Brandão, 1994, p. 47), o *eu* só se implanta mediante um *tu*, ou seja, o *eu* e o *tu* são protagonistas da enunciação, no entanto, o autor frisa que o *eu* sempre está em posição de vantagem em relação ao *tu*, pois o “ego tem sempre uma posição de transcendência em relação ao *tu*”. Outra característica que demonstra essa transcendência do *eu* é o fato dele ser único na instância discursiva e, portanto, válido apenas na sua unicidade.

Voltando aos outros aspectos da construção da imagem positiva no perfil mostrado, podemos dizer que um recurso analisado como sendo um caminho do mostrar-se aceitável é o uso do intensificador *muito* junto ao sintagma adjetivo *simpático*. O intensificador neste contexto atua não só como um modificador do adjetivo, mas como um objeto de ênfase ao que quer ser apresentado. Isto é, a presença de um reforço na sentença deixa claras as intenções desse adjetivo caracterizador do *eu* – simpático – como ocupando uma posição elevada em relação aos demais, na concepção dele, esse intensificador que o diferencia dos seus pares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procuramos assinalar alguns pontos relevantes com relação à construção da face positiva no gênero *orkut*. Em primeiro lugar, enfatizamos os trabalhos de Goffman (1996) e Brown (1987) e outros estudiosos, cujas pesquisas são evidências da preocupação com o estudo da linguagem dentro de uma perspectiva social e funcional, onde o interesse é focalizado principalmente nas intenções comunicativas dos falantes, cuja interpretação está ligada a informações contextuais que influenciam o grau de compreensão mútua.

Em segundo lugar, com a análise do corpus do *quem sou eu* do *orkut*, vimos que as estratégias de construção da imagem do membro do sistema são identificadas ora linguisticamente, por meio de determinadas categorias gramaticais e textuais; ora associados a fatores extralinguísticos.

Partindo da questão de construção da imagem perante a um meio social associada à visão de ciberespaço como objeto dinâmico defendida por Levy, consideramos que no *Orkut* ocorre o que pode-

ANÁLISE DO DISCURSO II

mos chamar de um legítimo processo de interação social no qual o emissor é receptor e o receptor é emissor, revolucionando assim a sistematização do processo comunicacional e pontuando que para que haja essa interação a imagem dos membros deve responder a contento o que se espera no meio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. 3ª ed. Campinas: UNICAMP, 1994.

BROWN, Penélope; LEVINSON, Stephen. *Polieness. Some universals in language*. Cambridge University Press, 1987.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

LÉVY, Pierre. *O que é virtual*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2001.

MANGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

OLIVEIRA, Cleonice Cristiane de. *A sociedade animada em South park*. 2006. Monografia (Bacharel) – Curso de Comunicação Social: Jornalismo, Campus Universitário de Palmas, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2006.

PINTO, Joana Plaza. Pragmática. **In:** MUSSALIN, Fernanda & Anna Christina BENTES (orgs.). *Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras*. Volume 2. São Paulo: Cortez, 2006, p. 50.

RECUERO, Rebeca da Cunha. *O Orkut como formador de novas identidades no ciberespaço*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Santos, 2007.

**A RETÓRICA CICERONIANA NO DISCURSO
EM DEFESA DE CLUÊNCIO**

Lara Barreto Corrêa (UFJF)

INTRODUÇÃO

O *Pro Cluentio* é um discurso pronunciado por Cícero no ano de sua pretoria (66 a.C.), sendo cliente deste, *Aulus Cluentius Habitus* (nascido em 103 a.C.) no município de Larinum, no país dos Frentanos. É nesta cidade que desenrolaram a maior parte dos acontecimentos atrozés, cujo relato ocupa grande parte dos autos, pois Cícero em sua defesa utilizará, na maioria das vezes, a narração dos fatos para defender seu cliente.

A causa do discurso pode ser considerada *quaestio coniuncta* – ou *causa ex pluribus quaestionibus uincta*, já que Cícero aborda várias questões num mesmo discurso, o *Pro Cluentio*. A defesa de seu cliente focalizará duas frentes importantes: a primeira, no núcleo o familiar e o segundo, no núcleo do tribunal.

A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO EM DEFESA DE CLUÊNCIO

Em 72 a.C., Opiânico veio a morrer no exílio de modo obscuro. Cícero pelo seu relato esforça-se por fazer pairarem as dúvidas sobre Sássia; mas é um fato que incriminou Cluêncio. Ela mandou para a tortura escravos para lhes arrancar confissões contrárias a este último. É um fato também que, seis anos mais tarde, Caio Opiânico, filho da vítima e neto de Dinaea, se colocou contra Cluêncio no partido da viúva. Cícero, que maneja este jovem rapaz, dá à sua atitude móvel que valem o que valem: notadamente Sássia tinha-o ganhado para o seu lado, dando-lhe em casamento sua filha, nascida de Áurio Melínoo! Por que havia esperado seis anos? A explicação que me parece a mais natural é que ele era jovem demais no momento do assassinato e que ele se pôs à frente assim que ele atingiu a idade de intervir na justiça. Cícero, que nada diz sobre isso, diminui visivelmente o papel do jovem Opiânico e aumenta o de Sássia: é que o primeiro corria o risco de ser simpático à opinião e o segundo, o de uma mãe enfurecida contra seu filho, não podia deixar de ser-lhe odioso.

ANÁLISE DO DISCURSO II

A questão familiar é de fundamental importância para o caso, pois Cluêncio pertencia à ordem equestre; ele era de um meio em que o dinheiro e as heranças desempenhavam o principal papel, mas se complicavam ainda das querelas políticas do tempo, guerra social, luta entre Mário e Sila. Sua mãe Sássia tinha-lhe tornado odiosa, desde que ela havia tirado de sua própria filha, Cluência, irmã do acusado, o marido desta, Áurio Melino, para casar-se com ele em seu lugar. E eis que este Áurio Melino, tendo sido assassinado, Sássia uma vez viúva, tinha-se casado novamente, pela terceira vez, e com o assassino, Estácio Ábio Opiânico. As desavenças entre Cluêncio, Sássia, sua mãe e Opiânico, seu padastro, constituem toda a questão familiar.

Sássia no discurso é retratada por Cícero desta forma:

O mulieris scelus incredibile et praeter hanc unam in omni vita inauditum! o libidinem effrenatam et indomitam! o audaciam singularem! Nonne timuisse, si minus vim deorum hominumque famam, at illam ipsam noctem facesque illas nuptiales! non limen cubiculi! non cubile filiae! non parietes denique ipsos, superiorum testes nuptiarum! Perfregit ac prostravit omnia cupiditate ac furore: vicit pudorem libido, timorem audacia, rationem amentia.¹

Ó crime incrível de uma mulher e, com exceção desta única, sem exemplo em toda vida humana! Ó paixão desenfreada e indomável! Audácia sem precedentes! Não haver temido nem a força dos deuses, nem a indignação dos homens, nem aquela própria noite e aquelas sombras nupciais, nem atravessar o umbral do quartinho durante a noite, nem o leito nupcial de sua filha, nem finalmente, olhar aqueles muros, testemunhas, para os deuses superiores, das núpcias. Sua furiosa leviandade tudo atropelou e pisoteou, venceu à paixão o recato, a audácia ao temor, a loucura à razão.²

A argumentação ocorre com a enumeração de crimes cometidos pelo Opiânico, os subornos e os assassinatos cometidos por ele. Cícero realiza isso por meio de insinuações e comparações:

32. Memoria teneo Milesiam quandam mulierem, cum essem in Asia, quod ab hereditibus [secundis] accepta pecunia partum sibi ipsa medicamentis abegisset, rei capitalis esse damnatam; nec iniuria, quae spem

¹ Esta citação de texto latino, do discurso *Pro Cluentio*, bem como as demais citações deste trabalho foram retiradas do sítio da internet www.thelatinlibrary.com. O sistema de numeração da referida fonte é também reproduzida aqui.

² As traduções portuguesas foram feitas pela autora deste trabalho.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

parentis, memoriam nominis, subsidium generis, heredem familiae, designatum rei pulicae civem sustulisset. Quanto est Oppianicus in eadem iniuria maiore supplicio dignus! si quidem illa, cum suo corpori vim attulisset, se ipsa cruciavit, hic autem idem illud effecit per alieni corporis mortem atque cruciatum. Ceteri non videntur in singulis hominibus multa parricidia suscipere posse: Oppianicus inventus est qui in uno corpore plures necaret.

Recordo que, quando eu estava na Ásia, uma mulher de Mileto, subornada com dinheiro por uns herdeiros substitutos, tomou medicamentos para abortar o fruto em que seu seio levava, e foi condenada como réu de um crime capital, pois havia privado um pai da esperança de continuar seu nome, de perpetuar sua raça, a uma família de seu herdeiro e a república de um cidadão. Sendo Opiânico réu do mesmo crime não merecia maior castigo? Aquela mulher, ao menos, atentando contra o seu corpo, foi seu próprio algoz; mas Opiânico fez o mesmo pela morte e o suplício de um corpo alheio. Outros não parecem poder cometer muitos assassinatos em uma só pessoa. Encontrou-se Opiânico que mataria a vários em um só corpo.

Dessa forma é traçando, assim, um retrato do caráter criminoso dessa figura fundamental no discurso. Cícero coloca Cluêncio em posição de vítima, pois a representação de Opiânico como celerado reforça a inocência da vítima. Nesse sentido, há uma exacerbação dos traços criminosos de Opiânico, da grande coleção de delitos que constitui a vida pregressa de Opiânico. Cluêncio, ao contrário, sem crimes a enumerar, é a vítima que a muito custo Cícero defende. Opiânico é retratado como o “... *Oppianicus, – ut erat, sicuti ex multis rebus reperietis, singulari scelere et audacia...*” – “Opiânico que era, como verificareis em muitas coisas, de singular atrevimento e maldade...”.(número VIII-23)

XI, 31. Eodemque veneno C. Oppianicum fratrem necavit. Neque est hoc satis: tametsi in ipso fraterno parricídio nullum scelus praetermissum videtur, tamen, ut ad hoc nefarium facinus accederet, aditum sibi aliis sceleribus ante munivit. Nam cum esset gravida Auria, fratris uxor, et iam appropinquare partus putaretur, mulierem veneno interfecit ut una illud quod erat ex fratre conceptum necaretur. Post fratrem adgressus est: qui sero, iam exhausto illo poculo mortis, cum et de suo et de uxoris interitu clamaret testamentumque mutare cuperet, in ipsa significatione huius voluntatis est mortuus. Ita mulierem ne partu eius ab hereditate fraterna excluderetur necavit; fratris autem liberos prius vita privavit quam illi hanc a natura lucem accipere potuerunt, ut omnes intellegerent nihil ei clausum, nihil sanctum esse posse, a cuius audacia fratris liberos ne materni quidem corporis custodiae tegere potuissent.

ANÁLISE DO DISCURSO II

É pelo mesmo envenenamento que ele fez morrer seu irmão Caio Opiânico. Mas não pára aí. Ainda que no próprio assassinato de seu irmão nenhum crime parece omitido, entretanto, para chegar a este ato ímpio, ele para si próprio abriu acesso a outros crimes. Quando, pois, Áuria, mulher de seu irmão, estava grávida e já a hora do parto parecia aproximar-se, ele matou a mulher por envenenamento para que ela morresse juntamente com o que tinha sido concebido do irmão. Depois partiu ao ataque do irmão. Bem tarde este, tendo já esgotado aquele copo mortal, quando já clamava o assassinato seu e de sua mulher e desejava modificar seu testamento, mas ele morreu no próprio ato de exprimir essa vontade. Assim ele fez perecer a mulher para que a criança que nascesse dela fosse excluída da herança fraterna; e ele privou da vida os filhos de seu irmão, antes que estes tivessem podido receber da natureza esta luz: deste modo, todos podiam compreender que nada estava a salvo de seus golpes, nada era inviolável para aquele de cuja audácia nem sequer a própria proteção do corpo maternal não tinha podido proteger os filhos de seu irmão.

A defesa também é realizada através das insinuações, como a de que se Opiânico matasse Cluêncio depois seria mais fácil eliminar Sássia e com isso seria herdeiro de tudo que pertencia a sua esposa. Essa insinuação é baseada através das leis que regem Roma nesta época.

Primum videte hominis audaciam: Sassiam in matrimonium ducere, Habiti matrem, – illam cuius virum A. Aurium occiderat, – concupivit. Utrum impudentior hic qui postulet an crudelior illa, si nubat, difficile dictu est; sed tamen utriusque humanitatem constantiamque cognoscite. 27. Petit Oppianicus ut sibi Sassia nubat, et id magno opere contendit; illa autem non admiratur audaciam, non impudentiam aspernatur, non denique illam Oppianici domum viri sui sanguine redundantem reformidat, sed, 'quod haberet ille tres filios,' idcirco se ab eis nuptiis abhorrere respondit. Oppianicus, qui pecuniam Sassiae concupivisset, domo sibi quaerendum remedium existimavit ad eam moram quae nuptiis adferebatur.

Observai primeiro a audácia deste homem. Concede o desejo de casar-se com Sássia, mãe de Cluêncio, e cujo marido anterior, Aulo Áurio Melino, havia feito matar. Difícil é decidir se é mais imprudente este que reclama judicialmente ou aquela, que se casa; mas já conheces por isto a sensibilidade e a constância de ambos. Opiânico pede para casar-se com Sássia, e ele pede com insistência. Ela não se admira de tanta audácia; não lhe indigna tanto descaro; não lhe horroriza entrar na casa de Opiânico, manchada com o sangue de seu anterior marido. O único que lhe repugna para casar-se com Opiânico é que tem três filhos. Mas Opiânico, que cobiçava o dinheiro de Sássia, crê dever buscar em sua própria casa o meio de suprimir o obstáculo que se opõe ao casamento.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Continuando a questão do atentado contra Cluêncio, Cícero realiza outra afirmação:

Oppianicus sciret – neque enim erat obscurum-intellegebat Habito mortuo bona eius omnia ad matrem esse ventura, quae ab sese postea aucta pecunia maiore praemio, orbata filio minore periculo necaretur.

Opiânico sabia (para ninguém era um mistério), e compreendia que morto Cluêncio, todos *seus* bens os herdaria de sua mãe.

A segunda frente da defesa de Cícero é a tentativa de suborno dos advogados pelo Opiânico, sendo esta uma tentativa frustrada. Cícero afirmará da seguinte forma:

Dico C. Aelio Staieno iudici pecuniam grandem Statium Albium ad corrupendum iudicium dedisse.

Digo, pois, que C. Elio Staieno, um dos juízes, recebeu de Opiânico uma grande quantidade de dinheiro para corromper o julgamento.

Cícero para relatar como ocorreu a corrupção de Opiânico e o porquê do fracasso:

Iam hoc non ignoratis, iudices, ut etiam bestiae fame monitae plerumque ad eum locum ubi pastae sint aliquando revertantur. 68. Staienus ille biennio ante, cum causam bonorum Safini Atellae recepisset, sescentis milibus nummum se iudicium corrupturum esse dixerat: quae cum accepisset a pupillo suppressit, iudicioque facto nec Safinio nec bonorum emptoribus reddidit. Quam cum pecuniam profudisset et sibi nihil non modo ad cupiditates suas, sed ne ad necessitatem quidem reliquisset, statuit ad eandem esse sibi praedas ac suppressiones iudicales revertendum. Itaque cum Oppianicum iam perditum et duobus iugulatum praeiudicii videret, promissis suis eum excitavit abiectum et simul saluti desperare vetuit: Oppianicus autem orare hominem coepit ut sibi rationem ostenderet iudicii corrupendi. Ille autem, quem ad modum ex ipso Oppianico postea est auditum, negavit quemquam esse in civitate praeter se qui id efficere possit. Sed primo gravari coepit, quod aeditilatem se petere cum hominibus nobilissimis et invidiam atque offensionem timere dicebat; post exoratus initio permagnam pecuniam poposcit; deinde ad id pervenit quod confici potuis, HS sescenta quadraginta milia deferri ad se domum iussit. Quae pecunia simul atque ad eum delata est, homo impurissimus statim coepit in eius modi mente et cogitatione versari, nihil esse suis rationibus utilius quam Oppianicum condemnari; illo absoluto pecuniam illam aut iudicibus dispertiendam aut ipsi esse reddendam; damnato repetiturum esse neminem. 70. Itaque rem excogitat singularem.

Não ignore, juízes, que os animais, quando estão famintos, retornam regularmente aos mesmos locais onde eles têm encontrado grama. Dois anos antes se havia encarregado Staieno do negócio dos bens de Safínio Atela, dizendo que necessitava de seiscentos mil sestércios para subornar

ANÁLISE DO DISCURSO II

o processo. Assim que recebeu a quantia do pupilo, ele suprimiu o processo. Findo o processo, não devolveu a quantia nem para Safino, nem para os compradores dos bens. Como havia gastado este dinheiro, sem guardar nada, nem para seus gastos, nem sequer para suas necessidades, estabeleceu que deveria recorrer de novo a rapas e apropriações do judiciário. Vendo Opiânico perdido e em perigo de perder a vida pelas sentenças precedentes, ele o reanimou com suas promessas, assegurando que não devia desesperar de sua salvação. Começou Opiânico a pedir a este homem que lhe indicasse uma maneira de subornar os juízes. Ele (como se ouviu depois do próprio Opiânico) negou que houvesse alguém na cidade, além dele, que pudesse prestar este serviço. Mas encontrava dificuldade de que, competindo com pessoas respeitáveis na realização do encargo de edil, temia que qualquer passo imprudente ele dispusesse contra sua vontade. Finalizando a conversa, pediu uma quantia exorbitante de dinheiro; depois se resolvendo o que podia dar, e ordenou que levasse a sua casa seiscentos mil sestércios. Quando recebeu o dinheiro esse homem degradado, começou a pensar e calcular que o mais conveniente a seus interesses era a condenação de Opiânico, pois caso contrário teria que distribuir a quantia entre os juízes, ou devolveria; enquanto que se o condenasse, nada reivindicaria. Dominado por esta ideia, imaginou o desvio mais extraordinário.

Ao deparar com esse trecho da defesa de Cícero percebemos claramente como se estabelece a acusação de corrupção, de maneira que não há como contestar.

Portanto, ao deparar com o discurso *Pro Cluentio* há uma argumentação marcada pelas escolhas de fatos, ele só relata os crimes realizados por Opiânico como se Cluêncio não fosse a questão do discurso. Cícero também além de fornecer os dados realiza reflexões sobre eles, nas maiorias dos casos com perguntas retóricas. A interpretação do discurso tem como objetivo sempre destacar a figura assassina e corrupta de Opiânico, por isso o uso de algumas qualificações negativas para este personagem do discurso.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, tivemos como intuito analisar a construção do discurso em defesa de Cluêncio, por parte de Cícero. Como se trata de uma causa que envolve mais de uma questão, sendo, pois, uma *quaestio coniuncta*, o volume de texto bem como a amplitude da tarefa de defesa é muito complexa e grandiosa. Embora não dispnhamos de meios e condições, no momento, de dar conta da envergadura da tarefa desempenhada por Cícero em seu ato de defesa em

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

favor de Cluêncio, esperamos ter apontado a direção de leitura que nos orientou nesse trabalho e ter conseguido provocar, nos leitores e ouvintes deste texto, o desejo de apreciar o estilo e habilidade retórica do grande mestre da retórica latina, Marco Túlio Cícero.

BIBLIOGRAFIA

URL: <http://www.thelatinlibrary.com/cicero/cluentio.shtml>

CÍCERO, M. T. *Obras completas de Marco Tulio Cicerón*. Vida y discursos. Tomo I: Discurso em defensa de Cluencio Avito. Madrid: Librería de Hernando y Compañía, 1897.

CÍCERO, M. T. *Discours*. Tome VIII: Pour Cluentius. Paris: Les Belles-Lettres, 1973.

LAUSBERG, H. *Manual de retórica literaria*. Fundamentos de una ciencia de la literatura. Madrid: Gredos, 1990.

PERELMANN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação*. A nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ROSTAGNI, A. *Storia della letteratura latina*. Torino: UTET, 1983, 3 vol.

SARAIVA, F. R. S. *Novissimo dicionario latino-portuguez*. Rio de Janeiro: Garnier, s.d.

ANÁLISE DO DISCURSO II

CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: DISCURSOS SOBRE A ATIVIDADE DE TRABALHO

Dayala Vargens (UERJ/CPII/UFRJ)
dvargens@uol.com.br

No presente trabalho, trazemos à baila algumas reflexões oriundas da pesquisa intitulada “Sentidos em reciclagem: uma análise linguístico-discursiva da construção da identidade profissional dos catadores de Jardim Gramacho” desenvolvida no Curso de Mestrado em Língua Portuguesa do Programa de Pós-Graduação em Letras – UERJ. A pesquisa teve como objetivo, a partir de uma concepção dialógica da linguagem (Bakhtin, 2000, 2002), recuperar, nos discursos dos catadores de materiais recicláveis, os traços da identidade profissional desses trabalhadores em um contexto específico: o iminente fechamento do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho.

Privilegiou-se na investigação a concepção de identidade(s) construída(s) no/através do discurso (Hall, 2003), logo, a ida a campo e a confrontação com sujeitos de pesquisa foram necessárias para a recuperação/construção de uma “massa de textos” sobre a atividade do catador. Do referido intercâmbio, resultou um *corpus* de análise que contempla as falas dos catadores produzidas em um *grupo de discussão*, dispositivo metodológico criado para possibilitar uma troca mais ampla entre a pesquisadora e os atores do trabalho. No que diz respeito ao embasamento teórico, seguimos a orientação da Análise do Discurso de linha francesa (Maingueneau, 2002, 1997) que fundamentou a análise do *corpus*. Esta priorizou, como categoria de análise, os participantes da locução discursiva, os elementos referentes à topografia e à cronografia discursivas e, ainda, as escolhas lexicais que apontavam para a interdiscursividade. As conclusões apontaram a identificação de diferentes traços da identidade profissional dos catadores: traços de resistência, traços de valorização, traços de liderança e traços de autonomia.

Aqui, nesta apresentação, trataremos mais especificamente das relações entre o mundo da linguagem e o(s) mundo(s) do trabalho e a construção de traços de identidade, visando refletir sobre as seguintes indagações decorrentes da trajetória de pesquisa: “O que a

pesquisa em Linguística tem a ver com o trabalho do catador?” O que faria uma linguista nesse lugar? Outras perguntas subjazem a essas indagações: “que tipo de contribuição a pesquisa aportaria para os catadores?” “O que justificaria o interesse do linguista acerca de sua atividade de trabalho?”

LINGUAGEM SOBRE O TRABALHO

A complexidade da relação linguagem e vida social é debatida há muito tempo nas diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais (sociologia, psicologia, antropologia etc.). Cada uma destas práticas científicas privilegia um ponto de vista diferente, tendo em vista a complexidade inerente a esse objeto, cuja compreensão mais ampla, em geral, exige a recorrência a saberes de diferentes disciplinas.

Desde o ponto de vista dos estudos da linguagem, tecemos a seguir algumas considerações sobre a relação linguagem/trabalho. Parece-nos de grande relevância retomar as reflexões de Lacoste (1998), sob a perspectiva de Nouroudine (2002), a respeito da possível tripartição entre a *linguagem como trabalho*, a *linguagem no trabalho* e a *linguagem sobre o trabalho*. Nouroudine (2002) esclarece que a tripartição das práticas linguageiras apresenta um interesse epistemológico, na medida em que traduz, diferentemente, a complexidade do trabalho de acordo com as três modalidades e apresenta a vantagem de permitir identificar mecanismos de funcionamento da relação linguagem/trabalho. Contudo, enfatiza a existência de uma estreita relação entre os elementos dessa tripartição cujas fronteiras são bastante tênues.

Em nossa pesquisa, cujo foco recai sobre a construção dos traços da(s) identidade(s) profissional(is) dos catadores de materiais recicláveis, voltamo-nos, mais especificamente, para o plano da linguagem **sobre** o trabalho. Embora as duas outras modalidades – linguagem **como** trabalho e linguagem **no** trabalho – também tenham sido alvo de observação, privilegiamos as falas dos catadores a respeito da sua atividade. Esta opção está relacionada com o nosso interesse de pesquisa, que está direcionado para o surgimento de novas práticas discursivas entre os catadores de Jardim Gramacho sobre o seu trabalho em um contexto específico: a previsão de fechamento

ANÁLISE DO DISCURSO II

do aterro. Acreditamos que essa nova linguagem sobre o trabalho traga novos sentidos no processo de construção da(s) identidade(s) profissional(is) desses trabalhadores. Por ora, prolongamos a nossa discussão a respeito da importância de investigar os elos entre linguagem e trabalho.

POR QUE INVESTIGAR OS ELOS ENTRE LINGUAGEM E TRABALHO?

Em notícias publicadas em junho de 2004 sobre acidente no aterro³, pouco encontramos da fala do próprio catador. Pouco espaço foi aberto para que os trabalhadores pudessem manifestar-se publicamente a respeito da ocorrência. As falas sobre a tragédia, os comentários, as avaliações, as críticas, o sofrimento foram silenciados. Minimizou-se a possibilidade de circulação desses discursos em outros espaços além de jardim gramacho. Remetemo-nos, então, a um problema de ordem política e social. A escassez de textos sobre os fatos referentes ao mundo da catação nos maiores veículos de comunicação do país⁴, a nosso ver, é um sintoma de uma “cegueira” social incapaz de ver os frutos da desigualdade por ela cultivada. Em cami-

³ Refiro-me as notícias sobre o soterramento de três catadores durante a madrugada do dia 16 de junho de 2005. Rosimeri dos Santos Teixeira, de 33 anos, Róbson Ermelindo dos Santos, de 31 anos e um rapaz de 21 anos, identificado apenas como Alan, morreram esmagados por toneladas de lixo despejadas por uma carreta contratada pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb).

Carreta de lixo esmaga três catadores no Rio. Folha de São Paulo, 17 de junho de 2004. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u95806.shtml>. Acesso em 18 de junho de 2004; Lixo desaba e mata três. JB online, 17 de junho de 2004. Disponível em: <http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/cidade/2004/06/16/jorcid20040616005a.html>. Acesso em 18 junho 2004; Catador, enfim, será enterrado. O Dia online, 19 de junho de 2004. Disponível em: <http://cliponline.com.br/gomateria.asp>. Acesso em 19 de junho de 2004; Carreta tomba no lixão de Duque de Caxias e mata três. Tribuna, 17 de junho de 2004. Disponível em <http://www.tribuna.inf.br/anteriores/2004/junho/17/noticia.asp?noticia=pais>. Acesso em 18 de junho de 2004.

⁴ Tomo, como exemplo, as poucas notícias publicadas acerca da morte dos catadores e também a insuficiente atenção dada ao fechamento do aterro e as suas consequências possivelmente desastrosas para os catadores caso não sejam implementadas políticas públicas que garantam trabalho para a categoria.

nho de mão dupla, esta cegueira é ainda mais preservada pelo silêncio. Perde-se a fala. Abafa-se o lixo.

Nas últimas décadas, os grandes meios de comunicação vêm abordando com frequência questões relacionadas ao meio ambiente. O discurso ecológico conquistou espaços mais amplos e, com ele, a remissão à importância da reciclagem. Nesse contexto, o catador passou a ganhar uma maior visibilidade. No entanto, o foco dessa discussão nunca esteve, de fato, sobre o catador, mas sobre a preservação da natureza, do “bem-estar social” (pelo menos do bem-estar de uma parcela da sociedade).

O mesmo silêncio acerca da atividade do catador estende-se a outras categorias profissionais. E o mesmo silêncio compartilhado pela mídia – com proporções diferentes – é também compartilhado em outros espaços, entre os quais, muitas vezes, situa-se a academia. Refiro-me, mais especificamente, aos abismos existentes entre a “linguagem do trabalhador” e a “linguagem acadêmica”, aos abismos entre os “saberes oriundos da experiência do trabalhador” e os “saberes acadêmicos” (Faïta, 2005).

Como um importante marco da criação de possíveis “pontes” entre esses dois mundos, devemos citar a década de 1980, na França, quando se iniciaram as colaborações interdisciplinares entre as ciências do trabalho e as ciências da linguagem⁵. Seguindo a tradição francesa, a partir da década seguinte, no Brasil, começaram a ser desenvolvidas várias pesquisas voltadas para as articulações entre trabalho e linguagem⁶.

Entre a diversidade de enfoques dos estudos que abordam a relação linguagem/ trabalho, focalizamos a vertente direcionada para os discursos *sobre* a atividade de trabalho. Para justificar a escolha da linguagem como entrada para a investigação do trabalho, Rocha, Daher e Sant’Anna (2002, p. 78) apresentam algumas razões:

⁵ Nessa época, formaram-se grupos de pesquisa como *Analyse Pluridisciplinaire des Situation de Travail* (APST) e *Langage et Travail* (L&T) (Souza-E-Silva, 2002, p.62).

⁶ Destacamos as produções do *Grupo Atelier* que reúne pesquisadores de diferentes universidades brasileiras interessados pelas relações linguagem e trabalho (PUC- SP, UERJ, UNIRIO, UNISINOS, UFMT, USP e UFPE) e dialoga com os grupos de pesquisa franceses APST e L&T citados na nota anterior.

ANÁLISE DO DISCURSO II

- a) o declínio do prestígio adquirido pelos *corpora* de arquivo que caracterizam os primeiros trabalhos em AD;
- b) a necessária incursão em práticas interdisciplinares como decorrência;
- c) a própria redefinição do que vem a ser o mundo do trabalho na academia, passando-se a valorizar, na universidade, as atividades de ordem extensionista: é desejável que a universidade - e, em especial, a universidade pública - ofereça à sociedade um retorno concreto do trabalho que realiza;
- d) a relevância da construção de um perfil do linguista como cientista social, distanciando-se da imagem dos “cientistas de gabinete”;
- e) a diversificação dos campos de atuação da Linguística Aplicada e
- f) os tipos de demandas mais recentemente encaminhadas ao linguista.

Os argumentos citados parecem-nos suficientes para sustentar a produtividade dos estudos que articulam linguagem e trabalho. Parece-nos, porém, de grande relevância retomar a questão referente à importância da intervenção do pesquisador, no seio da formação linguageira, no campo social do trabalho. Segundo Boutet (Nouroutine, 2002, p. 27),

A formação linguageira do trabalho foi construída sob a dominação das práticas linguageiras oriundas da organização e do trabalho tal como o trabalho deve ser realizado; as práticas linguageiras dos operadores e do trabalho real sendo dominadas.

Nesse sentido, explica-se a necessidade de intervenção do pesquisador, cujo papel seria criar uma condição de possibilidade para que a linguagem sobre o trabalho proferida pelos trabalhadores possa desenvolver-se e, dessa maneira, enfatizar o reconhecimento de seus saberes. Para tanto, exige-se um cuidado epistemológico, de modo que a fala dos trabalhadores não seja invalidada, diminuída ou abusivamente simplificada, mas que ocorra, de fato, um intercâmbio entre as duas categorias (protagonista do trabalho / pesquisador). A firma Nouroutine (2002, p. 28):

A pesquisa de uma “ linguagem sobre o trabalho” adequada em relação a seu “objeto” passa pela realização de um processo dialógico e dialético em que as duas linguagens se confrontarão para “co-elaborar” uma “linguagem sobre o trabalho” de um novo gênero.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A contribuição do pesquisador na fabricação de novos discursos sobre o trabalho, por meio de intercâmbios com os protagonistas do trabalho, é, tal como considera Boutet (Nouroudine, 2002), uma maneira de reconstruir as relações entre as práticas linguageiras que constituem o mundo do trabalho. Acrescenta Nouroudine (2002, p. 27):

Trata-se de uma condição de possibilidade, não para que apareça uma linguagem sobre o trabalho emitida pelos atores do trabalho (tal linguagem já existe), mas para que ela se desenvolva e provoque o reconhecimento dos conhecimentos que comporta. (2002, p. 27)

O reconhecimento dos “saberes” dos trabalhadores, a nosso ver, implica garantir-lhes uma força maior nas relações de poder no campo social do trabalho e, conseqüentemente, a possibilidade de ampliar conquistas de melhores condições de trabalho e melhores condições de vida. Retomamos as palavras de Eder Sader (1988, p. 58-59) a respeito da importância da produção dos discursos nas condições de existência de um coletivo:

É através dos discursos que tais demandas são nomeadas e objetivadas de formas específicas. É através dos discursos que a carência virtual de bens materiais se atualiza numa carência de casa própria ou de um barraco, de sapatos ou de vestidos, de feijão com arroz ou carne-de-sol, de escola para os filhos ou televisão. É através dos discursos que a demanda do reconhecimento da própria dignidade pode ser satisfeita por meio do trabalho árduo ou da preservação do fim de semana para pescar, da liberdade individual ou da integridade da família, do culto religioso ou da liberdade política.

Ao longo desta dissertação, remetemo-nos ao processo de co-construção de novas práticas discursivas por intermédio da relação pesquisador/ trabalhador. Esta perspectiva da produção discursiva e da construção do conhecimento vai ao encontro de um dos pilares do pensamento bakhtiniano (2000): o dialogismo. A seguir, refletiremos sobre as concepções de linguagem e de pesquisa segundo a perspectiva dialógica.

LINGUAGEM E PESQUISA A PARTIR DA PERSPECTIVA DIALÓGICA

Em situação de pesquisa, torna-se essencial, para o pesquisador, a busca de estratégias discursivas que sejam capazes de preser-

ANÁLISE DO DISCURSO II

var as suas próprias faces⁷ sem ameaçar a de seus interlocutores. A tentativa de preservar as faces demanda ainda maior esforço, no início da trajetória de pesquisa, devido à possível escassez de conhecimentos que possuímos acerca de determinadas “regras” e “sentidos” compartilhados por um dado coletivo.

O manejo das relações com o Outro e o risco iminente da incompreensão fazem parte da atividade de pesquisa. E é, justamente, a busca de uma possível diminuição das lacunas que separam o pesquisador do Outro que impulsiona o trabalho do pesquisador. Pautada no pensamento bakhtiniano, afirma Amorim (2004, p. 26):

Tomamos como ponto de partida para o nosso trabalho a seguinte proposição: a estranheza do objeto de pesquisa afirmada enquanto a própria condição de possibilidade desse objeto. Assim, atribuímos à alteridade uma dimensão de estranheza porque não se trata do simples reconhecimento de uma diferença, mas de um verdadeiro distanciamento: perplexidade, interrogação, em suma, suspensão da evidência.

Devemos considerar que, apesar da constante busca do encontro do Outro, do conhecer, é em torno do desconhecimento do Outro e do reconhecimento da alteridade que se constitui um objeto de pesquisa.

É exatamente ali onde a impossibilidade de diálogo é reconhecida, ali onde se admite que haverá sempre uma perda de sentido na comunicação que se constrói um objeto e que um conhecimento sobre o humano pode se dar (Amorim, 2004, p. 28-29).

Quando Amorim (2004) considera que a “construção de conhecimento” se dá no espaço de confrontação entre o “eu” e o “tu”, vai ao encontro da perspectiva de Bakhtin (2000) segundo o qual, é apenas para os *Outros* que os meus pensamentos e enunciados se constroem.

Nesse sentido, devemos considerar que as interações pesquisador / trabalhadores constituem-se a partir de um amplo processo de negociação, no qual entram em jogo diferentes interesses e expectativas em relação ao *Outro*. Cada fala está sempre condicionada à suposição de um espaço permitido pelo *Outro* e às hipóteses sobre o

⁷ Remeto-me à teoria das faces de P. Brown e S. Levinson (Mangueneau, 2002), segundo o qual cada parceiro da enunciação possui uma face negativa (território de cada um) e uma face positiva (fachada social).

que esse *Outro* esperava ouvir. A relação estabelecida entre os locutores é uma das dimensões do diálogo para Bakhtin (2000). Afirma o teórico:

Logo de início, o locutor espera deles uma resposta, uma compreensão responsiva ativa. Todo enunciado se elabora como que para ir ao encontro dessa resposta. O índice substancial (constitutivo) do enunciado é o fato de dirigir-se a alguém, de estar voltado para o destinatário... (Bakhtin, 2000, p.320)

Além da relação entre os interlocutores (eu/tu) da enunciação, há uma dimensão mais ampla do diálogo, segundo Bakhtin (2000). Trata-se do diálogo existente entre um enunciado com outros enunciados já proferidos e também com enunciados futuros sobre o mesmo objeto. O dialogismo – na sua dupla orientação – é um fenômeno característico de toda a comunicação verbal. Desse modo, a heterogeneidade é um elemento constitutivo de qualquer discurso cuja produção sempre se dá pelo “*debate com a alteridade independente de qualquer traço visível de citação, alusão etc.*” (Souza-e-Silva, 2004, p. 192).

Voltando-nos, mais especificamente, para a presente pesquisa, devemos considerar que múltiplos sentidos e discursos que circulam sobre a atividade do catador contribuem no processo de sua construção identitária em um momento histórico específico. Discurso, identidade e história não podem ser compreendidos separadamente. A seguir, discutiremos essa relação.

IDENTIDADE COMO PROJETO

“Quem somos nós? O que queremos?” foi o nome dado ao “1º Encontro de Catadores da Baixada Fluminense e Rio de Janeiro” organizado pela Associação dos Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho. As perguntas escolhidas pelos catadores para nomear o evento servem como ponto de partida para refletirmos sobre a questão da construção da (s) identidade (s) profissional (is) desses trabalhadores.

Segundo Hall (2003), vivemos uma explosão discursiva em torno do conceito de “identidade”. Tal fato obriga-nos a dar contornos mais específicos sobre a perspectiva teórica adotada no presente

ANÁLISE DO DISCURSO II

trabalho. Destaca-se, entre as perspectivas identitárias, o embate entre as abordagens essencialistas e as abordagens não essencialistas (Woodward, 2000). Para os essencialistas, a identidade constitui-se de um conjunto cristalizado e autêntico de características compartilhadas por todos os seus integrantes. Em geral, fundamentam-se, para defender a ideia de uma identidade fixa e imutável, nas origens biológicas de um dado grupo ou, possivelmente, nas suas origens culturais e históricas. Desse modo, fortalecem a crença na existência de uma identidade verdadeira e obscurecida que deve ser revelada.

A afirmação da identidade por intermédio do apelo a alguma “qualidade essencial” tem sido alvo de críticas dos não essencialistas. Estes acreditam que os grupos identitários não são blocos homogêneos e tampouco estáveis. Ao contrário, consideram as similaridades e também a heterogeneidade como traços constituintes de um dado coletivo. As identidades, portanto, não são unificadas, mas pode haver contradições no seu interior, que implicam constantes negociações. Os não essencialistas defendem ainda que nenhuma identidade é fixa, mas está sujeita a um processo de contínuas transformações ao longo da história.

Nesse sentido, as contradições e os conflitos, que não aparecem nas perspectivas essencialistas como elementos constitutivos da identidade, passam a configurar nas abordagens não essencialistas, que consideram a ideia de “construção” como componente importante para pensar a questão da identidade. Segundo essa perspectiva, a identidade vive um constante processo de (re) construção sempre relacionado a demandas concretas de um momento histórico particular. Em outros termos, a construção de identidade emerge de um momento histórico específico e está relacionada com a construção de um projeto político.

Remetendo-se, mais especificamente, aos movimentos sociais que surgiram a partir da década de 1960 no Ocidente, afirma Woodward (2000, p. 34):

A política de identidade concentra-se em afirmar a identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado. Essa identidade torna-se assim, um fator importante de mobilização política. Essa política envolve a celebração da singularidade cultural de um determinado grupo, bem como a análise de sua opressão específica.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Em suma, a identidade é concebida como resultado - sempre instável - de um processo de construção vinculado às necessidades do tempo presente. Pensar sobre a identidade de um dado grupo implica considerar as ideias de “invenção”⁸ e de “negociação”. Entendemos que admitir a invenção da identidade não é o mesmo que dizer que ela não tenha origem (Foucault, 2003, p. 16), mas admitir que existem diferentes maneiras de resgatar a história de uma dada comunidade, segundo os projetos políticos almejados.

Hall (2003, p. 108), opondo-se à perspectiva essencialista, concebe a identidade como um conceito “estratégico” e “posicional”. Isto é, rejeita a ideia de que existiria um “núcleo estável do eu” que passaria idêntico ao longo da história. Tampouco acredita, pensando na questão da identidade cultural, em um “eu coletivo” que se esconde dentro de muitos outros “eus”. Ou seja, um eu coletivo capaz de garantir o pertencimento cultural ou uma unidade fixa. A perspectiva identitária da qual o autor se aproxima é definida como:

Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentada e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo dos discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (Hall, 2003, p. 108)

Para Hall (2003), as identidades estão relacionadas com a recuperação de recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não propriamente do que “nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas sim do que “quem nós podemos nos tornar”.

Voltemo-nos para a presente história dos catadores. Como se pode perceber, no título do encontro promovido pelos catadores, “*Quem somos nós? O que queremos?*”, são especificadas duas demandas de natureza distinta, embora estejam estreitamente relacionadas. Uma delas é definir “*o que queremos*”. Isto é, a categoria necessita explicitar as suas pretensões, os seus projetos e as suas reivindicações. Há, porém, uma outra necessidade manifestada mediante a pergunta “*quem somos?*”. O catador questiona-se a respeito do

⁸ Refiro-me ao conceito de “invenção” retomado por Nietzsche (Foucault, 2003, p. 14-16) como oposição da ideia de “origem”.

ANÁLISE DO DISCURSO II

que ele é ou, como diria Hall (2003), do que ele pode vir a ser. Em outras palavras, interroga-se acerca da (s) sua (s) identidade (s) e procura uma resposta. Para tanto, promove um encontro de catadores. Procura articular-se com outros catadores que possuam as mesmas indagações e os mesmos projetos. Desta articulação, é fortalecido o movimento dos catadores e, ao mesmo, são construídos traços identitários da categoria. A nosso ver, a complementaridade entre as duas perguntas que nomeiam o evento dos catadores, “*o que somos?*” e “*o que queremos?*”, ilustra os elos existentes entre a construção identitária e o projeto político de um determinado grupo.

A concepção da identidade como projeto é compartilhada por Azevedo (2003, p. 43-44):

Assim, um mesmo grupo pode passar por diversas configurações de identidade nos diferentes momentos de sua história, de acordo com os recursos que lhe são oferecidos pelas situações concretas por que passam. Uma crise, um rearranjo de seu ambiente natural ou técnico podem colocar em questão, momentânea ou duradouramente, esta configuração. Em momentos de crise, muitas vezes identidades que permaneceram reprimidas, reduzidas ao silêncio, submersas, invisíveis, num grupo coeso, emergem, provocando contestações e remanejamentos substanciais, atingindo em profundidade a representação que um grupo pode fazer de si mesmo e de suas ações.

Diante da concepção de que as identidades são construídas em locais históricos específicos, acreditamos que refletir sobre a construção da identidade profissional dos catadores de Jardim Gramacho exige a consideração das suas condições de vida objetivas que configuram o atual momento histórico e, ainda, voltarmo-nos, por meio da interação pesquisador/ sujeitos de pesquisa, para as práticas discursivas criadas neste espaço e neste tempo, em um AQUI e em AGORA específicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, M. *O pesquisador e o seu outro: Bakhtin nas ciências humanas*. São Paulo: Musa, 2004.

AZEVEDO, C. Identidades compartilhadas: a identidade nacional em questão. In: ABREU, M & SOIHET, R. *Ensino de história: con-*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

BAKHTIN, M. *A estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

———. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004.

FAÏTA, D. Falar do trabalho, trabalhar a fala. **In:** FAÏTA, D (org.) *Análise dialógica de atividade profissional*. Rio de Janeiro: Imprensa, 2005.

FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 2003.

FRANÇA, M. B. *Uma comunidade dialógica de pesquisa – Atividade e movimentação discursiva de trabalho de recepcionistas de guichê hospitalar*. 2002. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – PUC-SP, São Paulo.

HALL, S. Quem precisa de identidade? **In:** SILVA, T. (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2003.

LACOSTE, M. Fala, atividade, situação. **In:** Duarte, F. Feitosa, V. *Linguagem & trabalho*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1998.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise de discurso*. Campinas: Pontes, 1997.

———. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.

NOUROUDINE, A. A linguagem: dispositivo revelador da complexidade do trabalho. **In:** SOUZA-E-SILVA, M.C. & FAÏTA, Daniel. (orgs.) *Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez, 2002.

ROCHA, D. O. S.; DAHER, M. C. F. SANT'ANNA, V. L. A. Produtividade das investigações dos discursos sobre o trabalho. **In:** SOUZA-E-SILVA, M.C. & FAÏTA, Daniel. (orgs.) *Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez, 2002.

ANÁLISE DO DISCURSO II

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA-E-SILVA, M.C. Quais as contribuições da Linguística Aplicada para a análise do trabalho? **In:** —. *Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. **In:** SILVA, T. (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

DA REFERÊNCIA À REFERENCIAÇÃO

Vanda Cardozo de Menezes (UFF)
vcmenezes@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Neste trabalho trataremos de estudos sobre referência: da visão objetivista à discursiva, com a proposta da “referenciação”.

Na abordagem discursiva, a referência deixa de indicar uma relação entre língua e “coisas” (objetos do mundo real) e passa a indicar dada construção coletiva de um modo de dizer. A realidade construída não corresponde à realidade objetiva, mas a uma realidade discursiva, que reúne os referentes na condição de objetos de discurso e não de objetos do mundo.

Sob essa perspectiva discursiva, temos a proposta da referenciação, que, com esse nome, quer enfatizar a atividade, o caráter dinâmico do processo de construção de referentes.

DA REFERÊNCIA À REFERENCIAÇÃO

A trajetória das discussões sobre a relação entre linguagem e realidade é recorrentemente apresentada nos estudos mais recentes sobre referência e referenciação. Essa retomada se faz necessária em vista de uma nova abordagem da questão: as atuais reflexões sobre referência não mais focalizam uma relação estável entre uma língua histórica socialmente estabelecida e uma realidade objetivamente concebida (concepção *objetivista*), nem uma instabilidade devida ao conhecimento intuitivo, à imaginação, aos sentimentos humanos (concepção *subjetivista*), mas remetem a uma atividade discursiva de construção de *realidades* socialmente compartilhadas⁹.

Neste artigo, chamo a atenção para esse último entendimento, que emerge da concepção discursiva de referência: compreender a

⁹ As abordagens atuais preferem o termo *referenciação* ao termo *referência*, para indicar que se leva em conta não somente um sujeito do ponto de vista físico, mas ainda um sujeito sócio-cognitivo mediante uma relação indireta entre os discursos e o mundo.

ANÁLISE DO DISCURSO II

intersubjetividade na referenciação é crucial para se pensar em estabilização e desestabilização da referência, em dessemantização, em polissemia, em lexicalização, em construção coletiva de protótipos e de estereótipos, e em metaforicidade; todos eles, processos desencadeados pelos falantes em situações diversas de interação.

Pode-se dizer que a trajetória do pensamento sobre referência é acompanhada pelo dilema das dicotomias, o que de alguma forma também ocorre com as trajetórias de concepção de outros fenômenos de linguagem. No caso dos estudos sobre referência, depara-se com

a) uma noção objetivista de referência, que enfatiza a relação língua e realidade concreta, *versus* uma noção subjetivista, que focaliza a relação linguagem e pensamento;

b) uma concepção de estabilidade referencial, que corresponderia ao estado das coisas no mundo, *versus* uma concepção de desestabilidade generalizada, que impediria qualquer possibilidade de apreensão.

Ao objetivismo irradiado da filosofia clássica, se apresenta, na primeira dicotomia, a opção pelo subjetivismo radical. Se o primeiro idealiza a língua como *portadora* das *verdades* do mundo; o segundo supervaloriza as intuições e os valores particulares. O objetivismo *descorporifica* a língua, ao traçar uma relação direta entre linguagem e coisas, desconsiderando os falantes; o subjetivismo *descontextualiza* a língua, ao pressupor um sujeito isolado.

Reflexões sobre a inconveniência da polarização objetivismo *versus* subjetivismo não são uma novidade.

E. Coseriu (1981, p. 103) aponta a necessidade de se começar a estabelecer que as estruturas linguísticas “não são *estruturas da realidade, mas estruturas ‘impostas à realidade’, pela interpretação humana*”. Ao refutar a ideia de que as nomeações de base científica sejam interpretações da realidade, Coseriu novamente ressalta o papel dos indivíduos no relacionamento entre linguagem e mundo: “*a linguagem ‘classifica’ a realidade, mas o faz segundo interesses e atitudes humanas*”.

Nos últimos anos, essas reflexões vêm sendo *atualizadas* em trabalhos que adotam abordagens discursivas e/ou cognitivas.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Marcuschi (2004) faz uso das expressões *perspectiva sócio-cognitiva* e *cognição distribuída*¹⁰ ao discutir a questão, e assim resume o deslocamento do foco: “*se até há pouco tempo a cognição era um aspecto individual que ocorria na cabeça das pessoas, agora se torna um aspecto observável na relação intersubjetiva e no trabalho comum*” (p. 280).

Lakoff & Johnson (2002, p. 304, [1980]), ao apresentarem uma terceira opção ao entendimento da metáfora, *uma síntese experiencialista*, como a denominam, desprezam as radicais opções pelo objetivismo ou pelo subjetivismo e concluem que “*tanto o mito do objetivismo como o do subjetivismo ignoram o modo como compreendemos o mundo por meio de nossa ‘interação’ com ele*”.

Salomão (2005, p. 153) refere-se a um *trabalho ecológico do sujeito cognitivo*, caracterizando esse trabalho como “*ecológico*” *por orientar sua ação numa específica moldura (física, mental, social) e por movimentar contínuas semioses para a construção do sentido como entendimento localmente validado*.

Na segunda dicotomia tem-se instabilidade *versus* estabilidade. O dilema não é infundado, pois há evidências de um e outro fenômeno. Afirmam Paiva & Duarte (2003, p. 13):

A atividade humana da linguagem caracteriza-se por um conflito entre duas faces aparentemente contraditórias: de um lado, uma aparência de estabilidade e, de outro, a constante variação e mudança tanto no indivíduo como na comunidade.

Reconhecemos ser bastante complicado considerar a tensão instabilidade/estabilidade, em particular quando se trata de categorias lexicais, já que em razão da natureza da atividade de nomeação, a estabilidade parece ser evidente, ao aproximar nomes e realidade. Essa aproximação, a nosso ver, não tem que ser totalmente negada, ao se afirmar que cada expressão nominal representa uma dada categorização e não uma rotulação objetiva, real e verdadeira. Trata-se antes de

¹⁰ Em nota, Marcuschi (2004, p. 284) remete a trabalho anterior (Marcuschi, 2000), em que discute o conceito de *cognição distribuída* e apresenta diversas posições a respeito da questão. “O conceito é complexo”, afirma o autor, “controverso em alguns casos, mas tem grande utilidade para se pensar em especial atividades conjuntas e permite tomar a noção de ‘atividade’ como unidade de análise”.

ANÁLISE DO DISCURSO II

compreender que a relação entre linguagem e mundo é uma relação construída pelos falantes, e como tal, pode ser modificada ou reconstruída.

As categorias linguísticas não parecem ser, pois, nem evidentes, nem pré-estabelecidas; elas são, em palavras de Mondada e Dubois (2003, p. 28), mais “o resultado de reificações práticas e históricas de processos complexos, compreendendo discussões, controvérsias, desacordos”. A referência deve ser considerada a partir da instabilidade constitutiva das categorias por sua vez cognitivas e linguísticas, assim como de seus processos de estabilização.

A questão se prende, em resumo, à necessidade de se abandonar a visão dicotômica e estabilizante e de se começar a pensar os fenômenos em termos de *relatividade* e de *concomitância*. Se, com isso, estivermos nos distanciando de uma descrição linguística mais “científica” (no sentido da máxima objetividade); estaremos, em compensação, nos aproximando de uma descrição mais adequada do uso da língua.

PARA UMA REVISÃO DOS ESTUDOS LEXICAIS

Nosso primeiro estudo sob a ótica da referenciação focalizou as expressões lexicais multivocabulares, ou seja, aquelas combinações de base lexical, constituída por no mínimo duas palavras, consideradas como de *escolha em bloco* e usadas com frequência *relativamente* alta pelos falantes nativos (Erman & Warren, 2001). A seguir um exemplo, extraído de um *corpus* que construímos, com 250 expressões multivocabulares, usadas como títulos para *mini* textos, que caracterizam o gênero *informe jornalístico*, tal como se apresentam na sessão *Informe JB* do *Jornal do Brasil* e na seção *Painel* da *Folha de São Paulo*.

(1). Preto no branco

Sai esta semana o resultado de perícia da PF nos documentos supostamente assinados pro Cláudio Mourão, ex-tesoureiro de Azeredo. A autenticidade é questionada pelo senador. (FS,11/dez/05)

Observamos, no estudo, que o uso de expressões lexicais multivocabulares, que funcionam como combinações previsíveis, é muito mais frequente do que se costumar supor e se caracteriza como

uma dentre as várias estratégias discursivas de que se vale o falante ou escritor para *dizer* aquilo que pretende. A concepção de metáfora desenvolvida nos estudos de Lakoff & Johnson (2002) vem ao encontro do que se tem buscado demonstrar em relação às expressões lexicais previsíveis: assim como as chamadas "metáforas mortas" estão bem "vivas" em nossa vida cotidiana; as expressões previsíveis são muito eficientes na atividade linguística; e as que apresentam estrutura metafórica são ainda mais eficientes para demonstrar um modo "comum" de pensar a realidade e de estruturar os conceitos.

Note-se que o título do informe condensa certo tipo de conteúdo compartilhado. Poderíamos dizer que o título do informe apresenta uma informação mais estável e, com isso, referencialmente "dada", enquanto o texto trará uma informação "nova", que confirmará o dado ou se firmará a partir dele. As expressões lexicais previsíveis nos títulos dos informes jornalísticos, além de condensarem a informação, garantem maior acessibilidade, pois representam um modo de *dizer* coletivo.

Após esse trabalho com as expressões multivocabulares, voltamos para o estudo da progressão textual. A ideia de que a anáfora é um mecanismo de mera retomada e substituição de um item linguístico está ultrapassada. A função da anáfora não é a de evitar a repetição. A anáfora é vista como estratégia de progressão referencial. Note-se que não é um item na superfície do texto que retoma outro item, mas é o falante que seleciona um item para manter um objeto de discurso ou reativar um objeto de discurso anteriormente ativado, modificando-o, construindo e reconstruindo o seu discurso, ajustando e reajustando o seu dizer. A concepção de anáfora foi ampliada, entendendo-se que há também um tipo de anáfora, chamada indireta, quando o falante usa uma expressão que ativa um referente ainda não expresso, mas ancorado a outro referente já expresso no texto, que lhe serve de âncora. O exemplo abaixo foi extraído de um *corpus* construído por crônicas contemporâneas¹¹. Observe que o referente ativado pelo nome "dinheiro" faz remissão ao referente ativado pelo nome herança, que atua como âncora.

¹¹ O *corpus*, constituído por crônicas contemporâneas, está sendo analisado por Elaine Barbosa Rodrigues (PIBIC/UFF), participante do projeto de pesquisa em desenvolvimento "Léxico sob a ótica da referencialização: nomeação, nominalização e anáfora", sob minha orientação.

ANÁLISE DO DISCURSO II

(2) Tinha recebido pequena herança de uma tia. Queria aplicar o **dinheiro** numa atividade que lhe desse algum lucro, porém, mais que lucro, satisfação intelectual. (Lourenço Diaféria, *Conversa de grego*)

Mas não apenas o estudo da anáfora vem sendo revisitado pela referenciação. Na língua oral, a repetição e a correção são estudadas como mecanismos de construção de referentes, de recategorização e de progressão referencial¹².

PARA UMA REVISÃO DAS CATEGORIAS GRAMATICAIIS

O estudo do aposto feito por Masson (2008) é um exemplo das muitas possibilidades de revisão da gramática sob a ótica da referenciação. Nesse estudo, a autora nos mostra diversas funções discursivas dessa categoria geralmente vista apenas do ponto de vista sintático, como um termo da oração. Um termo acessório, assim se costuma dizer. O aposto, estudado sob a ótica da referenciação, não se restringe aos limites da oração.

Outro estudo de natureza gramatical vem sendo feito. Estamos estudando as construções com verbo *ter*, com base em pressupostos da gramática funcional e da referenciação. Observamos que, por meio dessas construções, os falantes podem atribuir a um nome um modificador com valor de finalidade.

Observe-se que em (3) se atribui ao termo nominal, *uma mesinha de centro baixinha*, uma propriedade que consiste em uma especificação com valor de *finalidade* expresso pela proposição *pra colocar cinzeiros... essas coisas*.

(3)... *tinha* o piano... um piano... me lembro muito bem que tinha um abajur de pé... sabe abajur de pé? E uma mesa... *uma mesinha de centro baixinha pra colocar cinzeiros...* essas coisas... a sala era muito pequena não dava pra muita coisa não... (NURC70M1, 046)

Outra característica dos contextos construídos com *ter* diz respeito à redução de valência do predicado constituído na comple-

¹² Estudo da anáfora e de outros mecanismos de referenciação em textos orais está sendo feito pela aluna Rachel Maria Campos Menezes de Moraes (UFF), também participante do projeto de pesquisa citado.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

mentação nominal (Menezes, 2001; 2004). Em (4), note-se que não é expresso o complemento para o nome *responsabilidade*.

(4) ...basta ter mais responsabilidade e menos cobiça para as coisas se acertarem. (JB/AX, 27/05/1998)

Observe-se, agora, o processo de redução de valência do infinitivo, que também reflete os contextos das construções com verbo *ter* na *matriz*. No exemplo (5), a seguir, o verbo *receber*, sem objeto direto, assume no contexto o valor de "receber visita", mais especificamente, "receber visita com elegância, cordialidade e educação" (cf. a expressão: *Ela não sabe receber*).

(5)... eu sou de família... de família fundadora da cidade do Rio de Janeiro... então... eh... minha avó... pra você ver... minha avó tinha... a-bria... havia aquela... aquele pessoal que *tinha um status... pra receber... não é?*... (NURC70)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A retomada dos estudos sobre referência numa abordagem discursiva aproxima os estudos de texto aos estudos de gramática que contemplem o uso da língua. Os movimentos de estabilização e desestabilização referencial deixam de ser um problema e passam a ser considerados mais positivamente como fenômenos inerentes ao processo de referenciação e de gramaticalização; os meios linguísticos de que os falantes se valem para falar do mundo passam a ser considerados como estratégias fundadas cognitivamente e discursivamente. Abre-se um leque de estudos a serem revisitados. Dentre esses estudos, amplia-se a concepção de anáfora e de progressão textual. Também os estudos gramaticais poderão ser revisados sob a ótica da referenciação, vide o caso da categoria sintática "aposto", que sob a ótica da referenciação, pode ser observado em sua função de recategorização de objetos de discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSERIU, Eugenio. *Princípios de semântica estrutural*. 2ª ed. Madrid: Gredos, 1981.

ANÁLISE DO DISCURSO II

DIAFÉRIA, Lourenço. Conversa de grego. **In:** PINTO, Manuel da Costa (org.). *Crônica brasileira contemporânea*. São Paulo: Salamandra, 2005, p. 52-56.

ERMAN, Britt; WARREN, Beatrice. The idiom principle and the open choice principle. *Text*, 20: 29-62, 2000.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. [1980] *Metáforas da vida cotidiana*. Tradução de Mara Sophia Zanotto. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Educ., 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. O léxico: lista, rede ou cognição social? **In:** Negri, L.; Foltran M. J.; Oliveira, R. P. *Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 263-282.

MENEZES, Vanda Cardozo de. *Construções infinitivas iniciadas por para: oracionalidade e redução*. 155 p. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001.

———. Contextos de encaixamento: verbo ter na matriz. *Veredas – Revista de estudos Linguísticos*. Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 8, n.1, jan./dez. 2004, Juiz de Fora: UFJF, p. 137-152.

MASSON, Solange Passos. *A categoria sintática **aposto** sob a ótica da Referenciação: “um termo acessório?”*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos do discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. **In:** CAVALCANTE, Mônica; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena (orgs.). *Referenciação*. Clássicos da Linguística, Vol. 1. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.

PAIVA, Maria da Conceição; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. A mudança lingüística em curso. **In:** Paiva, M. da C.; Duarte, M. E. (orgs.). *Mudança lingüística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003, p. 13-29.

SALOMÃO, Maria Margarida. Razão, realismo e verdade: o que nos ensina o estudo sociocognitivo da referência. **In:** Koch, I. V., Morato, E. M.; Bentes, A. C. (Orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 151-168.

**ESTUDOS DA TRADUÇÃO E ANÁLISE DO DISCURSO:
DIÁLOGOS POSSÍVEIS**

Giovana Cordeiro Campos
giovanacordeirocampos@gmail.com

OS ESTUDOS DA TRADUÇÃO

Embora milenar, a atividade tradutória veio a se constituir como disciplina somente na década de setenta do século XX. Grande parte da produção teórica a respeito da tradução até então priorizava abordagens cujos pilares eram os critérios de equivalência, precisão e fidelidade. Estes estavam baseados em uma visão de língua como instrumento, da tradução como transporte de significados e o do tradutor como ser capaz de dominar os sentidos. Esse quadro teórico viria a ser alterado por vários pensamentos e teorias desenvolvidos em outras áreas do conhecimento, os quais tiveram reflexos no campo dos estudos da tradução, vindo a contribuir para a chamada “virada cultural” (Snell-Hornby, 1990) ocorrida nos estudos da tradução. Passou-se a considerar a macro-estrutura da História e da Cultura, ao lado de uma visão do tradutor como construtor de significados.

Dentre os vários estudos e movimentos, podemos destacar os chamados estudos culturais, os quais, tomando como base as estruturas sociais e o contexto histórico, deslocaram o sentido de cultura da sua tradição elitista para incluir também as práticas cotidianas. Dessa forma, as atividades consideradas marginais, como a prática tradutória, começaram a ter espaço dentro dos estudos acadêmicos. Além disso, os estudos culturais propuseram a interdisciplinaridade, configurando um campo de interação entre várias disciplinas, como a antropologia, a sociologia, a história, entre outras.

No que se refere à questão da leitura, por exemplo, os estudos da tradução se valeram de concepções advindas da crítica e teoria literárias. A partir de 1950, passou-se a considerar que os textos literários estariam abertos a várias leituras, sendo o leitor um componente ativo no processo de interpretação. Na Itália, Umberto Eco (1962) levantou a hipótese da obra aberta, caracterizada exatamente pelas várias possibilidades de leitura que um texto suscita; no contexto alemão, Hans Robert Jauss (1977) problematizou a recepção dos tex-

ANÁLISE DO DISCURSO II

tos literários, salientando que as interpretações não são fixas; e Wolfgang Iser (1976) reivindicou para o leitor o papel de elemento diretamente responsável pela construção de significados de um texto ao preencher os vazios nele existentes; no universo francês, Roland Barthes (1968) desmistificou a noção do autor ao defender “a morte do autor”, colaborando para que o foco dos estudos literários fosse desviado para o leitor. A partir desses estudos, o autor deixou de ter com um texto uma relação de propriedade, sendo “figura que lhe é exterior e anterior, para a qual o texto aponta” (Foucault, [1969] 1992, p. 34). Tais posicionamentos foram particularmente relevantes para a tradução. Visto que o processo de tradução de um texto tem como um de seus mais importantes elementos a leitura, o leitor aceito como construtor de significados faz do tradutor um produtor de significados, já que a escrita da tradução resultará de sua interpretação.

Quanto aos estudos produzidos dentro da própria área dos estudos da tradução, podemos destacar os de Itamar Even-Zohar (1978, 1979) que, tomando como base o formalismo russo, desenvolveu sua teoria dos polissistemas. O estudioso não somente propôs uma visão da literatura como pertencente a um polissistema heterogêneo, complexo e dinâmico – a cultura – mas também demonstrou ser a própria literatura um polissistema, composto por vários sistemas entre os quais se inclui o da literatura traduzida. Esse “sistema de sistemas” é heterogêneo: há várias tendências, gêneros, escolas literárias, competindo constantemente por prestígio e poder (Martins, 2002, p. 36).

Theo Hermans (1985), outro importante teórico da tradução, propôs o conceito de “manipulação” (*manipulation*), considerando que “do ponto de vista da literatura-meta, todas as traduções implicam certo grau de manipulação do texto-fonte para um propósito determinado” (p. 11). Assim, para que o texto possa tornar-se compreensível na passagem de um contexto para outro, o mesmo é manuseado, alterado, manipulado, acabando por ser reescrito nesse novo contexto.

Por sua vez, o termo “reescrita” (*rewriting*), aplicado à atividade da tradução, foi cunhado por André Lefevere em 1980, em substituição a “metaliteratura” e “refração”, termos usados por ele em trabalhos anteriores (Vieira, 1992, p. 130). Para Lefevere (1992), qualquer ato de reescrita, seja na forma de antologias, de crítica, de

resenhas ou de tradução, representa uma forma de adaptação de uma obra para um público receptor diferente, sendo também por meio de suas reescritas que um texto se estabelece no interior dos polissistemas literários. No caso da tradução, tem-se uma acomodação daquilo que é estrangeiro para as normas da língua e da cultura-meta. Lefevere considera que as reescritas desempenham um papel importante na composição e disseminação de uma obra e no desenvolvimento de literaturas (Lefevere, 1982, p. 16-18; Vieira, 1992, p. 133). Os reescritores manipulam os originais de acordo com as ideologias de seu tempo, ou seja, o processo de reescrita é modelado, de alguma forma, pela estrutura de valores da sociedade em que eles vivem, ainda que esses valores não sejam conscientemente percebidos. As traduções, portanto, como qualquer outro processo de reescrita, constituem “manipulações ideologicamente comprometidas” (Oliveira, 2002, p. 3).

Um dos nomes mais importantes nos estudos contemporâneos da tradução é Lawrence Venuti, teórico e tradutor que vem promovendo uma ampla discussão sobre a atividade tradutória, apontando-a como uma tarefa que possui implicações culturais globais. O autor alega que o ato de se colocar o texto traduzido a serviço de uma cultura descortina assimetrias, revela injustiças, ilumina relações de dominação e dependência (Venuti, [1998] 2002, p. 5) e, por essas razões, torna-a um “escândalo”. Além disso, ele discute que a escolha dos textos a serem traduzidos, bem como das estratégias adotadas na realização de uma tradução, não somente são capazes de alterar ou consolidar cânones, mas também de construir uma identidade para uma cultura-fonte em uma cultura-meta. Nesse sentido, outro escândalo da tradução é revelado, visto que a escolha de uma determinada estratégia tradutória pode criar valores e práticas diferentes do modelo cultural vigente no contexto-meta, proporcionando, dessa forma, uma abertura para a alteridade, para a visualização do outro e, portanto, permitindo que se opere uma inscrição de valores estrangeiros no contexto doméstico. Por outro lado, se a tradução está voltada para a produção de um texto fluente, ocorre uma inserção de valores domésticos no texto estrangeiro, fazendo com que sejam apagadas as suas marcas culturais e linguísticas.

Há vários outros estudos e trabalhos na área, contudo, com os que esboçamos até aqui, pensamos ter demonstrado a preocupação dos estudos da tradução em melhor entender a articulação entre o

ANÁLISE DO DISCURSO II

processo tradutório, a ideologia e a história. Nesse sentido, ainda que haja divergências, a tradução é vista como atividade inserida em um contexto sócio-histórico e político-ideológico, do qual não é possível ao tradutor se abstrair (Campos, 2004).

A ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA

O quadro epistemológico da AD de escola francesa, tal como foi construído por Michel Pêcheux a partir da década de 60 do século XX, articula-se no espaço entre o materialismo histórico – observando a questão das formações sociais e suas transformações; a Linguística – levando em conta os processos de enunciação, porém, com a reelaboração dos conceitos aí envolvidos; e a teoria do discurso – reconhecendo a determinação histórica dos processos semânticos.

Interessa à AD a língua fazendo sentido, logo, a língua não é tomada como um sistema abstrato, mas como mediação necessária entre o homem e sua realidade social. Sob essa perspectiva histórica e social temos a inserção dos aspectos ideológicos na compreensão do funcionamento da linguagem. A partir desse modo de pensar, a AD inaugura uma nova instância da linguagem – o discurso – que representa uma interação na qual se manifesta a ideologia.

A noção de discurso da AD desestabiliza a noção da língua como mero instrumento de comunicação, ao mesmo tempo em que desconstrói a visão da comunicação entre seres humanos como sendo uma atividade em que um determinado emissor envia uma mensagem a um receptor por meio de um determinado código. Para a AD, não existiria uma atividade estanque de codificação e decodificação; trata-se de um *processo* de significação no qual há uma relação de sujeitos afetados pela história e pela língua e, nessa relação, os sentidos e os próprios sujeitos se constituem.

Percebemos que o viés da AD consegue abordar a complexidade da língua enquanto fato social e histórico, sendo que a língua ganha um status privilegiado de lugar de manifestação ideológica. Nessa conjuntura, podemos sustentar que a AD coloca a interpretação em questão, uma vez que esta somente acontece num espaço de relação entre sujeitos, levando em consideração as condições de produção dos discursos.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Por condições de produção do discurso (CP) a AD entende, em sentido estrito, as circunstâncias de enunciação, e, em sentido mais amplo, o contexto sócio-histórico e político-ideológico. A necessidade de abordar as CP no segundo sentido aqui exposto remete à outra noção relevante dentro da AD, a qual atua em relação ao discurso: a memória discursiva. A noção de memória discursiva se define, de modo genérico, como “interdiscurso”, um saber discursivo que torna possível às nossas palavras fazerem sentido. Esse saber corresponde a palavras, expressões, enunciados etc., já ditos e esquecidos, mas que continuam a nos afetar. O interdiscurso se refere a algo que fala antes de nós, ou seja, é o elemento que faz com que o discurso remeta ao já-dito – os dizeres que, ainda que “esquecidos” por nós, fazem-se presentes no nosso dizer: “o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (p. 31).

De acordo com Pêcheux (1988), é pela ideologia que sabemos o que é um soldado, um operário, um patrão etc.: “é a ideologia que, através do ‘hábito’ do ‘uso’, está designando, ao mesmo tempo, *o que é e o que deve ser*” (p. 160). Logo, a suposta transparência da linguagem mascara o fato de que os sentidos das palavras não existem “em si mesmos”, isto é, “*as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições* [e podemos acrescentar as convicções] *sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas” (p. 160).

Dentro dessa perspectiva, Pêcheux aborda o termo formação discursiva (FD), proposto inicialmente por Foucault, e o redimensiona, chamando de FD “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (p. 160). Entendemos que os discursos são modelados por essas formações ideológicas, podendo a FD ser entendida como a forma pela qual uma ou mais de uma formação ideológica se manifesta em um dado processo de enunciação. Para Pêcheux, a FD é “o lugar de constituição do sentido”, ou seja, sua “matriz” (p. 162). Todavia, as FDs não devem ser pensadas aqui como um bloco homogêneo, funcionando automaticamente: elas são “regionalizações do interdiscur-

ANÁLISE DO DISCURSO II

so, configurações específicas dos discursos em suas relações” (Orlandi, 2005, p. 43).

A conclusão a que se pode chegar é que o dizer não se resume a uma propriedade particular. Há em cada fala, texto, enunciação, discurso, algo que “não nos pede licença”, mas que vem pela história, pela filiação a sentidos já constituídos e que é marcado pela ideologia e pelas questões de poder. Assim, entendemos quando se afirma em AD que o sujeito não é a origem de seu dizer. Ao mesmo tempo, percebemos que ao analista de discurso cabe questionar o que a mobilização de determinadas palavras, em detrimento de outras, pode mostrar além das evidências.

Muito haveria que abordarmos sobre a AD. De forma resumida, podemos dizer que a AD defende ser o discurso um efeito de sentidos entre sujeitos constituídos no jogo sócio-histórico e político-ideológico do dizer. Desse modo, a Análise do Discurso interessa particularmente ao campo dos Estudos da Tradução porque traz para a reflexão sobre o funcionamento da linguagem as questões das relações sociais, bem como as de poder sob um viés discursivo. Os sentidos são vistos como tendo relação com o confronto de forças presente na sociedade, em sua dimensão ideológica, não sendo a linguagem tomada pela AD como um mero instrumento de comunicação de significações. Esse é um dos (muitos) pontos em que as duas áreas se encontram.

OS ESTUDOS DA TRADUÇÃO E A ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA: BREVES CONSIDERAÇÕES

Do que foi abordado nas seções anteriores, podemos destacar pelo menos três semelhanças entre as duas áreas: o interesse pela relação entre língua e ideologia; o objetivo de combater à visão da língua como algo transparente; a consideração do papel do leitor como produtor de discursos.

Para dar conta dessas três semelhanças, tomemos o trabalho proposto por Solange Mittmann (2003). Segundo a autora, um conceito-chave para o entendimento do processo tradutório é o de *texto*, uma vez que é na leitura do texto-fonte que o processo discursivo da

tradução tem início. O que a AD pode fornecer à compreensão da tradução nesse sentido é a consideração de que é na língua que o discurso se materializa. Daí afirmarem os analistas do discurso que a leitura não é um processo de decodificação, mas um espaço de produção de sentidos. A partir da leitura, vista como processo de produção de sentidos, o tradutor produz um novo discurso, que se materializará em um novo texto — o texto da tradução. Por sua vez, o leitor da tradução também estará produzindo sentidos no momento de sua leitura da tradução. Essas considerações levam Mittmann a observar que a relação de imbricação entre texto e discurso faz com que a tradução não possa ser tomada como algo isolado, mas em relação às suas condições de produção, que, no caso da tradução, também envolvem outros textos a que o tradutor recorre, tais como dicionários, artigos e livros relacionados ao assunto da tradução, outras traduções etc., os quais são *materializações de outros discursos* (p. 57). Assim, há um deslizamento de discursos na tradução, o que foi ignorado por muito tempo dentro das concepções mais tradicionais de tradução.

Outro conceito fundamental para a compreensão do processo tradutório é a noção de *língua*, uma vez que as concepções de tradução normalmente têm um vínculo direto com a concepção de língua a que o teórico/estudioso da tradução se filia, implícita ou explicitamente. Segundo Mittmann, a língua não é tomada pela AD como lugar de univocidade, transparência e regularidade; ao contrário, a AD admite a falha, a falta e o equívoco como constitutivos da própria estrutura da língua. A partir da AD é possível considerar que as línguas têm uma materialidade histórica particular, o que tem efeitos no entendimento do processo tradutório. Nas palavras de Orlandi (1994), as línguas “se marcam por se historicizarem de maneiras distintas. [Por essa razão, elas] produzem discursos distintos [e] significam diferentemente” (p. 31). Desse modo, a historicidade¹³ constitui a língua e os sentidos. Nessa direção, A AD e o campo dos estudos da tradução mais uma vez estão alinhados, sendo que a AD sofisticada ainda mais o pensamento sobre a língua ao admitir também a falha no

¹³ De acordo com o encaminhamento teórico proposto pela AD, não é de interesse do analista de discurso fazer um “rastreamento de dados históricos em um texto”, mas o de compreender como os sentidos são ali produzidos. De acordo com Ferreira (2005), “a esse trabalho dos sentidos no texto e à inscrição da história na linguagem é que se dá o nome de historicidade” (p. 17).

ANÁLISE DO DISCURSO II

ritual, o equívoco, e não como desvio, mas como constitutivo. A observância da irregularidade e da heterogeneidade conduz a uma visão de tradução na qual a historicidade da língua torna-se fundamental. Assim, tudo o que constitui os processos discursivos (sistema de valores, carga afetiva, aquilo que pode/deve ou não pode/não deve ser dito) — a formação discursiva e o interdiscurso — também impregna a língua e vai constituir a forma como a língua recorta o real. Ao traduzir, o tradutor encontra outro sistema de valores, outras determinações históricas etc., que representam outro recorte do real.

Outro ponto de análise a ser destacado são as implicações da noção de “sujeito” para o processo tradutório. De acordo com Mittmann, as concepções tradicionais sobre a tradução tinham uma forte resistência à inscrição da subjetividade do tradutor no texto traduzido, chegando ao ponto de se considerar a “presença” do tradutor no texto como algo negativo, que deve ser evitado. Já nas concepções mais atuais, cada teórico, a seu modo, reivindica o reconhecimento da produção da tradução pelo tradutor. Mittmann defende que falar sobre o tradutor do ponto de vista da AD implica abordar a interpelação ideológica que constitui esse tradutor como sujeito por meio de sua relação com a forma-sujeito de uma formação discursiva. De acordo com a autora, é a partir dessa relação — do sujeito tradutor com o Sujeito da FD — que o tradutor, “como sujeito enunciador, assume uma posição-sujeito, que se inscreve em sua formulação, no caso, o texto da tradução” (p. 80). Portanto, é essa relação que determina a produção de sentidos tanto no processo de leitura do original quanto no de escrita da tradução; daí, segundo Mittmann, a particularidade de cada tradução. Vale acrescentar que o processo de relação entre o Sujeito da FD e sujeito tradutor é um processo encoberto, ou seja, o sujeito é interpelado, mas se acredita livre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há muito ainda a ser feito no que tange à relação entre a Análise do Discurso francesa e os Estudos da Tradução. Este trabalho procurou apresentar uma breve revisão bibliográfica no intuito de apontar semelhanças e fomentar uma discussão mais ampla entre as duas áreas. De acordo com o que pudemos apurar, ainda são poucos os trabalhos em AD que se dedicam a estudar o processo tradutório.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Trad. Walter J. Evangelista e Maria L. V. De Castro. Rio de Janeiro: Graal, [1970] 1985.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: BARTHES, Roland. *O Rumor da Língua*. Trad. Mario Laranjeira. [s.l]: Brasiliense, [1975], 1988.

CAMPOS, Giovana Cordeiro. *For Whom the Bell Tolls, de Ernest Hemingway, e suas traduções no contexto brasileiro*. 2004 – Dissertação (Mestrado em Letras: Teoria da Literatura), ICHL, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

ECO, Umberto. *Lector in Fabula*. São Paulo: Perspectiva, [1962]1986.

EVEN-ZOHAR, Itamar. Polysystem theory. **In:** *Poetics today*, Tel Aviv, nº 1/2, v.1 1979, p. 287-310.

EVEN-ZOHAR, Itamar. The position of translated literature within the literary polysystem. **In:** HOLMES, J. S. *et alii* (ed.). *Literature and Translation: new perspectives in literary studies*. Leuven: Acco, 1978, p. 117-127.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Linguagem, Ideologia e Psicanálise. *Estudos da Linguagem*. Vitória da Conquista: UESB, 2005, p. 69-75.

FOUCAULT, Michel. *O que é um Autor?* Lisboa: Vega, [1969] 1992.

HERMANS, Theo. Translation Studies and a New Paradigm. **In:** HERMANS, T. *The Manipulation of Literature: studies in literary translation*. London & Sydney: Croom Helm, 1985, p. 7-15.

ISER, Wolfgang. A Interação do texto com o leitor. **In:** LIMA, Luiz Costa (org.). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Trad. de Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1976] 1979. p. 83-132.

JAUSS, Hans Robert. A estética da recepção: colocações gerais. **In:** LIMA, Luiz Costa (org.). *A literatura e o leitor: textos de estética da*

ANÁLISE DO DISCURSO II

recepção. Trad. Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1977] 1979, p. 43-61.

LEFEVERE, André. Mother courage's cucumbers: text, system and refraction in a theory of literature. *Modern Language Studies*, v. 12, 1982, p. 3-20.

LEFEVERE, André. *Translation, Rewriting and the Manipulation of Literary Fame*. London, New York: Routledge, 1992.

MARTINS, Marcia A.P. Descriptive translation studies: uma revisão crítica. In: *Gragoatá*. Niterói: UFF. n13, 2002/2, p. 33-52.

MITTMANN, Solange. *Notas do tradutor e processo tradutório: análise e reflexão sob uma perspectiva discursiva*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

OLIVEIRA, Maria Clara Castellões de. Em torno da literatura, tradução, tradutores e autores. *Contexto*, Espírito Santo: UFES, 2002.

ORLANDI, Eni. P. A Análise do Discurso: algumas observações. D.E.L.T.A., SP, v.2, n.1, 1986, p. 105-126.

ORLANDI, Eni P. A língua brasileira. In: *Trabalhos de Lingüística Aplicada*, Campinas, n.23, 1994, p. 29-36.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, [1999] 2005.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp, [1975] 1988.

SNELL-HORNBY, Mary. Linguistic transcoding or cultural transfer? A critique of translation theory in Germany. In: BASSNETT, Susan; LEFEVERE, André. *Translation, History & Culture*. London: Pinter, 1990, p. 79-86.

VENUTI, Lawrence. *Escândalos da tradução: por uma ética da diferença*. Trad. Laureano Pelegrin *et alii*. Bauru: EDUSC, [1998] 2002. p. 129-167.

VIEIRA, Else Ribeiro. *Por uma teoria pós-moderna na tradução*. 1992. 265 p. – Tese (Doutorado em Letras: Literatura Comparada) - Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ANÁLISE DO DISCURSO II

LINGUA(GEM), MOLA PROPULSORA?

Regina Fernandes Costa (UFF)

...sempre que tentei fazer um trabalho teórico, foi a partir de elementos da minha própria experiência. Era por pensar reconhecer nas coisas que via, nas instituições com que tinha que ver, nas minhas relações com os outros, brechas, abalos surdos, disfunções, que empreendia um tal trabalho – um qualquer fragmento de biografia. (Michel Foucault)

Para falar, sucintamente, de minha dissertação de mestrado, *Língua(gem), Mola propulsora?*, dividirei este artigo em duas partes. Na primeira, apresento os principais elementos que a compõem; na segunda, transcrevo parte de seu primeiro capítulo, intitulado *Curriculum Vitae*.

1ª PARTE

A dissertação de mestrado *Língua(gem), Mola Propulsora?* apresenta como *tema* a importância de uma nova prática de leitura e como *objeto de estudo* o discurso empresarial, via discurso pedagógico-tecnista, pretendendo não só compreender o funcionamento desse discurso, em alguma medida, como também refletir sobre a formação de um leitor crítico, capaz de compreender o funcionamento da linguagem em termos discursivos, isto é, quanto aos dois pólos que caracterizam os processos de produção de sentidos: o parafrástico, que busca a manutenção dos sentidos, e o polissêmico, que ressignifica sentidos cristalizados.

Língua(gem), Mola Propulsora? fundamenta-se teoricamente no quadro epistemológico da Análise de Discurso francesa, de Michel Pêcheux.

Esse suporte teórico fundamenta a reflexão sobre como a análise do discurso empresarial pode possibilitar a compreensão do modo de produção linguístico-histórico-ideológico dos sentidos e, dessa

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

forma, contribuir para a leitura do mundo profissional, partindo, indiretamente, da realidade das secretárias como redatoras de textos administrativos que exigem delas o conhecimento de certas fórmulas, técnicas, modelos, padrões, além do domínio da norma culta, da linguagem formal. Do texto dessas profissionais, é exigido exatidão, coerência das ideias, clareza, concisão e tom cortês. Tendo em vista que todo esse conhecimento pode ser exercitado por manuais de redação empresarial, selecionou-se para compor o *corpus* empírico dois livros de redação:

1º *Correspondência Comercial* (Pelo Processo da Assimilação) de Automar Oehlmeyer, de 1963 (9ª edição).

2º *Redação Empresarial* – Escrevendo com Sucesso na Era da Globalização, de Miriam Gold, de 1999 (1ª edição).

Ler discursivamente esses dois livros de redação comercial/empresarial/oficial, com 36 anos de intervalo entre eles, significa fazer uma leitura que articula o linguístico com o histórico.

Para fazer essa leitura, os recortes feitos nos dois livros buscam analisar a concepção de língua, de gramática, de leitura: sujeito e sentido, vigentes na época em que os dois autores publicaram seus manuais: 1963, Automar Oehlmeyer; 1999, Miriam Gold.

A análise desses recortes possibilitou a seguinte formulação-síntese dos componentes da linguagem empresarial, uma linguagem que se pretende homogênea, unívoca e que deve funcionar na era da globalização como “mola de sobrevivência e do lucro” (Gold, 1999): Língua padrão; gramática padrão; gramática textual; leitura parafrásica; sentido único; sujeito igual a sei próprio, consciente e autônomo.

Mas, nesta breve apresentação, pretendo destacar como o estudo da teoria da Análise de Discurso de Michel Pêcheux afetou minha leitura. Para tanto, apresentarei a seguir o primeiro capítulo de *Língua(gem), Mola Propulsora?* Nele, faço a releitura de meu próprio currículo à luz da teoria estudada. Afinal, como diz Eni Orlandi, aprende-se a ler mais de uma vez.

ANÁLISE DO DISCURSO II

2ª PARTE

Curriculum Vitae

O “apagamento” não tem um sentido negativo, pois: 1. ele é a própria possibilidade de transmutação do sujeito em suas múltiplas formas e funções; e 2. ao colocar-se socialmente, o sujeito-autor se percebe subjetivamente. O apagamento é constitutivo do sujeito. É um modo de existência do sujeito: um procedimento pelo qual ele se constitui. Em resumo: o apagamento faz parte das condições de produção do sujeito. (Orlandi)

O processo de seleção da vida profissional de um aspirante ao mercado de trabalho empresarial geralmente começa com uma entrevista e com a análise de seu *Curriculum Vitae*. Para que sua apresentação pessoal permaneça não apenas na memória do entrevistador, mas também de forma palpável, concreta, o candidato entrega seu *Curriculum Vitae* com informações relevantes, tais como: seu objetivo, sua experiência e formação. Considerado de função utilitária, tal documento deve ser claro, conciso e objetivo.

Tanto a entrevista quanto o *Curriculum* representam práticas padronizadas. A primeira, oral, julga o candidato não apenas por sua aparência, seu modo de vestir-se, de comportar-se, mas também pelo que fala e *como* fala. A segunda, escrita, pressupõe a observância de um padrão gráfico-visual determinado. Na verdade, todos os *papéis* do mundo empresarial caracterizam-se por uma padronização determinada. Contraditoriamente, no entanto, a contratação depende ao mesmo tempo daquilo que homogeneiza, isto é, desse padrão oral, visual e gráfico, e daquilo que diferencia, certa personalização discreta. Caso contrário, o *Curriculum Vitae* se perde entre tantos outros e a chance de conseguir a vaga se esvai. Em outras palavras, dentro desse padrão imposto há o desafio imperioso de que se produza com alguma dose de originalidade.

Tanto a prática oral – entrevista – quanto a escrita – *Curriculum* – representam etapas do processo de seleção que pressupõem um modo de ler e de interpretar por parte daqueles que representam o departamento de Recursos Humanos. Tais sujeitos-leitores apreendem o inteligível e o interpretam, a partir de sua posição, de acordo com o padrão determinado pela empresa. Assim, selecionam o candidato mais adequado.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

No entanto, há outras maneiras de se ler um *Curriculum Vitae*. A Análise de Discurso francesa (Pêcheux), por exemplo, ensina a ler na materialidade linguística a exterioridade sócio-histórico-ideológica. Foi esse enfoque discursivo que me levou a problematizar a leitura desse documento. Para tanto, segui as pistas impressas.

Com esse olhar, releio meu *Curriculum Vitae* e descubro, pela forma em que me fui inserindo no mercado de trabalho, a questão deste estudo.

Iniciei minha vida profissional em empresas. Durante *dez* anos, trabalhei em *sete* companhias. Ocupei diferentes cargos – datilógrafa, secretária bilíngue, secretária executiva, estenodatilógrafa.¹⁴

Redigi, portanto, seis cartas de demissão, seis tentativas de romper com uma forma de trabalho repetitiva. A mudança frequente de empresa indica resistência a um modo de trabalhar padronizado, sempre a reproduzir a palavra do chefe, a palavra ditada, estenografada, datilografada, rascunhada – a palavra do outro. Mais que isso, indica ainda a ilusão de que ao mudar para uma empresa diferente a insatisfação terminaria. Ledo engano, pois a posição sujeito continuava a mesma e, dessa forma, permanecia a sensação de incompletude e apagamento.

Naqueles anos cinzentos, de 1962 a 1973, período em que predominou o governo militar no Brasil, a palavra era extremamente cerceada. Lembro que naquela ocasião era comum aparecer nos jornais, em classificados de emprego solicitando secretárias, o requisito *redação própria*. No entanto, consoante àquele momento político, ter redação própria não significava ter autoridade, no sentido de ser autor, de ser capaz de criatividade. Significava apenas que a secretária após receber instruções sobre o que dizer, seria capaz de produzir determinado texto (carta, relatório, requerimento etc.), dentro dos padrões exigidos pela redação técnica, “com suas próprias palavras”, que, na verdade, repetiam as palavras do outro. Sem dúvida alguma, uma secretária que atendesse a esse requisito poupava o tempo do chefe e, por essa razão, era mais bem paga.

¹⁴ Aquele que é, a um tempo, estenógrafo e datilógrafo. (Ferreira, 1999, p. 832) Estenografia: escrita abreviada e simplificada, na qual se empregam sinais que permitem escrever com a mesma rapidez com que se fala. (Ferreira, 1999, p. 833)

ANÁLISE DO DISCURSO II

Na escrita empresarial, não parece haver movimento entre o processo parafrástico (o mesmo) e o polissêmico (o diferente). A secretária está presa ao pólo parafrástico. Falta o polissêmico, portanto, para que haja movimento. Assim, a prática dessa profissional se caracteriza pela produtividade, e não pela criatividade. Eni Orlandi (2000 [1999], p. 37) esclarece a distinção entre esses dois conceitos:

A “criação” em sua dimensão técnica é produtividade, reiteração de processos já cristalizados. Regida pelo processo parafrástico, a produtividade mantém o homem num retorno constante ao mesmo espaço dízível: produz a variedade do mesmo. (...) Já a criatividade implica na ruptura do processo de produção da linguagem, pelo deslocamento das regras, fazendo intervir o diferente, produzindo movimentos que afetam os sujeitos e os sentidos na sua relação com a história e com a língua. Irrompem assim sentidos diferentes.

Daí o tédio que o trabalho linguístico da secretária e do professor de redação empresarial pode provocar.

Entretanto, é na instância da autoria da secretária com redação própria que ocorre seu maior apagamento. “É da representação do sujeito como autor que mais se cobra sua ilusão de ser origem e fonte de seu discurso. É nessa função que sua relação com a linguagem está mais sujeita ao controle social.” (Orlandi, 1999 (1988), p. 78). Ao atuar dentro dos moldes já construídos, a secretária deve produzir o sentido único e desambiguizado, dentro do padrão culto da língua portuguesa. Nas palavras de Eni Orlandi:

É do autor que se exige: coerência, respeito às normas estabelecidas, explicitação, clareza, conhecimento das regras textuais, originalidade, relevância e, entre outras coisas, unidade, não contradição, progressão e duração de seu discurso, ou melhor, de seu texto. (Orlandi, 1999(1988), p. 75/76)

Dando continuidade à releitura de meu *Curriculum*, pude compreender um movimento em busca de outras posições-sujeito, tais como professora e pedagoga. No entanto, curiosamente, essa movimentação, de alguma forma, retoma a questão delineada no início da vida profissional em empresas. Isto porque passei a dar aulas de redação empresarial nos cursos de Recepcionista e Secretária no Senac, de 1995 a 2000. Mas, desta feita, minha função era “ensinar” como se escreve dentro dos modelos prescritos pela redação empresarial. A partir de 2001, após a reestruturação radical da instituição-Senac, agora, não mais estruturada nos moldes de escola, mas nos de

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

empresa, assumi a posição de *monitora* (*free-lancer*) da Oficina de Comunicação dos cursos técnicos do Senac-Niterói. Minha função agora é a de ensinar a língua portuguesa como instrumento de comunicação para que os futuros prestadores de serviços não percam seus clientes. Assim, a questão inicial da resistência ao apagamento re-apresenta-se.

No entanto, percebo, ainda, sob as listas, digitadas no *Curriculum*, de cursos feitos, de monografias escritas, de projetos realizados e, também, sob o texto que compõe este estudo, aquela mesma questão dos tempos de trabalho em empresas. Afinal, a questão da autoria é a questão do sujeito e das duas ilusões que o constituem.

Para concluir esta apresentação pessoal e, por essa razão, escrita em primeira pessoa do singular, esclareço que a releitura de meu *Curriculum Vitae* serviu não apenas para identificar de onde nasce meu objeto de estudo e como buscar alcançá-lo em alguma medida, mas também para ressaltar que um *Curriculum* não é apenas uma certidão de nascimento e de “morte” do trabalhador, há muito a ser lido no entremeio...

Assim, minha aposentadoria não passa de um registro na carteira profissional. Meu tempo de serviço não acabou. Em outras palavras, as de Riobaldo (Rosa, 1988, p. 15): “O mais importante e bonito, no mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando.” Tal como a língua(gem). Tal como os discursos.

O primeiro capítulo termina com as palavras de Riobaldo, mas vou retomá-las para concluir este artigo. A releitura do *Curriculum Vitae* acrescenta a esse documento uma reflexão sobre ele mesmo: *as posições sujeito não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas vão sempre mudando*. O conflito entre uma posição sujeito que se quer padronizada e uma posição sujeito de resistência a essa padronização pôde ser compreendido quando ocupei a posição sujeito analista do discurso. Nessa posição reflexiva, fiz do discurso empresarial, via discurso pedagógico-tecnista, objeto de estudo, objeto de análise.

ANÁLISE DO DISCURSO II

BIBLIOGRAFIA

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* 6ª ed. Lisboa: Veja Passagens, 1992.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

MARIANI, Bethania. Linguagem e história (ou discutindo a lingüística e chegando à análise do discurso). **In:** *Caderno de Letras*: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras. Nº 12 – Ciências da Linguagem. Niterói/2º. Semestre/1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso*; princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2000 (1999)

———. *Discurso e leitura*. Campinas: Cortez, 1999.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

**METAFORIZAÇÃO DO ITEM ATÉ:
UM ESTUDO FUNCIONAL-DISCURSIVO**

Christiana Lourenço Leal (UFRJ)

INTRODUÇÃO

O item *até*, na Língua Portuguesa, vem passando por uma abstratização derivada de um processo de metáforização, já previsto pela teoria localista (G Lakoff & M Johnson, 1980 e Lyons, 1970), segundo a qual a formação de novas estruturas linguísticas parte de conceitos espaciais, ampliando-se para conceitos temporais e para outros ainda mais abstratos. É através dessa teoria que se pode analisar a transformação ESPAÇO > TEMPO > TEXTO pela qual passa o item em questão.

Neste trabalho, pretende-se comprovar que a gramaticalização do item *até*, objeto de pesquisa de nossa dissertação de mestrado, está intimamente ligada ao processo de metáforização. Como consequência disso, pode-se traçar uma escala de abstratização para o item *até* em diferentes contextos de uso.

Os estudos atuais sobre a língua em uso e, conseqüentemente, em movimento apresentam o conceito de gramaticalização como sendo o processo pelo qual um item lexical passa a gramatical ou como um item já gramatical passa a ainda mais gramatical a depender do contexto em que é usado (cf. Poggio, 2002).

Vários são os teóricos que estudam o processo de gramaticalização. A definição do processo é mais ou menos a mesma em todos os estudos. No entanto, a abordagem que se dá a ele possui algumas diferenças.

A definição clássica e mais aceita de gramaticalização é a de Hopper e Traugott (1993), *apud* Neves (2004): “Gramaticalização é o processo pelo qual itens e construções lexicais passam, em determinados contextos linguísticos, a servir a funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais”. A partir desse conceito, deve-se observar que a gramaticalização é parte de um estudo funcionalista sobre a linguagem, já que se trabalha em relação a “contextos linguísticos” e se trata o fe-

ANÁLISE DO DISCURSO II

nômeno como um “processo”, ou seja, não é algo pronto, definido, mas sim mutável constantemente em decorrência do uso.

Poggio (2002, p. 61) ressalta que J Bybee & W. Pagliuca (1994) assinalam que, do sentido lexical, desenvolve-se o gramatical, “através de um processo de generalização ou enfraquecimento semântico e um dos mecanismos usados é a extensão metafórica”.

No presente trabalho, deseja-se, portanto, analisar o fenômeno da gramaticalização com base na teoria localista e na metaforização discursiva que um item pode sofrer na língua.

A METAFORIZAÇÃO DO ITEM *ATÉ*

Em outros trabalhos, tratamos da gramaticalização do item *até* e, dentro de nossos estudos, inserimos a questão da metáfora. De fato, é através de um processo de metaforização que o item *até* sofre gramaticalização, passando de um nível mais concreto para um nível mais abstrato no contexto da língua.

É possível ver em outros trabalhos nossos, a proposta de uma escala de abstratização pela qual passa sincronicamente o item *até*, uma vez que se pôde perceber, ao longo da análise já feita em nossa pesquisa de Mestrado, usos cada vez mais abstratizados do item em questão. Assim, os exemplos em que o item *até* figura como elemento do discurso mostram uma ideia de limite muito mais abstrata do que nos usos espacial e temporal. Esta ideia de limite faz-se presente na maioria dos casos, mas não em todos. Há, ainda, os casos em que ela é levada ao esvaziamento, funcionando o item *até* muito mais como um organizador do discurso do que como um operador argumentativo. São os casos em que optamos por classificá-lo como um marcador discursivo:

Exemplo (1):

também não... de... **ATÉ**... eu venho do cedo pra cidade né? eu quase... eu chego na cidade sete horas né? (NURC-RJ, inquérito d2-296)

Em (1), nota-se que o item *até* funciona como encadeador do discurso, em uma tentativa de manutenção desse discurso, mas sem transmitir qualquer ideia. É como se o informante estivesse pensando

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

no que iria dizer e utilizasse o item *até* para manter o turno de fala consigo.

Como o item *até* é tão produtivamente usado como adicionador de comentário, é normal que os falantes da língua comecem a usá-lo sempre que pensam em adicionar um comentário novo ou como introdutor de qualquer declaração, tenha ela relação argumentativa com o discurso ou não.

Pelo esvaziamento significativo que representa este uso de *até*, opta-se por classificá-lo como marcador discursivo, tendo em vista que adquire a função de *preenchedor de pausa* (cf. Martelotta, 1996, p. 262).

Observe-se, agora, o exemplo (2), recolhido de um folheto de bar:

Exemplo (2):

Falar pelos cotovelos. Falar à beça. Falar à vontade. Falar contra a vontade. Falar **ATÉ**. (Botequim *Falabeça*)

Em (2), observa-se um uso mais recente do item *até*: sem qualquer sintagma após ele. Na verdade, pode-se interpretar esse uso como um apagamento do SN posterior ao *até* que pode ser depreendido pelo contexto. Algo como “falar até não poder mais”. Este uso já foi incorporado na fala dos mais jovens como uma espécie de gíria: “beijar até”; “andar até”; “falar até”...

Nesse caso, a abstratização do item é tão forte que já não é mais necessário um termo posterior a ele: seu uso se basta para a comunicação de sentido no discurso. De fato, o que se percebe, aqui é que *até* assemelha-se a *muito*, num claro uso como advérbio de modo: a maneira como se fala.

A comprovação de que o item *até* passa por uma escala de abstratização na direção espaço > tempo > texto, nos moldes da teoria localista de Lyons (1980), bem como a aplicação dos princípios de Hopper (1991) ao fenômeno em questão, mostraram que a gramaticalização é o processo que determina a coexistência dos diferentes usos do item *até* no português atual. A função textual do item parece estar se especializando cada vez mais na língua, tendo em vista o

ANÁLISE DO DISCURSO II

grande número de ocorrências de *até* como operador argumentativo nos *corpora*.

Observem-se os seguintes exemplos:

Exemplo (3):

... um trem bellissimo flecha que se chama ... que corta o Chile de debaixo **ATÉ** em cima... então nós subimos depois... de Puerto () **ATÉ** Santiago do Chile... nesse trem... () de um lado... (NURC-RJ, inquérito d2-296)

Há, em (3), três elementos responsáveis pela transmissão da ideia de lugar, sendo dois deles — a preposição *em* e o advérbio *cima* — indicadores de localização estática e um deles — a preposição *até* — indicador de localização dinâmica (limite de movimento no espaço).

Ainda no exemplo (3), observa-se que o item *até* funciona como preposição e inicia um SPrep com a função de adjunto adverbial de lugar. Neste caso, o item *até* também pode ser classificado como um elemento *transpositor* (Azeredo, 2004, p. 210), visto que transpõe um nome próprio de lugar (“Santiago do Chile”) à função adverbial. São muito comuns os exemplos em que o item *até* vem sucedido por um nome de lugar. Em textos em que se deseja indicar um caminho, uma orientação para se chegar a determinado endereço, é muito comum o uso da preposição *até* para indicar os limites que se deseja impor em relação ao caminho a ser percorrido.

Por fim, cabe ressaltar que o uso de *até* no exemplo (3) é espacial e a ideia de localização no espaço ainda é bastante concreta.

Exemplo (4): ...também está completamente diferente da situação da rua quando eu era criança... em Ramos eu ainda morava quando... acho que **ATÉ** a minha adolescência vi... nas proximidades da minha casa... um jeito... campos... peladas diferentes né... e hoje não existe mais nenhum desse jeito... e hoje a rua é muito mais movimentada do que era na minha época... então... talvez já seja um risco muito maior jogar bola na rua... não sei.. (Varport, inquérito Oc-B-9C-1m-002)

No exemplo (4), o informante reflete sobre o fato de não se jogar mais futebol na rua como há algum tempo se fazia. Ele afirma que “até a sua adolescência” presenciou “peladas de rua” e que, talvez, por representar um risco, o tempo em que se jogava bola na rua não existe mais.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O uso do item *até* no exemplo (4) evidencia um limite temporal. Ao traçar uma linha do tempo, o informante percebe que até a época em que ele era adolescente ainda havia esse tipo de prática. No entanto, hoje, que ele já é adulto, não existe mais.

Estruturalmente, o item *até* vem seguido por um SN (“a minha adolescência”) formando com ele um SPrep com função adverbial. Funciona, portanto, como elemento *transpositor*, pois faz com que um item de base nominal passe a exercer a função de adjunto adverbial de tempo.

Essa transposição exercida pelo uso de “*até* – temporal” repete-se ao longo dos *corpora* em exemplos como “até este dia”, “até os dezoito anos”, “até uns oito anos de idade”, “até o final do ano”, “até uma certa temperatura” etc. Em todos os casos, sublinham-se os SN levados à condição de limite pelo uso da preposição *até*. Todos os SN sublinhados são *transpostos* à função de adjunto adverbial de tempo nas sentenças a que pertencem.

Entretanto, não é apenas unindo-se a SN que o item *até* pode funcionar como elemento *transpositor*. Uma considerável parte dos exemplos de “*até* temporal” mostram o item *até* precedendo orações reduzidas de infinitivo, como é o caso do exemplo a seguir:

Exemplo (5):

...você põe numa panela e vai mexendo no fogo **ATÉ** ficar com aquela consistência assim... não muito dura...(D&G-RJ, Informante de segundo grau)

Em (5), há 3 orações: 1ª) “você põe na panela...”; 2ª) “...e vai mexendo no fogo...”; 3ª) “...até ficar com aquela consistência assim...”. A primeira e a segunda orações são coordenadas entre si, mas a terceira oração é subordinada à segunda e exerce a função de adjunto adverbial de tempo. Assim, analisando a relação que há entre a segunda e a terceira orações, classificam-se como: 2ª) oração principal e 3ª) oração subordinada adverbial temporal reduzida de infinitivo. O elemento conector entre as duas orações é o item *até*.

Entretanto, além da função de conector oracional, o item *até* exerce ainda outra: a de elemento *transpositor*. Ao unir-se à oração reduzida, faz com que esta oração possa funcionar como adjunto adverbial da oração principal. A transformação de uma oração em ter-

ANÁLISE DO DISCURSO II

mo sintático de outra oração pode ser classificada como *transposição* e o elemento sintático responsável pela *transposição* que ocorre no exemplo (5) é a preposição *até*.

Exemplo (6):

DOC – você mantém contato com alguma dessas pessoas com quem você saía?

LOC – lá? ah... tem... tem às vezes corresponde... não porque... eu estou no Rio... uma lá? ah... tem... tem às vezes corresponde... não porque... eu estou no Rio... uma outra foi pra São Paulo... a outra está lá ainda... mas pra ir... foi um pra cada canto né... Tem gente em (?).. tem gente em... Astolfo Dutra em... Governador Valadares... tem gente que foi **ATÉ** pra Tocantins... então fica difícil... né... fica muito difícil da gente se reunir de novo...(Varport, inquérito Oc-B-9C-002)

No exemplo (6), tem-se, assim como em alguns exemplos do “*até espacial*” e do “*até temporal*”, uma construção em que o item *até* aparece sucedido por uma preposição (*pra* = para) somada a um nome próprio indicador de lugar. No entanto, em (6), o item *até* não funciona como uma preposição. Apenas o item *pra* deve ser classificado como preposição neste exemplo, pois relaciona dois termos subordinando o segundo ao primeiro. Caso o item *até* fosse retirado do texto, a sentença não se tornaria agramatical, visto que é perfeitamente possível falar “tem gente que foi pra Tocantins”. Assim, o item *até*, elemento discursivo, tem presença facultativa na sentença.

No exemplo (6), o item *até* não encabeça um SPrep. Na verdade, o SPrep é iniciado pela preposição *pra* — “pra Tocantins”. Toda a análise feita sobre o item *até*, nos exemplos anteriores, funciona para a preposição *pra* (para) neste exemplo: é ela o elemento *transpositor* responsável pela *transposição* de Tocantins (substantivo) à função de adjunto adverbial de lugar, além de ser a responsável pela indicação de movimento espacial, sem, é claro, a ideia de limite que é específica do item *até*.

Esta ideia de limite, reforçando a tese de que o item *até* sofre um processo de gramaticalização sincronicamente na Língua Portuguesa, faz-se presente na significação do *até* que aparece no exemplo (6), ainda que ele deixe de ser uma preposição e passe a operador argumentativo. O exemplo (6) encaixa-se, portanto, no terceiro grupo da escala de abstratização: até espacial > até temporal > até argumentativo > até discursivo. Tal escala tem como base a metaforiza-

ção por que passa o item, tornando-se mais abstrato. A ideia de limite, que ainda está presente no item de maneira menos concreta, reflete a manutenção de características da forma original (persistência), já prevista nos princípios de gramaticalização de Hopper (1991).

Em (6), o emissor do texto pretende provar que as pessoas que faziam parte daquele determinado grupo foram, realmente, “*uma para cada canto*”. Para comprovar sua tese, ele vai citando os diversos lugares para os quais as pessoas foram (Rio, São Paulo, Astolfo Dutra, Governador Valadares). Dentre tantos lugares, ele cita Tocantins que considera distante o suficiente para provar que as pessoas do grupo foram mesmo para os mais diferentes lugares. Dessa forma, “*até para Tocantins*” serve como o argumento máximo em uma escala de argumentação que pretende comprovar a tese de que é difícil que aquela gente que fazia parte do grupo com quem ele saía possa se reunir novamente.

Exemplos como este, em que o item *até* funciona como operador argumentativo indicador de argumento mais forte, são os mais comuns atualmente na língua. De acordo com o princípio da *especialização* de Hopper (1991), um item linguístico que passa por gramaticalização tende a se especializar em um determinado uso, passando a ser, inclusive, obrigatório em determinados contextos. Parece que o item *até* passa por um processo de *especialização* na Língua Portuguesa e isso se dá por dois motivos: (a) a frequência de uso de *até* como elemento do discurso é, pelo menos, 50% maior do que a de outros usos; (b) quando é sinônimo de *inclusive*, *mesmo* e *até mesmo*, o item *até*, em detrimento de seus sinônimos, é preferido pelos falantes do Português atual.

Exemplo (7):

D – vocês falaram em crediário... como é que se faz um crediário? o que é?

L2 – olha o crediário é complicado... **ATÉ** que agora felizmente com o advento dos cartões de crédito isso melhorou... porque antes era aquela dependência e vai syndicar a vida da gente... e vai telefona pra (repartição) ... tem que ter uma pessoa conhecida pra indicar () não consegue crédito na hora... não consegue levar a mercadoria pra casa... (NURC-RJ, inquérito d2-269)

No exemplo (7), ao ser perguntado sobre o que vinha a ser “crediário”, o informante cita todos os fatores que fazem com que

ANÁLISE DO DISCURSO II

um crediário seja complicado, sem, no entanto, defini-lo. No entanto, apesar de todas as complicações da compra através do crediário (e aí está a concessão), o informante diz que, com o advento do cartão de crédito, os problemas diminuiriam.

Antes de mencionar a melhora que o advento dos cartões de crédito proporcionou, o informante usa a expressão “*até que*” usada, em contextos como este, com função concessiva. Classifica-se este tipo de uso do item *até* como sendo um marcador de contra-expectativa (cf. Baíão e Arruda, 1996): Apesar de todos os problemas do crediário, agora, com o advento do cartão de crédito, tudo tende a melhorar.

Em (7), a função de marcador de contra-expectativa é exercida não só pelo item *até*, mas sim pela expressão “*até que*” que, vale lembrar, não é a mesma que a GT classifica como “locução conjuntiva”, visto que não funciona como conector oracional. É, na verdade, um operador argumentativo que serve para marcar um argumento contrário ao restante do assunto do texto, quebrando a expectativa do ouvinte quanto às burocracias do crediário e mostrando que, desde então, existe uma maneira mais fácil de fazer uma compra a prazo: o cartão de crédito.

Exemplo (8): só... agora uma coisa que eu tenho notado por exemplo neste edifício... neste apartamento... eu **ATÉ** estava pensando nisso ontem... é que se haver... se houver algum problema de incêndio só tem uma escada... né? (NURC-RJ, inquérito did-084)

Em (8), ainda que o item *até* seja sinônimo de *inclusive*, seu uso já não é mais tão significativo como nos casos anteriores, o que aponta para uma ainda maior abstratização do item. Não é possível concluir uma argumentação clara em torno do uso deste *até*, como acontecia nos exemplos de (6) e (7). Aqui, o uso de *até* parece apenas incluir mais um comentário no discurso.

O exemplo (8) registra, portanto, um uso de *até* de classificação difícil, visto que, ao que parece, representa uma fase de transição entre o uso argumentativo e o uso como marcador discursivo. Não se pode negar, contudo, a ideia de inclusão que ele veicula. No entanto, esta inclusão, indica apenas uma ordenação no discurso e não faz diferença concreta no processo de argumentação. A metaforização já vai atingindo seu ponto máximo.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Há interpretações possíveis para este texto, tentando dar ao item *até* um papel argumentativo mais forte. Por exemplo, poder-se-ia afirmar que o problema do incêndio é tão claro que “ontem” mesmo o informante estava pensando sobre isso. Isto é, pensa-se a respeito de um incêndio no edifício com tanta frequência porque o perigo é realmente iminente. Todavia, a intuição que têm os falantes da Língua Portuguesa os leva a refletir que, mesmo estes falantes, quando utilizam este tipo de *até* não têm noção exata da linha argumentativa que se pretende dar ao seu discurso. É, assim, nitidamente um uso mais vazio de significação do que os expostos pelos exemplos anteriores.

Após análise atenta dos exemplos presentes neste trabalho, é possível notar que o processo de ampliação de usos do item *até* é decorrente da metáforização do item que tem como consequência a gramaticalização. O item *até*, portanto, desde seu uso espacial, vai passando por um processo que obedece aos padrões da teoria localista de Lyons (1980) e à metáforização inerente ao processo de gramaticalização.

CONCLUSÃO

A metáfora parece ser, portanto, um dos mecanismos para que uma palavra ou uma construção deixe de ser autônoma e passe a gramatical. No fenômeno estudado neste trabalho, a metáfora é o principal componente, uma vez que a transferência de limite espacial para limite textual, promovida pela gramaticalização do item *até*, é devida a um enfraquecimento semântico do item original, com manutenção de algumas características, como a ideia limite.

De acordo com Castilho (1997), há um ritmo unidirecional nos processos de metáfora. Percebe-se um movimento que vai do sentido básico, mais concreto, discursivamente motivado, para sentidos derivados, mais abstratos, estruturalmente motivados. Na verdade, é importante observar que o processo de gramaticalização é caracterizado, simultaneamente, por perdas e ganhos semânticos, já que, ao mesmo tempo em que perde características funcionais e de significação da forma original, a forma gramaticalizada toma contornos próprios, adquirindo novas funções e novos sentidos.

ANÁLISE DO DISCURSO II

A partir desse estudo sobre a metáfora na gramaticalização, surgem inúmeras pesquisas. Uma delas é a que resultou na teoria localista (G Lakoff & M Johnson, 1980 e Lyons, 1970), segundo a qual a formação de novas estruturas linguísticas parte de conceitos espaciais, ampliando-se para conceitos temporais e para outros ainda mais abstratos.

O objeto desta pesquisa, o item *até*, é exemplo característico dessa teoria, pois originalmente tem significação de limite espacial, passa pela significação de limite temporal e pela de limite argumentativo, ou seja, textual, até chegar a uma perda total da noção de limite, quando se caracteriza como sendo um marcador discursivo.

BIBLIOGRAFIA

ANSCOMBRE, J.C. & DUCROT, O. L'argumentation dans la langue. **In:** *Langages* 42, Paris: Du Seuil, 1976, p. 61-124.

AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

———. *Iniciação à sintaxe do português*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

BAIÃO, Rosaura de Barros & ARRUDA, Júlia. *Gramaticalização de até*. **In:** MARTELOTTA, M.; VOTRE, S. & CESÁRIO, M. (orgs.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. Salvador: UFBA, 1999. Tese de Doutorado, 2 Vol.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

———. *Lições de português pela análise sintática*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

BOMFIM, Eneida. *Advérbios, preposições ou conjunções? Fronteiras entre classes de palavras*. **In:** VALENTE, André (org.). *Aulas de português*. Perspectivas inovadoras. Petrópolis: Vozes, 2002.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

BORBA, Francisco S. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996.

BYBEE, J.; PERKINS, R; PAGLIUCA, W. *The evolution of grammar: tense, aspect and modality in the languages of the world*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1994, p. 125-174.

CÂMARA Jr., J. Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

———. *Dicionário de lingüística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 2004.

CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe*. São Paulo: Ática, 1986.

CASTILHO, Ataliba T. de. *A gramaticalização In: Estudos lingüísticos e literários*, 19. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da UFBA, 1997, p. 25-64.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

DUBOIS, Jean *et alli*. *Dicionário de Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio do século XXI - O dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna* 18ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GIVÓN, *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

HALLIDAY, M.A.K. *Explorations in the Functions of Language*. Londres: Edward Arnold, 1973.

HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike & HUNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization – A conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HEINE, Bernd. *Grammaticalization*. In: JOSEPH, Brian & JANDA, Richard D. (eds.). *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003, p. 575-601.

ANÁLISE DO DISCURSO II

HOPPER, P. J. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E. C. & HEINE, B. (eds.). *Approaches to grammaticalization*. vol. 1. Philadelphia: John Benjamins Company, 1991.

HOPPER, P. & TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Objetiva: 2001.

JAKOBSON, Roman. *Linguagem e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1989.

KOCH, Ingedore Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

KURY, Adriano da Gama. *Gramática objetiva da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Rio, 1979.

LAKOFF, G. & JOHNSON, M. *Metaphors We Live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LEHMANN, C. *Thoughts on Grammaticalization. A programmatic sketch*. Colônia: Arbeiten des Kölner Universalien – Projekts 48, 1982.

LIMA, Mário Pereira de Souza. *Grammatica expositiva da língua portuguesa para uso das escolas secundárias*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1937.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. São Paulo: Globo, 2002.

LYONS, John. *Linguagem e Lingüística – uma introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1970.

MARTELOTTA, M., VOTRE, S., CESÁRIO, M. *Gramaticalização no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MATEUS, Maria Helena *et alli*. *Gramática da língua portuguesa*. Portugal: Coimbra, 1989.

MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Champion, 1948.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

NARO, A. J. & BRAGA, M. L. A interface sociolingüística / gramaticalização. *Revista Gragoatá*, nº 9, p. 125-134, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

———. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

OITICICA, José. *Manual de análise léxica e sintática*. Rio de Janeiro: Livraria Simões Alves, 1940.

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. Rio de Janeiro: Ática, 2003.

POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes. *Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português: uma abordagem funcionalista*. Salvador: EDUFBA, 2002.

RIBEIRO, Manoel P. *Nova gramática aplicada da língua portuguesa: uma comunicação interativa*. Rio de Janeiro: Metáfora, 2006.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 41ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

ROSÁRIO, Ivo da Costa do. *Gramaticalização de até: usos na linguagem padrão dos séculos XIX e XX*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 2007.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, s/d.

TESNIÈRE, Lucien. *Éléments de syntaxe structurale*. Paris: Klincksieck, 1976.

ANÁLISE DO DISCURSO II

O APOSTO NA (RE)CONSTRUÇÃO DE REFERENTES

Solange Passos Masson
solangepas@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma descrição geral do termo *aposto* sob a ótica da referenciação, partindo do aspecto sintático para depois chegar aos aspectos semânticos e discursivos.

O texto tem por finalidade demonstrar que o *aposto* não é apenas um “termo acessório” como descrevem os gramáticos da Língua Portuguesa, mas, pelo contrário, esse termo possui aspectos semântico-pragmáticos que podem contribuir para que haja (re)construção dos objetos de discurso através da interação locutor/interlocutor, e, conseqüentemente, para a progressão textual.

Dois princípios são considerados básicos para esse estudo:

1º) é preciso considerar que o estudo de frases fragmentadas, ou seja, do aspecto formal (estrutural) da língua não será tratado aqui, mas apenas a posição dos autores das gramáticas normativas vigentes sobre o estudo do aposto;

2º) para situar o *aposto* como aspecto discursivo, tem-se como pressuposto teórico a Linguística Textual, especificamente a Referenciação.

O conceito de aposto abrange um aspecto morfossintático (complemento de determinação do substantivo ou termo equivalente, que se coloca pelo processo da aposição no mesmo caso do substantivo determinado), um aspecto semântico (para precisar e determinar o seu significado genérico) e aspectos discursivos. (Hauy, 1994, p. 135).

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O aspecto gramatical

O confronto de algumas definições de aposto nas principais e mais atuais gramáticas normativas de língua portuguesa documenta a disparidade na conceituação. A pesquisa bibliográfica chama a atenção para os seguintes aspectos no tratamento da questão: a) ênfase no

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

caráter acessório do termo *aposto*; b) confusão entre *posição* e *função de aposto*; c) ênfase na necessidade de revisão do conceito de *aposto*; d) caracterização da estrutura nominal do *aposto*.

O termo sintático *aposto* é apresentado como acessório, em muitas gramáticas, principalmente naquelas de orientação mais tradicional, em que a função de *termo acessório* aplica-se sempre à palavra ou à expressão que, colocada depois de um substantivo, designa a mesma realidade que este:

Cunha & Cintra (1985, p. 145), no capítulo chamado *Frase, oração, período* com o subtítulo *A oração e seus termos acessórios* diz:

Chamam-se *acessórios os termos* que se juntam a um nome ou a um verbo para precisar-lhes o significado. Embora tragam um dado novo à oração, não são eles indispensáveis ao entendimento do enunciado. Daí a sua denominação. São *termos acessórios*: a) o *adjunto adnominal*; b) o *adjunto adverbial*; c) o *aposto*.

A confusão entre *posição* e *função*¹⁵ de *aposto* é encontrada em muitas gramáticas. Embora o parâmetro *posição* seja relevante em português, não se deve aceitá-lo como único na definição de uma categoria funcional.

Das diferentes concepções sobre *posição* e *função* resulta, conseqüentemente, uma diversidade de análise e de classificação. Alguns gramáticos defendem a representação do *aposto* por apenas uma expressão de caráter substantivo; outros defendem além do caráter substantivo, o caráter adjetivo, ou seja, consideram que o adjetivo também pode exercer a função de *aposto* havendo aí, confusão entre *função* e *colocação*.

Estruturas oracionais paralelas, por exemplo, são classificadas como *predicativos atributos circunstanciais*, *predicativos adjuntos* ou *apostos circunstanciais*, como propõe Adriano da Gama Kury (1972) em “Os sinos, *alegres*, repicam”, onde “*alegres*” é classifica-

¹⁵ *Posição* diz respeito à *ordem das palavras* na cadeia falada e em sua representação linear escrita, onde as palavras aparecem na frase umas após as outras e se apresentam num certa *ordem*. (Dubois, 1995, p. 294). *Função* é o papel representado por um termo (fonema, morfema, palavra, sintagma, etc.) na estrutura gramatical do enunciado, sendo cada membro considerado como participando do sentido geral desta (*Idem*, p. 445)

ANÁLISE DO DISCURSO II

do como predicativo por sua natureza atributiva e aposto pela sua disposição na frase.

Gladstone Chaves de Melo (1980), Adriano da Gama Kury (*apud* Haury, 1994) e Celso Pedro Luft (*apud* Haury, 1994) admitem o adjetivo na função de *aposto*, classificando-o ora como *aposto predicativo ou atributivo*, ora como, *adjunto adverbial aposto*, *aposto circunstancial ou atributo circunstancial*. Citando Adriano da Gama Kury:

Há um tipo de predicativo cuja colocação na frase, em verdadeira aposição¹⁶, nos permite incluí-lo igualmente entre os casos de aposto: 'Os castanheiros, *grandes e concentrados*, ouviam subir a selva'. (Eça, PB, 6), 'Os sinos, *alegres*, repicam' é predicativo pela natureza atributiva e aposto pela sua disposição na frase. (Kury *apud* Haury, 1994, p. 115).

Cunha & Cintra, Evanildo Bechara e Rocha Lima consideram o *aposto* como termo ou expressão de caráter substantivo. Vejamos o que dizem Celso Cunha e L. Cintra:

Aposto é o termo de caráter nominal que se junta a um substantivo, a um pronome, ou a um equivalente destes, a título de explicação ou apreciação. Com o aposto atribui-se a um substantivo a propriedade representada por outro substantivo. Os dois termos designam sempre o mesmo ser, o mesmo objeto, o mesmo fato ou a mesma ideia.. (Cunha & Cintra, 1985, p.151 e 154).

Com o objetivo de ressaltar as disparidades da classificação gramatical do termo *aposto*, o linguista Mário A. Perini, em sua *Gramática descritiva do português*, (1995, p. 120) ressalta a necessidade de revisão do conceito de *aposto*:

(...) *os parentéticos*: elementos que podem posicionar-se livremente entre os constituintes oracionais e que na escrita são sempre separados por vírgula.

Os parentéticos ainda não foram estudados com o cuidado que sem dúvida merecem; mas já se pode vislumbrar o suficiente para sugerir que a sua análise pode vir a ser importante para uma melhor compreensão de certos termos de comportamento algo obscuro, como o "aposto" da gramática tradicional (...).

¹⁶ Segundo Dubois (1993, p. 64) o substantivo em *aposição* não tem por si mesmo função sintática, visto que a *aposição* não é propriamente uma função gramatical. Assim, um substantivo pode ser aposto a um sujeito, a um objeto.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Hauy (1994, p. 114-134), em sua obra *Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa*, também deixa claro que o *aposto* nas gramáticas normativas vigentes necessita de uma revisão em termos de reconhecimento e conceituação visto que é difícil determiná-lo somente pelos critérios morfológico e sintático: o primeiro porque termo *aposto* precisa e determina o significado de outro termo, e, o segundo porque a ordem entre *fundamental*¹⁷ e *aposto* não é pertinente. A autora diz que se o *fundamental*¹⁸ e o *aposto* são equivalentes contextuais, isto é, sinônimos no contexto e não obrigatoriamente no conceito, considera-se *aposto* o que se comunica como algo de novo no contexto. Para justificar este ponto de vista, Hauy (1994, p. 134) cita o exemplo: “Nero, meu cão = sinônimos no contexto” e “Nero, o imperador romano = sinônimos no conceito” são *apostos meu cão* e *imperador romano* porque comunicam algo de novo. Mas quando se fala de um João e alguém indaga de que João se trata, a resposta pode ser “do pedreiro João”, apesar de vir o substantivo próprio depois do substantivo comum, a parte determinada (*fundamental*) é *João* e *pedreiro*, o *aposto*. Porém, em “O pedreiro João é que construiu minha casa”, o que se acrescenta de novo é *João* e nesse caso o substantivo próprio é o *aposto* e *pedreiro*, o *fundamental*. Já em “João pedreiro é meu grande amigo”, *pedreiro* é o *aposto*.

Referência e referenciação

De acordo com Koch (2006, p. 123) a *referenciação* constitui um processo que distingue as diversas formas de introdução, no texto, de novas entidades ou referentes. Considerando que a construção e reconstrução de objetos de discurso ocorrem no interior do próprio discurso, a autora diz que os referentes de que falamos não espelham diretamente o mundo real, mas são construídos de acordo com nossa percepção do mundo, nossas crenças, atitudes e propósitos comuni-

¹⁷ Na parte da análise, adotaremos a nomenclatura SN antecedente, evitando, assim, o termo *fundamental*, que de certa forma justifica a concepção de *aposto* como termo acessório, justamente a concepção que nosso estudo rejeita.

¹⁸ Segundo Azeredo (2000, p. 378) o *fundamental* é o núcleo primário de um SN acompanhado de um segundo SN, núcleo secundário que particulariza a referência do primeiro.

ANÁLISE DO DISCURSO II

cativos. É sob essa perspectiva que Koch (2005, p. 78) considera o termo *referenciação* mais adequado do que *referência*.

Mondada e Dubois (2003) postulam que:

A discursivização ou textualização do mundo por via da linguagem não se dá como um simples processo de elaboração de informação, mas de (re)construção do próprio real. Ao usar e manipular uma forma simbólica, usamos e manipulamos tanto o conteúdo como a estrutura dessa forma. E desse modo, também manipulamos a estrutura da realidade de maneira significativa. E é precisamente neste ponto que reside a ideia central de substituir a noção de referência por referenciação (Mondada & Dubois *apud* Koch, 2005, p. 81).

Ao adotar essa posição, Koch (*idem*) deixa claro que a noção de língua não se esgota no código, e nem deve ser concebida apenas como um sistema de comunicação que privilegia apenas o aspecto informacional ou ideacional. O ato discursivo não determina o uso da linguagem como um simples processo de informação, mas de reconstrução do próprio mundo real. Assim, o termo referenciação é mais adequado para especificar o processamento discursivo em que os falantes ao exercerem a “prática social” manipulam a estrutura da realidade de maneira significativa.

Portanto, a referenciação é um processo que permite a construção e reconstrução de objetos de discurso. Diferentemente do ato de referenciar da concepção objetivista, esse processo pode explicar porque a linguagem não espelha a realidade “pura”, mas, reflete a “realidade” criada pela nossa (dos falantes) percepção cultural. Isto quer dizer, que a realidade percebida por nós é fabricada por toda uma rede de estereótipos culturais, que condicionam a própria percepção e que, por sua vez, são garantidos e reforçados pela linguagem, de modo que o processo de conhecimento é regulado por interação contínua entre nossas práticas culturais, percepção e linguagem. (Koch, 2005, p. 77)

É importante ressaltar, que a abordagem cognitivista complementa a abordagem discursiva nos estudos sobre referenciação (Salomão, 2005, p. 157). É preciso esclarecer que nosso cérebro reelabora os dados sensoriais para fins de apreensão e compreensão. E essa reelaboração se dá essencialmente no discurso. É fundamental enfatizar ainda, que a reelaboração deve obedecer a restrições impos-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tas pelas condições culturais, sociais, históricas e, finalmente, pelas condições de processamento decorrentes do uso da língua. (*Idem*, p. 80)

Koch (2005, p. 83) apresenta como modelo textual, em que estão envolvidos aspectos cognitivos enquanto operações básicas, os seguintes princípios de referenciação:

1-ativação – processo pelo qual um referente textual até então não mencionado é introduzido, passando a preencher um nóculo (“endereço” cognitivo, locação) na rede conceptual do modelo de mundo textual: a expressão linguística que o “representa” permanece em foco na memória de curto termo, de tal forma que o referente fica saliente no modelo;

2- reativação – um nóculo já introduzido é novamente ativado na memória de curto termo, por meio de uma forma referencial, de modo que o referente textual permanece saliente (o nóculo continua em foco);

3- de-ativação – ativação de um novo nóculo, deslocando-se a tenção para um outro referente textual e desativando-se, assim, o referente que estava em foco anteriormente. Embora fora do foco, porém, este continua a ter um endereço cognitivo (locação) no modelo textual, podendo a qualquer momento ser novamente ativado.

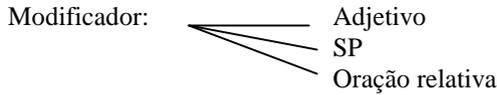
Expressões nominais

Para Koch (2005, p. 88) a escolha de determinada descrição definida pode trazer ao leitor/ouvinte informações importantes sobre as opiniões, crenças e atitudes do produtor do texto. Sob a capa do dado, o locutor pode dar a conhecer ao interlocutor, propriedades ou fatos relativos ao referente que acredita desconhecidos do parceiro, com os mais variados propósitos. Esse processo é marcado pela ativação dos conhecimentos supostamente partilhados com os interlocutores. Para a autora a descrição definida pode ser caracterizada pelo fato de o locutor realizar uma seleção, dentre aquelas que são relevantes para a viabilização do seu propósito discursivo.

Segundo Koch (*idem*) as expressões nominais definidas em português podem assumir as seguintes configurações:

- Det. + Nome
- Det. + Modificadores + Nome + Modificadores
- Det.:  Artigo definido
Demonstrativo

ANÁLISE DO DISCURSO II



Estrutura sintagmática

A caracterização do aposto como termo de estrutura nominal¹⁹, associada às funções textuais que esse termo assume no contexto, é direcionada pela revisão do tratamento dispensado ao sintagma nominal.

Segundo Souza e Silva (1996, p. 14), o *sintagma* consiste num conjunto de elementos que constituem uma unidade significativa dentro da oração e que mantém entre si relações de dependência dentro da oração e de ordem. Organizam-se em torno de um elemento fundamental, denominado núcleo, que pode, por si só, constituir o sintagma.

Para Azeredo (2002, p. 186), o *sintagma nominal*, *SN*, é uma construção cujo núcleo é ocupado por um substantivo. O *SN* refere-se a conteúdos de consciência cujos objetos podem ser entidades reais ou imaginárias, concretas ou abstratas. A unidade léxica que representa as entidades, e com a qual o predicador mantém uma relação de compatibilidade semântica, constitui seu núcleo referencial, (*Idem*, p. 118).

Dois tipos de *sintagmas nominais*, *SNs*, fazem parte desse estudo:

a) *sintagma nominal simples*, apenas com nome ou com determinante mais nome, para o *aposto* representado por um *SN*, constituído por apenas um núcleo (substantivo ou pronome) ou por um núcleo e um determinante (artigo numeral ou pronome adjetivo);

b) *sintagma nominal complexo*, para caracterizar a estrutura do *aposto* no sentido extenso.

¹⁹ Consideraremos também como possível estrutura de aposto as expressões encabeçadas por adjetivo (ou particípio com valor de adjetivo), nos casos em que funcionam como modificadores de um núcleo central subentendido.

Funções discursivas

Em Koch & Elias (2006, p. 137-149) são apresentadas as seguintes funções para as expressões nominais referenciais:

a) *predicativa* – ao operarem uma *recategorização* ou *refocalização* do referente, as expressões nominais carregam informação nova;

b) de *sumarização* ou de *rotulação* – as expressões nominais sumarizam informações contidas em segmentos precedentes do texto; ou rotulam uma parte do co-texto que as precede ou as segue. Os nomes-núcleo dessas expressões são, em grande número dos casos, nomes genéricos, inespecíficos, cujo sentido necessita ser determinado pelo co-texto;

c) *organização macroestrutural* – as expressões nominais podem ter um papel organizacional: elas sinalizam, muitas vezes, que o autor do texto está passando a um estágio seguinte de sua argumentação, por meio do fechamento do anterior;

d) *especificação* – a anáfora especificadora ocorre quando se faz necessário um maior refinamento da categorização. Esse tipo de expressão anafórica é frequentemente introduzido pelo *artigo indefinido*, fato pouco registrado na literatura linguística;

e) *definicional* e *didática* – certas paráfrases realizadas por expressões nominais podem ter por função elaborar definições ou apresentar os referentes anteriormente definido por uma predicação;

f) *introdução de informação nova* – as expressões nominais podem ter a função de introduzir novas informações a respeito do referente, com o intuito de caracterizá-lo de determinada maneira;

g) *orientação argumentativa* – são de natureza geralmente opinativa e podem ser realizar-se pelo uso de expressões metafóricas ou não;

h) *metaenunciativa* – o uso de expressões nominais permite, muitas vezes, realizar não uma sumarização e/ou recategorização do conteúdo da predicação precedente, mas a categorização e/ou avaliação da própria enunciação realizada.

ANÁLISE DO DISCURSO II

i) *recategorização por metáfora* - Koch (2005, p. 95) apresenta as funções das formas nominais referenciais na progressão textual em seus aspectos cognitivo-discursivos, semântico-pragmáticos, argumentativos e textuais. Dentre os aspectos semântico-pragmáticos, destaca-se o aspecto metafórico: “em grande número de casos, a escolha da metáfora para a recategorização do referente é importante para realizar uma avaliação que permita estabelecer a orientação argumentativa do texto”.

Anáfora

Com o propósito de verificar se o *aposto* contribui para a progressão referencial, ao fazer remissão a referentes anteriormente ativados, o estudo da anáfora torna-se necessário. Com base no estudo de Apotheloz (2003, p. 53), é importante distinguir duas ordens de fatos no estudo da anáfora: o morfossintático e o discursivo. O autor justifica a distinção feita, da seguinte maneira:

As expressões anafóricas têm, com efeito, propriedades diferentes, e não sofrem as mesmas restrições, conforme sejam ou não controladas sintaticamente por seu antecedente (para o caso evidentemente de haver um). Quando tal controle existe, a interpretação do anafórico tem a inferência de uma interpretação sintática; senão, ela é dependente de fatores contextuais e pragmáticos.

A partir do estudo da anáfora, Apotheloz (*idem*, p.57) apresenta algumas conclusões sobre “forma de retomada” e sobre “antecedente”. Dentre elas, é importante ressaltar, a que é primeiramente formulada pelo autor:

Em primeiro lugar, convém, evidentemente, rejeitar com vigor a formulação segundo a qual um anafórico “se refere a seu antecedente” (esta descrição só pode convir a expressões metalinguísticas ou metadiscursivas). As formas de retomada são, antes e acima de tudo, expressões referenciais no sentido mais geral do termo.

O que diz Apotheloz contribui para explicar a possibilidade da função anafórica do *aposto*. Em seu estudo sobre diferentes tipos de anáfora o autor afirma que “os mecanismos da anáfora podem levar muito além da simples retomada de informação e contribuir para os aspectos mais especificamente construtivos do discurso” (Apotheloz, p, 73).

Recategorização

É importante observar que no processo de referenciação textual o objeto pode ser modificado após já ter recebido uma designação no texto, ou seja, o objeto já pode ter sido nomeado (categorizado), e, aí ocorre uma recategorização. Considerando que toda designação referente a uma porção do texto constitui, de certo modo, uma predicação; uma atribuição de propriedades ao objeto designado, as duas designações – a inicial e a remissiva – estarão necessariamente enfeixando um conjunto de propriedades predicativas, e não totalmente coincidentes (Neves, 2006, p. 114).

Gêneros textuais

Os Gêneros textuais para Marcuschi (2005, p. 19) são “fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social. Fruto do trabalho coletivo, os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia.” Não são instrumentos estanques, mas pelo contrário, são altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos. As necessidades e atividades sócio-culturais dão origem aos gêneros.

O autor chama atenção para a importância da diferença entre texto e discurso. O texto, entidade concreta realizada materialmente, tem a sua corporificação em algum gênero textual. O discurso é a realização de um determinado texto, ou seja, é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva. Assim, podemos dizer que os textos se realizam em discursos, encontrados em esferas institucionais, históricas, sociais e ideológicas (*idem*, p. 24).

O texto jornalístico

Lage (2006, p. 52-54) nos diz que a comunicação jornalística é por definição referencial, porque nos fala de algo no mundo, exterior ao emissor, ao receptor e ao processo de comunicação em si. Essa condição impõe o uso quase obrigatório da terceira pessoa. O domínio da referencialidade permite distinguir a linguagem jornalística da linguagem didática, ainda quando esta se propõe à divulgação científica. Enquanto no texto didático há predominância da metalinguagem

ANÁLISE DO DISCURSO II

guagem (explicação ou definição de um léxico por outro), no jornalismo a explicação ou definição dos termos aparece como *aposto* ou como período intercalado, com o único objetivo de permitir a compreensão do conteúdo. Os compromissos ideológicos também estão presentes na linguagem jornalística, visto que, não se faz jornalismo fora da sociedade e do tempo histórico.

O Corpus

O *corpus* é formado por 12 textos, retirados das revistas Época, Cartacapital e Veja, sendo 4 reportagens de cada revista. A seleção dos textos de natureza jornalística foi realizada, porque se tem como objetivo demonstrar efetivamente a função discursiva do aposto, como modificador de *referentes* ou *objetos de discurso*.

A análise de todas as ocorrências de aposto em um mesmo texto deixa evidente a necessidade da revisão e definição da categoria em termos estruturais. Foi considerado como aposto as expressões nominais prototípicas, tendo como núcleo um nome antecedido de determinante, e também as expressões nominalizadas (adjetivos substantivados, infinitivos etc.), adotando o critério de equivalência funcional (sintática e discursiva).

ANÁLISE DOS DADOS

Para este estudo se faz necessário reunir um conjunto de critérios, que permitam analisar a expressão nominal representada pelo *aposto* sob o ponto de vista semântico e discursivo. Duas classificações são necessárias.

A primeira é a de Azeredo (2002, p. 196), que assim apresenta as funções do aposto: a) reiterar (aposto explicativo – ap. expl.); b) introduzir um comentário (aposto atributivo – ap. atrib.); c) particularizar a referência genérica de um substantivo (aposto especificativo – ap. especific.); d) detalhar (aposto enumerativo – ap. enum.) e) sintetizar o conteúdo do SN fundamental (aposto recapitulativo – ap. recap.).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A segunda é a que apresenta Ingedore Koch & Vanda Maria Elias (2006) para o estudo das funções das expressões nominais referenciais enquanto formas linguisticamente constituídas “para operar uma seleção, dentre as diversas propriedades categorizadoras de um referente” (*idem*, p. 132). As funções apresentadas por Koch & Elias (*idem*, p. 137-149) são as seguintes: a) predicativa; b) de sumarização; c) de rotulação; d) organização macroestrutural; e) atualização de conhecimentos; f) especificação; g) definicional e didática; h) introdução de informação nova; i) orientação argumentativa; j) metaenunciativa. A essas funções foi acrescida a função de recategorização por metáfora, extraída de Koch (2005, p. 95).

Além dessa combinação, para o exame da função discursiva do aposto, também é importante observar sua estrutura: a) *sintagma nominal simples*: aposto representado por um SN, constituído por apenas um núcleo (substantivo ou pronome) ou por um núcleo e um determinante (artigo numeral ou pronome adjetivo); b) *sintagma nominal complexo*, para caracterizar a estrutura do aposto no sentido extenso.

Os exemplos são extraídos da reportagem de Paulo Guedes em “O PERIGOSO MEDO DO NOVO”, retirada da revista *Época* de 10/07/2006.

Trata-se de um texto argumentativo, onde o colunista Paulo Guedes ressalta a importância da mudança política. Segundo o autor vivemos num dilema: de um lado os nossos políticos agem com a criatividade das economias de mercado e sua importância para o progresso humano; de outro, esses mesmos políticos agem com a inevitável resistência às mudanças.

Assim tem-se:

(1) O *historiador inglês* **Paul Johnson** celebrou a qualidade de um de um punhado de *políticos americanos*, **responsáveis a seu ver pela construção de uma sociedade bem-sucedida.**

O exemplo (1) apresenta o SN aposto “Paul Johnson” como *aposto explicativo*, cuja *função de especificação*, além de trazer um maior refinamento da categorização, nomeia o referente, e confere relevância ao historiador inglês, evidenciando autoridade à fala do colunista (locutor). O exemplo apresenta ainda uma recategorização

ANÁLISE DO DISCURSO II

dos termos “políticos americanos” por meio do SN *aposto atributivo* constituído pelas expressões adjetivas “responsáveis a seu ver pela construção de uma sociedade bem-sucedida”, permitindo que o locutor introduza elementos avaliadores à sua fala. O exame da progressão referencial nos leva a caracterizar essa ocorrência na *função de organização macroestrutural*.

(2) Afortunadamente para a América, a geração de políticos que emergiram para colônias rumo à independência foi um dos *formidáveis grupos de homens da História: sensíveis, mentes abertas, corajosos, bem-educados, talentosos, maduros e dotados de visão de longo prazo*.

O contexto (2) exemplifica um tipo de *aposto especificativo*, e também, a *função de especificação*, feita por meio de qualificadores axiológicos positivos que influenciam na orientação argumentativa do texto (Koch, 2005, p. 98).

(3) Para Johnson, a criatividade, o empreendedorismo e a inovação são as forças motrizes do progresso. Seu exercício na política, na economia, nas artes e demais atividades humanas remete-nos a *uma reflexão do cientista americano H.B. Phillips: “Ao longo da História, oradores e poetas têm exaltado a liberdade, mas ninguém nos ensinou por que a liberdade é tão importante*.

O exemplo (3) caracteriza um *aposto atributivo*, mas com *função predicativa*, por estar introduzindo informação nova. Nesse exemplo observamos que a função predicativa do aposto se dá como desenvolvimento de um referente anteriormente ativado, indicado pelo núcleo com determinante indefinido “uma reflexão”, que de certa forma funciona como “gatilho”.

(4) Este é o *dilema* de nossos políticos. **De um lado, a criatividade** das economias de mercado e sua importância para o progresso humano. **De outro lado, a inevitável resistência** às mudanças. Resistência que, em doses excessivas sufoca o desenvolvimento político e econômico da sociedade, como no Brasil.

Em (4), observa-se o caráter resumitivo e metafórico do SN _{an-tecedente}. Este exemplo deve ser compreendido em conexão com “dilema”. Os apostos representados pelas expressões “a criatividade das economias de mercado e sua importância para o progresso humano” e “a inevitável resistência às mudanças” indicam que o locutor manipula o seu ponto de vista, e o apresenta, sem discussão, ao interlocutor, ou seja, o locutor dirige a argumentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sob a ótica da *referenciação* possibilitam uma revisão crítica da categoria *aposto*. Observa-se que a abordagem sintática tradicional ao identificar o aposto como termo acessório, anula a sua mais importante função: a de recategorizar um referente constituído no texto e a de propiciar a progressão referencial.

O estudo manteve-se, portanto, centrado na comprovação da função discursiva do aposto. Ao assumir funções semântico-discursivas, o *aposto* contribui para a orientação argumentativa do texto. É o caso da função *de orientação argumentativa* que orienta discursivamente o interlocutor. Observou-se que os apostos *atributivos* apresentaram maior número de função de orientação argumentativa. Esse fato não chegou a surpreender, porque o aposto atributivo é aquele que faz um comentário avaliativo; logo a sua função recategorizadora contribui para um maior efeito argumentativo nas reportagens de revistas, analisadas como textos jornalísticos.

O *aposto explicativo* com função de *especificação* pode ser visto como responsável, na maioria das vezes, pela representação de uma autoridade discursiva, ou seja, aquela muitas vezes responsável pela fala do locutor. Esse aposto é uma anáfora especificadora, necessária para um maior refinamento da categorização.

Finalmente, pode-se dizer que o exame do aposto, segundo as funções das expressões nominais referenciais, sugeridas por Koch & Elias (2006), aliadas a uma tipologia de caráter semântico-discursivo, elaborada por Azeredo (2002), chama a atenção para a importância do exame do contexto dessa construção sintática, equivocadamente dada como termo acessório. O aposto tem efetiva função na progressão referencial, pois além de recategorizar, especificar, enumerar ou classificar o SN_{antecedente}, ele pode atuar em função predicativa ou de organização macroestrutural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APOTHÉLOZ, D. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: MONDADA, L. *et alii*. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 53-84.

ANÁLISE DO DISCURSO II

AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de gramática do português*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2000.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães & RODRIGUES, Bernadete Biasi. (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1985.

DUBOIS, J. et all. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1996.

HAUY, Amini Boainain. *Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1994.

KOCH, Ingedore Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

KOCH, Ingedore Villaça & ELIAS, Vanda M. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

LAGE, Nilson. *Linguagem jornalística*. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

LIMA, Rocha. *Gramática narrativa da língua portuguesa*. 22ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. **In:** DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 19-36

MELO, Gladstone Chaves de. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

MONDADA, Lorenza & DUBOIS Daniele. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciarão. **In:** CAVALCANTE, Mônica Magalhães & RODRIGUES, Bernadete Biasi. (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995.

SALOMÃO, Maria Margarida. Razão, realismo e verdade: o que nos ensina o estudo sociocognitivo da referência. **In:** KOCH, I. V., MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Org.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

SOUZA E SILVA, Maria Cecília Perez de & KOCH, Ingedore. *Linguística aplicada ao português: sintaxe*. 7ª ed. São Paulo, 1996.

TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e lingüística*. São Paulo: Contexto, 2004.

ANÁLISE DO DISCURSO II

PROCEDIMENTOS LINGÜÍSTICOS DE INSCRIÇÃO DO LOCUTOR NO ENUNCIADO

Lygia Maria Gonçalves Trouche (UFF)

(...) nous appellerons “reference” le processus de mise en relation de l'énoncé au référent, c'est-à-dire l'ensemble des mécanismes qui font correspondre à certaines unités linguistiques certains éléments de la réalité extralinguistique. (Kerbrat-Orecchioni, 1997, p. 34-35)

Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu auto-retrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa. (Amossy, 2005, p. 9)

Este trabalho pretende examinar, de modo resumido, alguns procedimentos linguísticos (por exemplo, modalizadores, termos avaliativos, pronomes, usos de tempos verbais) como marcas de inscrição do locutor no enunciado, em exemplos de carta de leitores (*Folha de São Paulo*.) e um texto publicitário (*Revista Isto É*).

A base teórica da análise da construção da subjetividade na língua, neste trabalho, fundamenta-se em princípios da linguística da enunciação (Catherine Kerbrat-Orecchioni, 1997) e (Koch, 2003) na produção de sentido do texto, relacionados às questões de construção do ethos – imagem de si no discurso – desenvolvidas por Maingueneau (2005, 2008). A noção de ethos implica que o locutor se outorga, no discurso, uma posição que identifica sua relação com um saber e com um dizer.

Esse tipo de análise busca uma prática de ensino de língua portuguesa que procura apontar estratégias de leitura e de produção de texto, permitindo que o aluno se desenvolva como sujeito de sua linguagem e estabeleça um diálogo produtivo com os textos que circulam em nossa sociedade.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho tem como objetivo apresentar algumas estratégias de leitura de textos de gêneros²⁰ distintos, com base em pressupostos da *análise semiolinguística do discurso* (Charaudeau, 1992), no conceito de gêneros textuais, em processos linguísticos (indicadores modais e atitudinais, marcadores de pressuposição (Koch, 2003), adjetivação, escolha de substantivos, e uso de pronomes) como procedimentos de inscrição do locutor no enunciado.

Os processos linguísticos de referenciação e de construção dos sentidos segundo determinada visão de mundo são essenciais na construção de sentido do discurso, pois apontam o “modo como aquilo que se diz é dito.” E o “modo como se diz” revela muito do locutor, configurando, pela enunciação, seu ethos. Segundo Maingueneau, 2005, p. 69,

Além da persuasão por argumentos, a noção de ethos permite, de fato, refletir sobre o processo mais geral da adesão de sujeitos a uma certa posição discursiva.

De fato, mesmo que o leitor (ou co-enunciador) ²¹nada conheça sobre o produtor do texto, o gênero textual e a posição ideológica (explícita ou implícita) criam expectativas em matéria de ethos Assim, os enunciados serão analisados, segundo as condições de produção de texto (procedimentos linguísticos de construção de sentidos), ethos e gênero textual, como características de atividades socioculturais da época atual, com destaque para a constituição do sujeito-locutor

Nessa perspectiva, a discussão dos aspectos linguístico-semânticos de interpretação de texto visa, sobretudo, à contribuição para a formação de um leitor crítico e à compreensão de sentidos vigentes na sociedade. O objetivo maior dessa comunicação é, portanto, de ordem pedagógica.

Precisamos considerar a vinculação entre as escolhas gramaticais (especialmente os registros de língua), produção de sentido

²⁰ Tratamos de gênero textual segundo a conceituação de Marcuschi (Dionísio, 2003)

²¹ Coenunciador: esse termo corresponde melhor ao caráter interativo da comunicação verbal. O leitor contribui para a construção do sentido.

ANÁLISE DO DISCURSO II

(com base nos objetivos, e posição de enunciador etc.) e a situação de comunicação. Muitos fatores influenciam no processo comunicativo, já que os textos se caracterizam pela pluralidade e heterogeneidade em sua composição. Logo, parece mais coerente destacar o gênero textual sob uma perspectiva enunciativa que não só valoriza aspectos semântico-pragmáticos, mas também as formas gramaticais e a seleção do vocabulário adequadas à situação de comunicação e que são responsáveis pela elaboração de um ethos. O ethos se evidencia, assim, por meio uma percepção que mobiliza a afetividade do intérprete que infere a imagem do interlocutor pelo uso que esse faz do registro de língua, da escolha vocabular e pelo ritmo que impõe ao enunciado.

Dentre inúmeras possibilidades do domínio midiático (notícia de jornal, editorial, crônica etc.), fixamos nosso estudo em “carta de leitor” e em peça publicitária como exemplificação dos processos de inserção do locutor no enunciado.

A escolha de cartas dos leitores publicadas em nossos jornais diários se justifica por tratar-se de material de fácil consulta, por ser uma atividade característica de nossa cultura e por constituírem textos em que o locutor, como fonte de seu dizer, comenta os acontecimentos que estão presentes nas pautas da imprensa. Os meios de comunicação interferem não só no que as pessoas conversam, mas também como elas conversam. Enfim, as cartas dos leitores refletem de modo generalizante a formação de opinião de determinada faixa social: a daqueles que leem jornal.

Destacamos, também, um texto publicitário para a análise de sua produção de sentido, pela riqueza de aspectos linguísticos e culturais.

A PROPOSTA DE ANÁLISE SEMIOLINGÜÍSTICA DE CHARAUDEAU

Oliveira (2003) destaca como pontos positivos da proposta de análise de Charaudeau seu ponto de vista linguístico, na medida em que a interpretação parte de um texto, isto é, do seu material linguístico – fonemas, morfemas, palavras, frases. E também dá conta do discurso, porque o texto é analisado em seu contexto discursivo do

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

qual fazem parte outros textos pré-existentes, bem como a situação de comunicação, os modos de organização do discurso, os sujeitos da comunicação, os tipos de texto, o projeto de fala.

O ato de comunicação (Charaudeau, 1992, p. 634) é um dispositivo composto de um sujeito falante (locutor na fala ou na escrita) e de um interlocutor que mantêm entre si uma relação para a produção dos sentidos. Os componentes que entram no jogo comunicativo podem assim ser resumidos:

a) *situação de comunicação* que engloba o aspecto físico e mental em que se encontram os parceiros da troca linguageira, os quais, por sua vez, são determinados por uma identidade psicológica e social. Esses parceiros estão envolvidos num contrato de comunicação que Charaudeau (1983, p. 54) define como:

o contrato de comunicação é um ritual sociodiscursivo constituído pelo conjunto das restrições e liberdades resultantes das condições de produção e interpretação do ato de linguagem, as quais codificam tais práticas, deixando ao eu comunicante uma margem de manobra, dentro da qual este elabora seu projeto de comunicação.

b) *modos de organização do discurso* que constituem os princípios de organização da matéria linguística, princípios que dependem da finalidade comunicativa do sujeito falante: enunciar, descrever, narrar e argumentar;

c) *língua* que constitui o material verbal (forma e sentido);

d) *texto* que representa o resultado material do ato de comunicação, afetado pelas imposições da situação.

Comunicar é uma tarefa complexa, já que não se trata apenas de se transmitir uma informação entre interlocutores, como se a linguagem fosse o reflexo do pensamento. A comunicação resulta de um processo de produção de linguagem, tanto do ponto de vista de sua concepção, como de sua compreensão. Hoje, pode-se formular que pensamento e linguagem se constituem por uma relação de reciprocidade (*“pensée et langage se constituent dans une relation de réciprocité”*, Charaudeau, 1992, p. 634).

Comunicar-se será, sob a perspectiva semiolinguística, proceder como atores de uma peça teatral, já que estamos todo o tempo “representando”, conforme a situação de comunicação, a posição so-

ANÁLISE DO DISCURSO II

ciocomunicativa dos interlocutores, o assunto etc. Talvez por isso, por essa compreensão da encenação do ato comunicativo em que assumimos papéis diferentes como locutores e interlocutores, Charau-deau fale em *mise en scène* do projeto de comunicação do (eu comunicante) emissor da mensagem. O projeto de comunicação diz respeito às estratégias verbais e não verbais para envolver o interlocutor, atraindo-lhe a complicitade e a concordância.

No caso das cartas dos leitores, procuraremos analisar como se produz essa *mise en scène*, isto é, quais as estratégias verbais utilizadas pelo locutor para conseguir a adesão de seus interlocutores. E, principalmente, revelar os mecanismos discursivo-gramaticais que trazem à tona a atitude do locutor nos enunciados que escreve.

A NOÇÃO DE ETHOS

Maingueneau estabeleceu uma noção de ethos que se constitui por uma instância subjetiva que se manifesta por uma voz e um corpo historicamente investidos de valores compartilhados socialmente.

O autor desenvolveu uma noção de ethos capaz de compreender as dimensões vocal, física e psíquica ligadas à imagem do enunciador criada em seu discurso.

Afirma, ainda,

- o ethos é uma noção *discursiva*, ele se constrói através do discurso, não é uma “imagem” do locutor exterior a sua fala;

- o ethos é fundamentalmente um processo *interativo* de influência sobre o outro;

- é uma noção fundamentalmente híbrida (sociodiscursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica.

A qualidade do ethos está associada à imagem do fiador que confere a si próprio uma identidade compatível com o mundo que ele deverá construir em seu enunciado, assim, o fiador é construído pelo destinatário com base em índices presentes na enunciação (Maingueneau, 2008, p. 17).

As representações sociais e a situação de comunicação impõem ao locutor (sujeito-discursivo) não só o que ele deve e pode dizer (as liberdades e restrições), mas também o modo como ele deve e pode se representar no mundo. Assim, o sujeito-discursivo e o destinatário do discurso, entendido como co-enunciador, estão submetidos às mesmas regras da atividade discursiva e incorporam determinado ethos, capaz de conferir (ou não) autoridade ao dito.

Maingueneau (1999, p. 79) fala de incorporação “para designar a maneira pela qual o co-enunciador se relaciona ao ethos de um discurso”. Trata-se, portanto, de uma estratégia de assimilação do ethos do enunciador, para que o co-enunciador incorpore um modo de ser no mundo e passe a validar determinada enunciação.

Além da persuasão por argumentos, a noção de ethos permite, de fato, refletir sobre o processo mais geral da adesão de sujeitos a certa posição discursiva.

GÊNEROS TEXTUAIS

Esses papéis sociais que desempenhamos nas diversas situações de comunicação se materializam nos diferentes gêneros textuais de que dispomos, para a expressão de nossas intenções como falantes.

Marcuschi (Dionísio, 2003) caracteriza gêneros como

...eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos. Surgem emparelhados a necessidades e atividades socioculturais, bem como na relação com inovações tecnológicas, o que é facilmente perceptível ao se considerar a quantidade de gêneros textuais hoje existentes em relação a sociedades anteriores à comunicação escrita.

Para Marcuschi (op.cit.), a expressão *tipo textual* designa uma composição teórica definida pela natureza linguística (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas). Classificam-se como *tipos textuais* as seguintes categorias: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção. Já a expressão *gênero textual* se refere aos variadíssimos textos materializados que fazem parte da vida diária, com características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo, composição específica. São exemplos de gêneros textuais, entre muitos outros, carta de leitores de uma seção de jornal, romance, bilhete, reportagem jornalística, aula

ANÁLISE DO DISCURSO II

expositiva, reunião de condomínio, ata, notícia de jornal, horóscopo, receita culinária, texto publicitário, resenha, edital de concurso, piada, conversação espontânea, conferência, carta eletrônica (e-mail), bate-papo por computador, aulas virtuais, novela, conto, roteiro de cinema etc.

Outra categoria que merece destaque é a de *domínio discursivo*, designado como uma esfera de produção discursiva ou atividade humana. Tais domínios podem ser entendidos como: jurídico, jornalístico, religioso, midiático, político, acadêmico, científico etc. que dão origem a gêneros bastante específicos como práticas ou rotinas comunicativas institucionalizadas.

Ressalte-se que um texto pode apresentar-se tipologicamente variado, com a predominância de determinado tipo, em função de seu gênero, bem como do domínio discursivo a que pertença.

INDICADORES MODAIS E ATITUDINAIS

Os *indicadores modais e atitudinais* são importantes na construção dos sentidos e dizem respeito à atitude com que o locutor (enunciador) se coloca ante os enunciados que produz.

Os *indicadores modais*, “também chamados modalizadores em sentido estrito, são igualmente importantes na construção do sentido do discurso e na sinalização do modo como aquilo que se diz é dito.” (Koch, 2003, p. 50),

A modalização da linguagem permite-nos perceber aquilo que é dito sem que o locutor tenha sempre plena consciência de seu dizer. Enfim, é a marca linguístico-semântica do locutor no enunciado.

Koch (2003) mostra que a modalidade se constrói (se lexicaliza) por meios linguísticos tais como:

- a) expressões cristalizadas do tipo “é+ adjetivo” (é necessário; é possível; é certo; é obrigatório; é óbvio etc.);
- b) advérbios ou locuções adverbiais (talvez, provavelmente, possivelmente, certamente, etc.);
- c) verbos auxiliares modais (poder, dever, querer etc.);

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

d) auxiliar modal + infinitivo (ter de + infinitivo; precisar/necessitar + infinitivo; dever+ infinitivo etc.);

e) orações modalizadoras (tenho a certeza de que; não há dúvida de que; há possibilidade de; todos sabem que etc.).

Além desses indicadores, a modalidade também se expressa por meio dos *indicadores atitudinais*, que expõem, de certo modo, a emoção do locutor no ato da fala. São eles:

a) advérbios e expressões de valor adverbial caracterizando enunciados (felizmente; infelizmente; é com prazer; pesarosamente; francamente; orgulhosamente etc.);

b) adjetivos ou expressões adjetivas que demonstram a atitude subjetiva do locutor numa avaliação de fatos (excelente; extremamente);

c) advérbios ou expressões modalizadoras que delimitam o domínio discursivo ou o modo como o assunto é apresentado pelo locutor (politicamente; geograficamente; historicamente; sociologicamente; resumidamente; concisamente etc.).

Catherine Kerbrat-Orecchioni (1997, p. 118) ao discutir o assunto, restringe o termo modalizadores (*modalisateurs*) aos procedimentos significantes que assinalam o grau de adesão (forte, suavizada, incerta, de rejeição etc.) do sujeito da enunciação ao conteúdo enunciado, como por exemplo: afirmativas que impliquem “julgamento de verdade” (pode ser, sem dúvida, certamente, evidentemente); advérbios; adjetivos; verbos e substantivos de valor afetivo e valorativo.

O estudo da modalização, embora seja um dos aspectos fundamentais para a compreensão e interpretação dos textos, não tem recebido o destaque esperado nos programas de língua portuguesa no ensino médio. A observação constante dessas formas linguísticas facilita o desenvolvimento de atividades de leitura e compreensão de textos, bem como contribui para a produção de textos adequados à situação de comunicação e a determinado gênero textual.

ANÁLISE DO DISCURSO II

GÊNEROS TEXTUAIS EM ANÁLISE

Carta (dos leitores)

Qual a importância de se desenvolver na sala de aula a leitura crítica dos vários gêneros constitutivos do jornal? Quais os elementos linguístico-textuais que nos permitem interpretar os fatos relatados pela mídia escrita? Em primeiro lugar, nossos alunos, que se iniciam na tarefa da compreensão/interpretação de texto, têm na linguagem jornalística uma boa oportunidade de interação com os mecanismos mais sofisticados de representação do mundo. Como, então, orientar estudantes em fases iniciais de letramento na tarefa de encontrarem sentidos no texto de jornal? Mais do que isso, como fazê-los “ler” o mundo sob um olhar crítico? Segundo Charaudeau (2006, p. 45), trata-se de uma tarefa de comentar o mundo, através de um olhar subjetivo de avaliação de sua legitimidade e de apreciação de efeitos sobre a vida do homem. Trata-se da representação que se pode fazer do real no discurso. Essas representações “se baseiam na observação empírica das trocas sociais e fabricam um discurso de justificativa dessas trocas, produzindo um sistema de valores que se erige em norma de referência”. (Charaudeau, 2006, p. 47).

Pode-se resumir o gênero “carta” como aquele em que se transmite uma mensagem a um interlocutor para dizer-lhe algo. É uma situação comunicativa em que os parceiros não estão face a face, mas mantêm suas identidades psicológicas e sociais. Segundo Charaudeau, esses parceiros estão envolvidos num contrato de comunicação que implica um ritual sociodiscursivo em que o eu comunicante e o tu interpretante devem conhecer seus papéis. Isso implica, ainda, que há um conjunto de liberdades e restrições, resultantes desse tipo de enunciação do ato de linguagem, com margem de manobra para o projeto de fala (atitude do eu comunicante) e a construção de sua interpretação (atitude do tu interpretante).

Entra, portanto, também em jogo a competência comunicativa que requer dos participantes da encenação, além do conhecimento de mundo partilhado, a habilidade no uso da língua em registro adequado ao contexto – situação social/familiar dos participantes, os propósitos da interação, normas e convenções linguístico-discursivas do gênero textual, para a criação dos sentidos que se deseja. Portanto, o texto do gênero carta deve apresentar os traços linguísticos que per-

mitam identificar o remetente (enunciador e o modo como se manifesta discursivamente como locutor) e o destinatário (através do uso do vocativo e dos pronomes de referência); a intencionalidade do remetente; os efeitos de sentido construídos para a persuasão ou manipulação do destinatário (leitor). É possível, nessas cartas, que o leitor perceba o ethos ou representação do locutor não só pelo que ele enuncia, mas sobretudo pelas modalidades de sua enunciação.

A *carta do leitor* tem, geralmente, por finalidade dirigir-se a um interlocutor (ou vários, se pensarmos nos leitores do jornal), para expor pontos de vista, criticar acontecimentos noticiados pela imprensa e, certamente, agir sobre os interlocutores, em favor de determinada argumentação. O gênero “carta do leitor” pertence ao domínio midiático (jornalístico) e permite ao enunciador realizar vários atos de fala como criticar, solicitar, parabenizar, agradecer, demonstrar desagrado etc. Por tudo isso, vemos as claras implicações de sua análise e produção como instrumento didático em que a língua portuguesa (gramática) é observada sob o aspecto enunciativo, enfim uma gramática em função dos sentidos que produz, em situação de comunicação. O estudo da gramática nessas circunstâncias passa a ser produtivo porque não mais centrado na metalinguagem e em padrões, por vezes, altamente idealizados.

Observemos, na seção *Painel do Leitor* da Folha de S.Paulo de 17/08/2008 a seguinte carta:

a) Cielo de ouro

Não consigo lembrar a última vez que um atleta brasileiro demonstrou intensa emoção ao ouvir o hino de seu país. Em meio a corrupções políticas e improbidades cada vez mais frequentes, César Cielo conseguiu provar que o amor à pátria ainda existe. Talvez seja isso que falte a alguns de nossos governantes. Espero que o esforço, a luta e as lágrimas de Cielo sirvam de exemplo. (Eduardo Lacativa, São Paulo)

Como se pôde observar, a subjetividade do locutor (aquele que se responsabiliza pelo dizer) se expõe pela apreciação que faz da atitude do atleta brasileiro em comparação com a atitude de políticos brasileiros. Cesar Cielo é referido como “atleta brasileiro” e o Brasil é retomado pela expressão “seu país”. O locutor, até esse momento se apresenta como aquele que comenta o fato com uma atitude de quem está fora da situação. Esse locutor começa a se constituir no texto, ao usar a expressão atitudinal “ainda”, referindo-se à existên-

ANÁLISE DO DISCURSO II

cia do amor à pátria (do atleta) mesmo em meio à corrupção e à improbidade denunciadas no país e à falta de amor dos governantes (talvez seja isso que falte); o locutor encarna o ethos de um brasileiro indignado com tal situação, valendo-se do pronome possessivo “nossos” (nossos governantes) que o inclui e aos leitores como brasileiros. O locutor continua pela enumeração – esforço, luta e lágrimas – construindo um campo semântico positivo como uma exortação à mudança de comportamento dos políticos. Dessa forma constrói sua crítica aos desmandos dos governantes brasileiros.

Texto publicitário

No gênero publicitário há diversas estratégias enunciativas para o convencimento, como por exemplo, a singularização (determinada marca é apresentada como a melhor de todas) em que predomina o uso da adjetivação e a pressuposição (apropriação de imagens e valores considerados socialmente positivos). Assim, pode-se dizer que o discurso publicitário mantém estreita vinculação com o ethos, já que procura persuadir, associando o produto anunciado a um modo de ser e de estar no mundo.

Como o discurso religioso, a publicidade deve “encarnar” por sua própria enunciação aquilo que ela evoca, ela deve torná-lo sensível, apoiando-se em estereótipos carregados de valor. (Maingueneau, 2005, p. 88).



Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O biodiesel está revolucionando o país. É um combustível de fontes renováveis que fortalece a nossa economia, gera empregos e ainda ajuda a preservar o meio ambiente. Agora, todo o diesel vendido no país tem 3% de biodiesel. A qualidade dessa mistura é monitorada e fiscalizada pela ANP. Pode confiar. **ANP. Há 10 anos trabalhando para garantir a qualidade dos combustíveis**

Nesta peça publicitária, a seleção vocabular apresenta o biodiesel de forma positiva: “está revolucionando” (traz o novo), provém de “fontes renováveis” (atende ao cuidado com o meio ambiente) “fortalece a economia”, “gera empregos”. A ideia de preservação do meio ambiente é enfatizada pela expressão “ainda”

que introduz de modo explícito o que estava sugerido: “ajuda a preservar o meio ambiente”. Entre outros detalhes pertinentes há a frase com o verbo auxiliar “poder”, encaminhada ao interlocutor fora do texto – *Pode confiar*. A fiscalização da ANP (sema positivo) garante, há dez anos, a qualidade da mistura; a ANP se constrói como o *fiador* que designa o corpo enunciante historicamente especificado. Segundo Maingueneau (2008, p. 18),

De fato, o fiador implica ele mesmo um “mundo ético” do qual ele é parte pregnante e ao qual ele dá acesso. Esse “mundo ético” ativado pela leitura subsume um cem número de situações estereotípicas associadas a comportamentos: a publicidade contemporânea se apóia massivamente sobre tais estereótipos: o mundo ético das estrelas de cinema, o dos ricos emergentes, o das celebridades etc.

(...)

Propus designar com o termo “incorporação” a maneira como o intérprete – audiência ou leitor – se apropria desse ethos.

O aspecto não verbal cria o clima de confiança por meio de elementos identificáveis: o rosto jovem e sorridente do rapaz (o futuro), a plantação (as fontes renováveis) com o predomínio das cores verde e amarela, que se identificam com o Brasil e a Petrobras, garantindo um ethos positivo à fabricação do biodiesel.

REFLEXÕES FINAIS

A análise de texto implica sempre o desenvolvimento do letramento como um trabalho continuado ao longo da vida, pois todo ato de leitura põe, face a face, quase sempre em confronto, conheci-

ANÁLISE DO DISCURSO II

mentos de mundo e experiências discursivas diferentes e/ou compartilhadas. A construção de sentido do texto resulta de uma interação e cooperação necessárias entre enunciador e co-enunciador²².

Segundo Maingueneau (2005, p. 73),

O universo de sentido que o discurso libera impõe-se tanto pelo ethos quanto pela “doutrina”; as “ideias” apresentam-se por uma maneira de dizer que remete a uma maneira de ser, à participação imaginária em um vivido. O texto não é para ser contemplado, ele é enunciação voltada para um co-enunciador que é necessário mobilizar para fazê-lo aderir “físicamente” a um certo universo de sentido.

Assim, a leitura como atividade pedagógica requer do professor uma experiência como leitor capaz de permitir uma orientação segura a seus alunos, para que se tornem também eles leitores mais atentos frente à construção textual. Um trabalho de leitura que valorize as questões da modalidade (em seus variados aspectos) e os índices atitudinais e a expressão do ethos poderá expandir, de modo expressivo, nos alunos, as habilidades de compreensão e de interpretação de texto. Parece que o gênero textual “carta de leitor” constitui um material importante e adequado à análise da orientação discursiva do texto. Também o discurso publicitário contemporâneo se apóia firmemente na noção de ethos, já que busca a adesão do público aos produtos anunciados, associando-os a valores considerados positivos pela sociedade.

Desse modo, a análise das formas linguísticas fica baseada no estudo de textos reais e a gramática pode ser percebida em seus recursos expressivos que situam textos em seus contextos, ressaltando a relação necessária entre a linguagem e o mundo.

Afinal, os textos que circulam em nossa cultura acabam por produzir e referendar efeitos de sentido, construindo simbolicamente o real.

²² O termo co-enunciador intensifica a participação do leitor na construção de sentido do texto.

BIBLIOGRAFIA

AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso*. A construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

———. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *L'énonciation*. Paris: Armand Colin, 1997.

KOCH, Ingedore G.V. *A interação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. **In:** AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso*. A construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. “A propósito do ethos” **In:** Motta & Salgado (orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARCUSHI, Luiz Antonio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. **In:** Dionísio & Machado (orgs.). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

ANÁLISE DO DISCURSO II

REFERENCIAÇÃO E NOMES PRÓPRIOS MODIFICADOS

Ana Lúcia Monteiro Ramalho Poltronieri Martins
ana.poltronieri@uol.com.br

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é fazer um paralelo conceitual entre a figura de tropos denominada *antonomásia* e outro aspecto ligado à linguagem que se compreenderá como *nomes próprios modificados*²³ ou *metáfora dos nomes próprios*. A partir dessa perspectiva dicotômica, revelar-se-á uma tensão que define, de um lado, a antonomásia dentro de uma concepção filosófica reconhecida como “fundada”²⁴, ou derivativa e periférica, e, por outro lado, os *nomes próprios modificados* ligados a uma concepção “fundante”, ou constitutiva e nuclear. Tal posição implica, sem dúvida, uma visão de linguagem centrada na *atividade discursiva ou referenciação*, na qual

...o sujeito, por ocasião da interação verbal, opera sobre o material linguístico que tem à sua disposição e procede a escolhas significativas para representar estados de coisas, de modo condizente com a sua proposta de sentido (Koch, 2006, p. 124).

Nesse sentido, a perspectiva fundante que, neste trabalho, liga-se aos nomes próprios modificados, se aproxima das operações de referenciação, visto que ambas assumem uma concepção construtivista da referência, segundo a qual os referentes ou “objetos de discurso” (Mondada & Dubois, 2003) são construídos no processo de interação.

Para explicitar as características das duas vertentes, fundada e fundante, far-se-á necessário buscar, na filosofia ocidental, textos que tiveram como objetivo o estudo da linguagem figurada ou metafórica. No que tange à opção fundada, os capítulos XXI e XXII da *Poética* de Aristóteles. Para a opção fundante, serão estudados os seguintes textos: *A mitologia branca*, de Jacques Derrida e *A metáfora*

²³ A terminologia “nome próprio modificado” foi criada pelo filósofo T. Burge no artigo “Reference and proper names” (1973).

²⁴ As concepções “fundada” e “fundante” foram-me apresentadas pela Profa. Dra. Helena Martins durante o curso “Teorias da Metáfora”, no segundo semestre de 2007, na PUC-Rio.

viva, de Paul Ricoeur, com o qual se fecha o desenvolvimento da hipótese deste trabalho, ou seja, de que a definição de uma antonomásia, tal qual se vê nos tratados de retórica e gramática, explicita valores do conceito de “*metáfora morta*” de Ricoeur, enquanto o conceito de “*metáfora viva*” (Ricoeur, 2005) propõe uma nova visão na trajetória conceitual do que se reconhece nos textos como uma antonomásia.

O PARADIGMA DO FUNDADO

Aristóteles e a representação de linguagem no pensamento

Os escritos sobre a linguagem serão encontrados na *Retórica* e na *Poética*, de Aristóteles, sob o título de *Lógica* (órganon). Nesse sentido, para Aristóteles, a linguagem é uma representação do pensamento lógico, determinando uma isomorfia entre o pensamento e a linguagem, isto é, a língua serve para representar significados iguais para todos os homens. Aristóteles declara em *De Interpretatione*, 16a.3:

Os sons falados são símbolos das afecções da alma; e as marcas escritas são símbolos dos sons falados. E assim como as marcas escritas não são as mesmas para todos os homens, tampouco o são os sons falados. Mas as afecções da alma - aquilo que os sons falados simbolizam em primeiro lugar - são as mesmas para todos, assim como também o são as coisas reais às quais essas afecções se assemelham.

Mas o que são essas afecções da alma? De acordo com Martins (2002), essas afecções da alma são as representações mentais internas da realidade, homogêneas para todos. O triângulo aristotélico pode ser assim concebido: de um lado, têm-se as palavras (vox), *símbolos dos estados de alma* (Neves, 2004), que se ligam aos conceitos (conceptus) ou *afecções da alma*, situados no ápice e, do outro lado, as coisas (res), que não têm relação de semelhança com os *símbolos* (palavras), mas sim com *as afecções da alma*. Se as palavras são as representações internas de uma realidade universal, pode-se afirmar que elas são convencionais e arbitrárias. Assim, Aristóteles evidencia uma visão representacionista da linguagem, na qual a linguagem é a representação do pensamento, “um espelho da mente”. Nessa concepção, a noção de língua - linguagem liga-se à organização interior da mente humana e, conseqüentemente, o texto é visto

ANÁLISE DO DISCURSO II

como uma representação de estruturas e processos cognitivos, desde sempre internalizados.

Contudo, Aristóteles faz uma divisão territorial em seu *órganon*, território da lógica, da clareza e da razão, ou seja, da expressão do ser. Na *Retórica* e na *Poética*, estudam-se, respectivamente, a persuasão e a beleza, o modo de dizer (efeitos do discurso) e o uso especial da linguagem. É é nesses dois campos que Aristóteles inicia o seu discurso sobre a natureza da metáfora, ou da linguagem figurada.

Para Aristóteles, na *Poética*, a metáfora é um *ornato* que “*consiste no transportar para uma coisa o nome de outra, ou do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou da espécie de uma para a espécie de outra, ou por analogia*”. Vê-se claramente, na definição aristotélica, que a ideia de transporte, ou *translatio* para os latinos, reflete um conceito, ele mesmo metafórico, de que a metáfora, a *phora*, é um movimento de ir além. Note-se também que a própria definição evidencia que a metáfora é uma operação codificada, isto é, seguem-se regras de natureza lógico-semântica, como os hipônimos, os hiperônimos, a comparação e a analogia. Assim, compreende-se que, mesmo na elocução poética, espaço por excelência do fazer natural do poeta, Aristóteles cerceie o uso das metáforas por meio de valores como moderação, discricção e a clareza sem baixaza, pois o exagero e a vulgaridade ferem a regra primordial da elocução: a clareza. Outro aspecto a ser posto em foco é aquele ligado à semelhança ou similaridade, porque, muitas vezes, principalmente nas gramáticas tradicionais, a metáfora é a figura de linguagem que se forma pela similaridade. Essa ideia não é gratuita, pois, para Aristóteles, “*bem saber descobrir as metáforas significa bem se aperceber das semelhanças*”. A ideia de descobrimento e percepção (a famosa expressão de “pôr sob os olhos”, de Aristóteles) liga-se a uma concepção fundada de metáfora, porque se opõe às ideias de construção e de tensão, tão importantes para o paradigma do fundante, como se verá a seguir.

O PARADIGMA DO FUNDANTE

Derrida e o conceito de “usura”

No texto “A mitologia branca: a metáfora no texto filosófico”, J. Derrida tem por objetivo mostrar a apropriação da língua natural-metafórica pela língua filosófica através do conceito de “usura”:

A palavra não é pronunciada, mas pode-se decifrar a dupla dimensão da usura: o apagamento por fricção, por esgotamento, por esterilização, é certo, mas também o produto suplementar de um capital, a troca que, longe de perder a entrada, faria frutificar a riqueza primitiva, acrescentaria a paga sob a forma de lucros, de acréscimo de interesse, de mais-valia linguística, permanecendo as duas histórias do sentido indissociáveis. (Derrida, 1991, p. 250)

O conceito de usura que afeta a metáfora estrutura-se em três dimensões também metafóricas: a dimensão geológica, na qual se tem o apagamento pelo desgaste, pelo esgotamento do sentido primitivo das palavras; a dimensão numismática, que sugere as palavras como moeda ou medalha, como “*produto suplementar de um capital*”; e a dimensão econômica, em que as palavras têm valor de troca, “*de mais-valia linguística*”, isto é, agem às escondidas dos falantes, assim tornando-se desconhecidas para eles próprios. Observem-se dois pólos totalmente opostos no conceito de usura: o primeiro, que se liga ao apagamento, ao esgotamento da figura original, isto é, do sentido original da palavra, e o segundo, que frutifica significações a partir do momento em que o discurso filosófico se apropria do sentido original, apaga-o e o coloca novamente em circulação, porém com outro sentido, o sentido metafórico. É o que Derrida nos explica a partir da metáfora da indústria de amola-tesouras: “*através desta indústria de amola-tesouras as palavras passam do físico para o metafísico. Vê-se, em primeiro lugar o que elas aí perdem; não se vê imediatamente o que é que elas ganham com isso*” (Derrida, 1991, p. 250). Trata-se aqui do processo de *duplo apagamento*:

O sentido original, a figura original, sempre sensível e material (“todas as palavras da linguagem humana foram originalmente impressas com uma figura material e... todas representavam na sua novidade alguma imagem sensível..., materialismo fatal do vocabulário...”) não é exatamente uma metáfora. É uma espécie de figura transparente equivalente a um sentido próprio. Torna-se metáfora quando o discurso filosófico põe-na em circulação. Esquece-se, então, o primeiro sentido e o primeiro deslocamento. Não notamos já a metáfora e tomamo-la pelo sentido próprio. Duplo apagamento. A filosofia seria este processo de metaforização

ANÁLISE DO DISCURSO II

que se conduz a si mesmo. Por constituição, a cultura filosófica seria sempre desgastada. (Derrida, 1991, p. 251)

Ou seja, o primeiro apagamento é a passagem do sentido primitivo para o sentido metafórico, e o segundo apagamento dá-se no próprio corpo da metáfora, apaga-se a si própria e, conseqüentemente, se reveste de um sentido próprio. Para Derrida, o caminho inverso, da metafísica para a física, em busca desse “étimo” apagado, mas ainda existente, poder-se-ia fazer através da diacronia, espécie de “reativo químico” que traz à tona o conceito original. É que se pode chamar, usando a imagética de Derrida, de restauração do palimpsesto, espécie de manuscrito em pergaminho cuja primeira escritura foi lavada e sobre o qual se escreveu um novo texto, como se vê no texto abaixo:

De todas essas palavras, ou desfiguradas pelo uso, ou polidas, ou mesmo forjadas com vista a qualquer construção mental, podemos representar a figura original. Os químicos obtêm reativos que fazem parecer sobre o papiro ou sobre o pergaminho a tinta apagada. É com a ajuda destes reativos que se leem os palimpsestos. Se se aplicasse um processo análogo aos escritos dos metafísicos, se se fizesse luz sobre o seu sentido primitivo e concreto que permanecesse invisível e presente sob o sentido abstrato e novo, encontrar-se-iam ideias bem estranhas e, por vezes, bem instrutivas. (Derrida, 1991, p. 251)

Todos esses fatos nos levam a concluir que a noção do que seja uma metáfora para Derrida diverge da noção de metáfora de Aristóteles. Este privilegia o “pôr sob os olhos”, a transposição, a semelhança e o desvio; aquele não a segmenta, pois a metáfora está em toda a terminologia do discurso filosófico do ocidente, e juntas, metáfora e filosofia, cada uma “à son tour”, morrem. Morre a metáfora em um processo suicida para dar voz à filosofia, depois morre a filosofia para que a metáfora retome o seu lugar de origem, roubado anteriormente pela filosofia. É a lógica da desconstrução. E o homem? Ao que parece, para Derrida, terá seu lugar, um pouco apertado talvez, entre a metáfora e a filosofia.

Ricoeur e o conceito de “metáfora viva”

Vimos que a questão da metáfora em Aristóteles está presente nos campos da Poética e da Retórica. Ricoeur, 2005, em um longo estudo sobre o processo de compreensão e construção da metáfora, parte do conceito aristotélico²⁵, que privilegia a palavra como unidade de referência, e atravessa textos advindos de diferentes domínios (linguística, retórica, filosofia e crítica da literatura), para chegar a uma definição “tensional” de metáfora, que privilegia o verbo ser (o “é” e o “não é” e o “é como”), o verbo por excelência da predicação, no ser ontológico.

No primeiro estudo, consagrado à visão de Aristóteles, Ricoeur assinala que a metáfora aristotélica está sob os procedimentos da *léxis*, palavra de difícil tradução que se entenderá como um estilo, uma forma de pensar, ou seja, a *léxis* estaria ligada a uma forma de expressão verbal do pensamento. Na metáfora, de acordo com Aristóteles, a *léxis* caracterizar-se-ia pelo procedimento de “pôr sob os olhos”, ou a semelhança entre as coisas, através de um nome. Entretanto, Ricoeur sinaliza um problema na teoria da metáfora de Aristóteles: a metáfora aristotélica tem um só procedimento, porém duas funções distintas: a função retórica (plano do *lógos*), a da argumentação, persuasão e do discurso público, e a função poética (plano da *poíesis*), inserida na tragédia. Sucede, no entanto, que a “*léxis* poética” é mais avançada que a “*léxis* retórica”, visto que ela nos leva ao conceito de *mythos* (enredo ou intriga), ou *espécie de transposição de ações* (Ricoeur, 2005, p. 63), ligada à *mímesis*, ou imitação-representação. E é na “*léxis* poética”, para Ricoeur, que todo o valor da metáfora se ilumina, indo além de um simples ornamento, pois:

Reposta sobre o fundo da *mímesis*, a metáfora perde todo caráter gratuito. Considerada como simples fato da linguagem, ela poderia ser tida como um simples desvio em relação à linguagem ordinária, ao lado da palavra rara, alterada, alongada, abreviada, inventada. A subordinação

²⁵ Deve-se deixar bem claro que Ricoeur não põe de lado o conceito de metáfora elaborado por Aristóteles, como se vê em Ricoeur (2005, p. 108): “digamos desde já que a definição real de metáfora em termos de enunciado não pode eliminar a definição nominal em termos de palavra ou de nome, na medida em que a palavra continua a ser a portadora do efeito de sentido metafórico; é da palavra que se diz tomar um sentido metafórico; eis por que a definição de Aristóteles não é abolida por uma teoria que não se refere mais ao lugar da metáfora no discurso, mas ao próprio processo metafórico.”

ANÁLISE DO DISCURSO II

da léxis ao mythos já põe a metáfora a serviço do “dizer”, do “poematizar”, que se exerce não mais no nível da palavra, mas no de todo o poema; por sua vez, a subordinação do mythos à mimesis confere ao procedimento de estilo um alcance global, comparável ao da persuasão em retórica. Considerada formalmente, enquanto desvio, a metáfora não é senão uma diferença no sentido; referida à imitação das melhores ações, ela participa da dupla tensão que a caracteriza: submissão à realidade e invenção de enredo, restituição e sobrelevação. Considerada abstratamente - isto é, fora dessa função de referência-, a metáfora esgota-se em sua capacidade de substituição e dissipa-se no ornamento; deixada à erância, perde-se nos jogos de linguagem. (Ricoeur, 2005, p. 69-70)

Nessa perspectiva, a metáfora é binária: enquanto função referencial do discurso poético, ela representa a reinvenção do enredo; enquanto presa à realidade, ela representa a existência do ser, “l’homme en soi” (ontológico). Note-se que Ricoeur dá um salto maior sobre a definição de metáfora concebida por Aristóteles, ele vai da palavra para “*todo o poema*”, o que implica dizer que Ricoeur apóia a sua teoria da metáfora no plano do discurso, mas sem negar a palavra.

No segundo estudo, intitulado “O declínio da retórica: a tropologia”, Ricoeur mostra que a passagem da retórica para a tropologia não liberou o conceito de metáfora do primado da palavra, pois os postulados da tropologia privilegiam o par ideia- palavra como núcleo do modelo, pois “*os tropos são certos sentidos mais ou menos diferentes do sentido primitivo que oferecem na expressão do pensamento as palavras aplicadas a novas ideias*” (Fontanier, *apud* Ricoeur, 2005, p. 83). Buscando em *Les figures du discours*, de P. Fontanier, o fio condutor de sua argumentação, Ricoeur assinala que a definição de metáfora vai além da relação instituída por Fontanier, que amplifica a noção de figura à noção de tropos extensivo, no qual se insere a catacrese, e à de tropos- figura. Ricoeur dá o “pulo do gato” na taxionomia de Fontanier quando traz para suas reflexões os postulados semânticos de E. Benveniste que se dirigem para a língua e para o discurso. Partindo do princípio de que para o falante basta a concretização do signo no discurso e/ou na língua para que se fale em sentido e percepção, Benveniste elabora duas linguísticas: uma da língua, na qual a frase é o último nível de estrutura, e a outra da enunciação ou discurso, no qual a frase é percebida como uma unidade de significação completa. Essa passagem da frase ao discurso conduzirá Ricoeur a I. A. Richards (1936, 1971), para quem a metá-

fora se constrói da união de duas ideias: *tenor e vehicle*, que, respectivamente, equivaleriam, segundo Massaud Moisés (1989, p. 198-199), a “*ideia original*” e “*ideia tomada de empréstimo*”, “*aquilo que está sendo dito ou pensado*” e “*aquilo que está sendo comparado*”, “*ideia subjacente*” e “*qualidade imaginada*”, “*significado e metáfora*”, “*ideia e sua imagem*””. Richards muda totalmente a definição de metáfora, pois ao negar a significação das palavras, ele concebe a referência tão-somente no/pelo contexto, como bem observa Ricoeur:

Ora, todo o projeto retórico de I. A. Richards é dedicado a restabelecer os direitos do discurso a expensas da palavra. Desde o início, seu ataque volta-se contra a distinção cardeal em retórica clássica entre sentido próprio e sentido figurado, distinção que ele põe na conta da “*superstição da significação própria*” (p. 11). Ora, as palavras não têm significação própria, porque elas não têm significação como própria; não possuem nenhum sentido em si mesmas, porquanto é o discurso, tomado como um todo, que transmite o sentido de maneira indivisa. É, portanto, em nome de uma teoria francamente contextual do sentido – teoria resumida no “*teorema contextual da significação*” (p. 40) – que o autor pode condenar a noção de sentido próprio. (Ricoeur, 2005, p. 124)

Assim, Richards nega a distinção entre sentido literal e sentido figurado. A metáfora, nesse caso, se apreende na síntese do teor-veículo no/pelo discurso. Contudo, Ricoeur vê a radicalização de Richards com certa desconfiança, porque, para ele, Ricoeur, a existência do discurso não dissolve a existência do signo com suas diferenças e oposições. É a tensão entre a semântica e suas *instâncias do discurso* (Benveniste) e a semiótica e sua dança dos signos.

Como o próprio Ricoeur reconhece, o estudo de Richards abriu caminho para outros estudos, como o de Max Black (1962), cujo propósito é a elaboração de uma “*gramática lógica*” da metáfora. Ricoeur reconhece três passos importantes no trabalho de Black:

1) a metáfora é uma frase onde algumas palavras são empregadas metaforicamente e outras não. A palavra metafórica se denomina “*focus*”, e o resto da frase é o “*frame*”. A produção da metáfora é a junção de *focus + frame*;

2) o processo metafórico se desenvolve pela escolha, por parte do falante, “*de uma expressão tomada em outro sentido que o habitual*” (Ricoeur, 2005, p. 136); e

ANÁLISE DO DISCURSO II

3) a metáfora “*organiza a nossa visão de mundo*” (Black), isto é, ela não porta somente uma informação, ela nos engaja em um sistema sociocultural de uma determinada comunidade. Mesmo reconhecendo a importância do estudo de Black, Ricoeur assinala que ele não tem um contorno bem definido, visto que ora privilegia o campo semiótico, ora privilegia o campo semântico, além de não levar em conta a questão, tão cara a Ricoeur, das metáforas inventadas instantaneamente.

Ricoeur prossegue sua pesquisa sobre a metáfora indo buscar na crítica literária, mais precisamente em *Estética*, de Monroe Beardsley (1958), a continuação de suas reflexões. É preciso ressaltar que o corpus da pesquisa de Beardsley se insere no plano da frase e das palavras em oposição a uma visão emotiva do que seja literatura, levando-o a fazer uma “*definição puramente semântica da literatura*” (Ricoeur, 2005, p. 143). A partir desse recorte, Beardsley estrutura uma teoria sobre a metáfora em que:

- 1) toda e qualquer frase contém uma significação implícita, conotativa, em oposição a uma significação explícita, denotativa;
- 2) são as palavras de determinados contextos que eliminam e depuram as palavras indesejadas, como ocorre no discurso técnico, científico; ou se passa o contrário, pois há contextos onde, por excelência, as palavras vêm à tona com seus sentidos conotativos, implícitos e múltiplos, como é o caso do discurso literário;
- 3) a semelhança tem por função a atribuição de predicados e não a substituição de termos;
- 4) Se atribui predicados, a metáfora não é uma informação nula, ela informa, ensina e re-informa, em um processo contínuo de invenção, inovação e renovação em um aqui e um agora. Nesse momento, tem-se o par de termos que sublima o estudo de Ricoeur e a sua busca pelo conceito de “*metáfora viva*”: a invenção – inovação e o contexto atual e único, esse aqui-agora da “*instância de discurso*” ou enunciação (Benveniste). Assim é o processo de nascimento das *metáforas vivas*:

A vantagem é dupla: de um lado, a velha oposição entre sentido figurado e sentido próprio recebe uma base inteiramente nova. Pode-se denominar sentido próprio o sentido do enunciado que apenas recorre às significações lexicais registradas de uma palavra, as que constituem a sua

designação. O sentido figurado não é o sentido desviado das palavras, mas o sentido de um enunciado inteiro que resulta da atribuição ao tema de valores conotativos do modificador. Portanto, caso se continue a falar em sentido figurado das palavras, trata-se apenas de significações inteiramente contextuais, de uma “significação emergente” que existe somente aqui e agora. De outro lado, a colisão semântica confere à atribuição metafórica não somente um caráter singular, mas um caráter construído; não há metáfora no dicionário, ela não existe senão no discurso; neste sentido, a atribuição metafórica revela melhor que qualquer outro emprego da linguagem o que é uma palavra viva, que constitui por excelência uma “instância do discurso. (Ricoeur, 2005, p. 152)

Observe-se que Ricoeur afirma, acima, que “*não há metáfora no dicionário*”. Mas, então, o que há nos dicionários? Há, para Ricoeur, as “*metáforas mortas*”, mortas pelo esgotamento, pelo desgaste do uso, ou como bem diz Ricoeur:

No enunciado metafórico (não falaremos mais da metáfora como palavra, mas da metáfora como frase), a ação contextual cria uma nova significação que tem justamente o estatuto de acontecimento, na medida em que existe somente nesse contexto. Mas, ao mesmo tempo, pode-se identificá-la como a mesma, na medida em que sua construção pode ser repetida; assim, a inovação de uma significação emergente pode ser considerada uma criação linguística. Caso seja adotada por uma comunidade linguística, ela pode tornar-se, por sua vez, uma significação usual e reunir-se à polissemia das entidades lexicais, contribuindo assim para a história da linguagem como língua, código ou sistema. Mas, neste último estágio, quando o efeito de sentido que denominamos metáfora se reúne à mudança de sentido que aumenta a polissemia, a metáfora já não é metáfora viva, mas metáfora morta. Somente as metáforas autênticas, isto é, as vivas, são a um só tempo acontecimento e sentido. (Ricoeur, 2005, p. 155).

Com isso, Ricoeur nos leva a pensar que é duplo o poder do homem, o poder da imaginação (o *poetar*, de Heidegger) e o poder do intelecto (o pensar) que estão na origem do processo dialético das metáforas vivas. A soma desses dois poderes é o *método especulativo* (Ricoeur, 2005), espécie de tábua de salvação metafórica para a metáfora. Diferente de Derrida que institui a morte da metáfora e da filosofia, Ricoeur as revive, e ao revivê-las, revive o homem.

ANÁLISE DO DISCURSO II

DOS NOMES PRÓPRIOS SOB CARACTERIZAÇÃO DE UMA ANTONOMÁSIA

Nas gramáticas tradicionais da língua portuguesa, os nomes próprios estão incorporados morfológicamente aos substantivos próprios, porque eles designam seres particulares, diferenciando-se assim dos substantivos ditos comuns, que designam seres da mesma espécie. O conceito, abaixo, é uma amostra típica de todos os conceitos sobre o assunto:

Próprios e comuns - substantivo próprio é o que designa individualmente os seres, sem referência a suas qualidades: Pedro, Brasil, Rui Barbosa. Substantivo comum é o que designa o ser como pertencente a uma classe com o mesmo conjunto de qualidades: casa, mar, sol, automóvel. Não é qualquer coisa que pode receber o nome de casa, mar, sol ou automóvel. É necessário que observemos nesses seres certas características para que sejam assim designados. Já nos substantivos próprios não se dá atenção a essas qualidades. O nome Pedro, ou Brasil, ou Rui Barbosa, nada nos dizem a respeito dos seres designados; são apenas distintivos individuais que, só por coincidência, se podem aplicar a outras pessoas ou lugares. (Bechara, 1982)

Contudo, deve-se falar primeiro sobre o dilema que engloba o estudo dos nomes próprios antes de adotar uma ou outra definição do que seja uma antonomásia. Nos estudos linguísticos, os nomes próprios são quase sempre enfocados em relação à existência ou não de um sentido. Segundo Gary-Prieur (1994, 2001), distinguem-se, na linguística, três perspectivas:

1- a primeira tese, desenvolvida por Mill, ou seja, vinda de uma visão da Lógica, considera que os nomes próprios não têm sentido porque eles não estão ligados a nenhum significado e, nesse caso, eles não podem ser constituídos como objeto de estudos semânticos. De acordo com Mill, os nomes próprios já cumprem sua função referencial sem que para isso eles necessitem de um sentido ou de uma descrição. Ou seja: para Mill, os nomes próprios denotam, mas não conotam. A tese de Mill vai ao encontro de outra, a de Kripke, para quem os nomes próprios devem ser compreendidos a partir de uma “designação rígida” a fim de atribuir nome a um referente. Kripke postula que o nome próprio é uma categoria discursiva que se liga a um referente a partir de um ato de designação rígida em virtude de um ato de batismo (no sentido lato do termo, isto é, não religioso).

Assim como Mill, Kripke não afirma que o nome próprio tenha um sentido.

2- a segunda sustenta a tese de que os nomes próprios têm o mesmo sentido dos nomes comuns, isto é, eles têm propriedades lexicais e referenciais. Essa visão, de acordo com Gary-Prieur (2001), é compartilhada por Bréal (1896) e Jespersen (1971);

3- a terceira, defendida por Gary-Prieur, considera o sentido nos nomes próprios (de agora em diante NPR) naquilo que eles têm de original, ou seja, eles são ímpares dentro do universo do discurso e, como tal, devem ser analisados. Assim, constitui-se para os NPR um “sens instructionnel²⁶” (Gary-Prieur, 2001), que consiste em estudar a forma de um NP ligada a um indivíduo em uma determinada situação de enunciação. Para Gary-Prieur, essa visão tem a vantagem de perceber a interpretação de um NPR associada a um sentido e a um conteúdo. O sentido pressupõe a individualização de um referente “x” em relação a sua denominação dentro do universo dialógico, e o conteúdo, as propriedades de “x” compartilhadas entre os enunciadores.

Não se tem o objetivo neste trabalho de justificar uma ou outra teoria sobre os NPR. Ao que parece, o problema lógico dos NPR parece ser colocado de lado pelos falantes no constante “*jogo de linguagem*”, isto é, “*o significado de uma palavra é seu uso na linguagem*”, diz Wittgenstein (1994, p. 38).

Entretanto, outro problema se forma quando a fronteira entre nomes próprios e nomes comuns se confunde, isto é, quando os NPR podem passar a nomes comuns. A retórica engloba esse processo sob o rótulo de “*antonomásia*”. Desde a Antiguidade greco-latina, a antonomásia está inserida nos tropos como uma figura de estilo cuja função é apoiar e sustentar uma argumentação, como se observa em Perelman & Tyteca (2005):

Mencionemos aqui sobretudo, enquanto figura da escolha, a antonomásia, que Littré define como “uma espécie de sinédoque que consiste em tomar um nome comum por um nome próprio ou um nome próprio por um nome comum”. Em sua primeira forma, ela às vezes visa evitar

²⁶ Em Gary-Prieur (2001), o termo “sens” (sentido) constitui as propriedades lexicais do nome próprio e que são fundadas sobre uma relação de denominação. Assim, a tradução de “sens instructionnel” seria “sentido de instrução”, ou modo correto de fazer a designação.

ANÁLISE DO DISCURSO II

que se pronuncie um nome próprio; mas às vezes, também, qualificar alguém de um modo útil para a argumentação: “os netos do Africano” para “os Gracos” pode tender a esse objetivo. (Perelman & Tyteca, 2005, p. 197)

Segundo o dicionário Houaiss, em sua versão on-line, o verbo *antonomásia* é

...variedade de metonímia que consiste em substituir um nome de objeto, entidade, pessoa etc., por outra denominação, que pode ser um nome comum (ou uma perífrase), um gentílico, um adjetivo etc., que seja sugestivo, explicativo, laudatório, eufêmico, irônico ou pejorativo e que caracterize uma qualidade universal ou conhecida do possuidor (Aleijadinho por “Antônio Francisco Lisboa”; A Rainha Santa por “Isabel, rainha de Portugal, esposa de D. Dinis”, o mantuano por “Vergílio”; um borgonha por um “vinho da Borgonha” etc), ou vice-versa (um romeu por “um homem apaixonado”, tartufo por “hipócrito” etc). Etimologia: gr. Antonomásia. Através do latim *Antonomásia*, em retórica “nome que nada tinha que ver, morficamente, com o nome a que se juntava ou a que substituíra”, de *ant(i) + onomázdo* “dar nome a”; f.hist. 1540 *antonomasia*, 1704 *antonomazia*.

Também Bechara (1982) fala sobre a passagem de nomes próprios a comuns, porém sem fazer alusão ao nome *antonomásia*:

Passagem de nomes próprios a comuns. – Não nos prendemos apenas à pessoa ou coisa nomeada; observamos-lhe qualidades e defeitos que se podem transferir a um grupo mais numeroso de seres. Os personagens históricos, artísticos e literários pagam o tributo de sua fama com o desgaste do valor individualizante do seu nome próprio, que por isso, passa a comum. Por esta maneira é que aprendemos a ver no Judas não só o nome de um dos doze apóstolos, aquele que traiu Jesus; é também a encarnação mesma do traidor, do amigo falso, em expressões do tipo: Fulano é um judas. Desta aplicação geral de um nome próprio temos vários outros exemplos: Dom-João(homem formoso; galanteador; irresistível às mulheres), tartufo (homem hipócrita, devoto falso), cicerone (guia de estrangeiros, dando-lhes informações que lhes interessam), benjamim (filho predileto, geralmente o mais moço; o mais jovem membro de uma agremiação, prende-se ao personagem bíblico que foi o último e predileto filho de Jacó), áfrica (façanha; proeza; revive as façanhas dos antigos portugueses nessas terras). Passam a substantivos comuns os nomes próprios de fabricantes, e de lugares onde se fazem ou se fabricam certos produtos: estradivários (=violino de Stradivarius), guilhotina (de J. Inácio Guillotin), macadame (do engenheiro Mac Adam), sanduíche (do conde de Sandwich), havana (charuto; em português, havano), champanha (da região francesa Champagne), cambraia (da cidade francesa de Cambray).

Note-se que as definições, acima, caracterizam a *antonomásia*, em seu funcionamento, ligada à *sinédoque*, ou à *metonímia*, ou à *perífrase*, ou a uma substituição de um termo por outro sob uma ca-

racterização metafórica. Sob o plano morfológico, a antonomásia se caracteriza em todas as definições como uma passagem da categoria “nome próprio” (NPr) para a categoria “nome comum” (Nc) e vice-versa²⁷, em um processo denominado na gramática tradicional de *derivação imprópria* (também conhecido por *conversão* ou *habilitação* na linguística moderna). De acordo com Celso Ferreira da Cunha (1982), a *derivação imprópria* é um processo de enriquecimento vocabular através da mudança de classe de palavras sem que ocorra uma modificação na forma. Para isso, basta antepor-se um artigo a qualquer palavra da língua para que ela passe a ser um substantivo. De acordo com essa definição, ter-se-ia o seguinte esquema para a antonomásia:

[Judas] NPr o - um [judas] Nc, onde em:

- (1) “Judas era um dos apóstolos de Jesus”- Judas é NPr; e
- (2) “Ele é um (o) judas do sindicato”- judas é uma antonomásia.

Outra possibilidade de comprovar a *derivação imprópria* de um NPr é sob o plano semântico. Para isso, o dicionário é de grande valia, visto que ele concentra em seu *corpus* entradas lexicais já estabilizadas em uma língua. Lá se encontram *judas*, *mecenas*, *narciso*, *eldorado*, *fúria*, *sereia*, entre outras²⁸. Mas de que modo todos esses nomes chegaram ao dicionário como verbetes com definição cristalizada, e desde então *fundados* na língua? Para responder a essa pergunta, partimos da hipótese que, inicialmente, todos esses nomes foram utilizados como metáfora, *metáforas vivas* (Ricoeur, 2005), mas o sucesso e a repetição levaram-nos à *usura* (Derrida), ao apagamento do seu sentido original. Quem pressupõe hoje, no uso da linguagem, que nomes como “fúria” e “sereia” eram nomes próprios de divindades do mundo greco-latino? Como todos têm hoje um sentido previsível na língua, correspondem àquilo que Ricoeur denomina de

²⁷ Sobre a passagem de “nomes comuns” para “nomes próprios” encontramos em CUNHA (1982) exemplos que, a meu ver, são bizarros. Ele considera Castelo, Figueira e Damasco (sobrenomes) como exemplos típicos desse tipo de conversão. Na verdade, faltam pesquisas sobre esse aspecto da definição de antonomásia.

²⁸ Entre muitos outros nomes derivados de nomes próprios, temos inúmeros adjetivos, como dantesco, maquiavélico, rocambolésco, quixotesco, que mereceriam um estudo mais aprofundado, principalmente em teorias cognitivas.

ANÁLISE DO DISCURSO II

metáforas mortas. Nestes termos, a dimensão da definição clássica de antonomásia foge ao que se vê comumente hoje nos jornais e revistas no Brasil²⁹. Considere-se o texto, abaixo, retirado de um artigo sobre as anáforas textuais, de Ilari (2005):

Gerson quer aprender contabilidade para melhorar de vida. Só tem o ginásio incompleto e estará numa cadeia de São Paulo pelos próximos dois anos por estelionato. Paulo é um médico que trabalha em Recife, e que ambiciona voltar para Catolé da Rocha, cidadezinha do alto sertão paraibano, onde nasceu, para fazer clínica rural. Mas teria de interromper o mestrado que está fazendo na universidade da capital. O sonho dourado de Viviane, uma garota pobre do interior do Acre, é fazer um curso de ecologia na Unicamp. Evidentemente, não tem dinheiro para isso. Albino, ao contrário, tem bastante dinheiro: é um super-executivo de um banco carioca, mas trabalha 12 horas por dia, e não encontra tempo para fazer o MBA de que tanto precisa para progredir na carreira. Todos esses são exemplos reais de gente que pode ser ajudada pela educação a distância, ou EAD, a nova sigla “quente” de um conceito antigo, mas que está explodindo em crescimento no mundo todo, empurrada pelos ventos das novas tecnologias. A EAD representa uma oportunidade preciosa para todos os *Gérsons, Paulos, Vivianes e Albinos da vida* que desejam progredir por meio do estudo, mas que encontram barreiras intransponíveis no ensino convencional, seja pela impossibilidade de se deslocar, seja pela distância geográfica, pelas limitações de tempo ou dinheiro...

Ou também estes excertos de textos, retirados de Mainardi (2007):

Lula é o nosso Bettino Craxi. Quando os magistrados italianos denunciaram o esquema de financiamento ilegal do Partido Socialista, Craxi se defendeu acusando os outros partidos de práticas semelhantes: se todos são culpados, ninguém pode ser punido. (p. 44).

Uns países dão certo. Outros não. O Brasil pertence à segunda categoria. Toma-se o professor Luizinho. Ele é o retrato do nosso fracasso. O sinal de que a gente se danou. Nunca mais vamos nos recuperar do espetáculo oferecido ao Congresso Nacional, na última quarta-feira, com o professor Luizinho saltitante, comemorando o seu indulto. (...) Não digo isso pelo professor Luizinho em si. Há *professores Luizinhos espalhados em todos os cantos do mundo*. Tudo bem: um pouco menos grotescos. Mas há. Há *um professor Luizinho no Nebraska*. Há *um professor Luizinho no Hamas*. Há *um professor Luizinho no gabinete dos Transportes ucraniano*, que acaba de ser descoberto embolsando uma propina equiva-

²⁹ Refiro-me ao Brasil por possuir um significativo “corpus” retirado de jornais e revistas brasileiras. Entretanto, outros pesquisadores (e aqui vale citar Sarah Leroy e Marie Noëlle Gary-Prieur, na França) têm buscado estudar os mecanismos de funcionamento dos nomes próprios em discurso.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

lente a 30 mil reais. Ninguém está a salvo dos professores Luizinho, dos Roberto Brant, dos Eduardo Azeredo. O que muda de lugar é apenas o jeito de lidar com eles. (p. 79)

A partir do conceito de *metáfora viva* (Ricoeur, 2005), defenderemos uma posição: os trechos em negrito, acima, não podem ser considerados uma antonomásia, no sentido “stricto” da definição clássica. Defenderemos, então, outro conceito: eles são *nomes próprios metafóricos ou nomes próprios modificados*. Há fortíssimas razões para qualificá-los como tal: em primeiro lugar, não há um processo de inversão, ou seja, o nome próprio não passa a nome comum, haja vista que não há um sentido previsível, fundado. Outro argumento seria o fato de que qualquer indivíduo pode servir de base para um *nome próprio metafórico*, como se vê mais claramente no texto de Ilari. Esses nomes próprios ordinários (opostos a nomes históricos e de gente famosa) só podem ser compreendidos no/pelo discurso, pois é na “instância do discurso” (Benveniste), no aqui- agora que devemos buscar a sua referenciação. Nesse sentido, utiliza-se, aqui, a noção de referenciação para os *nomes próprios metafóricos*. De acordo com Mondada (2005),

A substituição do termo referência por referenciação, visto que passam a ser objeto de análises as atividades de linguagem realizadas por sujeitos históricos e sociais em interação, sujeitos que constroem mundos textuais cujos objetos não espelham fielmente o “mundo real”.

Mas são, isto sim, interativamente e discursivamente constituídos em meio a práticas sociais, ou seja, são objetos de discurso. São, na verdade, objetos de discurso e, por isso, na maioria dos textos em que se empregam os *nomes próprios metafóricos*, encontra-se uma espécie de comentário ou avaliação sobre seu uso, como se vê nos textos de Mainardi. Esse tipo de comentário, ou melhor seria, esse alerta para o leitor sobre o seu processo de interpretação, não se encontra nas antonomásias, porque já são lexicalizadas e conhecidas por toda a comunidade linguística.

ANÁLISE DO DISCURSO II

CONCLUSÃO

Por tudo isso, penso que, do ponto de vista da oposição fundado x fundante, o conceito clássico de antonomásia prevalece sob os domínios de uma concepção fundada de linguagem, homogênea e previsível em seu sentido, ou como bem diz Martins (2002), “*ancoram-se em uma base fixa e universal-fundam-se em algum conjunto de primitivos, cuja combinação responde em última instância pela formação de todos os demais conceitos que tais sistemas articulam*”. Já os *nomes próprios metafóricos ou modificados* estão ligados a uma concepção fundante, porque a cada novo contexto eles carregam significações novas que se inovam-renovam. Nesse sentido, os *nomes próprios metafóricos* são verdadeiras bombas de significação, porque somente no/pelo discurso, ou seja, pela referenciação, eles “*significam em ato e eclodem*” (Ricoeur, 2005).

BIBLIOGRAFIA

ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção Os Pensadores.

BEARDSLEY, Monroe. *Aesthetics*. New York, Harcourt: Brace and World, 1958.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1982.

BLACK, Max. *Models and Metaphors*. Ithaca: Cornell University Press, 1962.

BURGE, T. Reference and proper names. **In:** *The Journal of philosophy*. LXX-4, p. 425-439, 1973.

CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Fename/MEC, 1982.

DERRIDA, Jacques. A mitologia branca. **In:** *Margens da filosofia*. São Paulo: Papyrus, 1991.

GARY-PRIEUR, Marie-Noelle. L’individu pluriel: les noms propres et le nombre. **In:** *Sciences du Langage*. Paris: CNRS, 2001.

———. *Grammaire du nom propre*. Paris: PUF, 1994.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ILARI, Rodolfo. Alguns problemas de estudo da anáfora textual. **In:** KOCK & MORATO & BENTES. *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

KOCH, Ingedore Villaça & ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MAINARDI, Diogo. *Lula é minha anta (crônicas)*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

MAROUZEAU, Jean. *Lexique de la terminologie linguistique*. Paris: Geuthner, 1933.

MARTINS, Helena. Sobre linguagem e pensamento no paradigma experiencialista. **In:** *Veredas*- revista de estudos lingüísticos. Juiz de Fora, v. 6, nº 2, p. 85-100, julho/dezembro 2002.

MOISÉS, Massaud. *A criação literária: poesia*. São Paulo: Cultrix, 1989.

MONDADA, Lorenza. A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica. **In:** KOCK & MORATO & BENTES. *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

MONDADA, Lorenza & DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. **In:** CAVALCANTE & RODRIGUES & CIULLA. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem*. São Paulo: UNESP, 2005.

PERELMAN & TYTECA. *Tratado de argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RICHARDS, I. A. *The Philosophy of Rhetoric*. Oxford: Oxford University Press, 1936, 1971.

RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. São Paulo: Loyola, 2005.

WITTGENSTEIN, Ludovic. *Investigações filosóficas*. Petrópolis: Vozes, 1994.

ANÁLISE DO DISCURSO II

RELAÇÃO ENTRE VERBOS *DICENDI* E DISCURSOS RELATADOS

Cleidiene Novais Ferreira (UFMG)
cleidienovais@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, foram analisados os usos de alguns verbos *dicendi* em introduções de discursos relatados em textos de estudantes do Ensino Médio. O *corpus* é composto por 25 (vinte e cinco) textos dissertativos sobre três diferentes temas, produzidos por alunos do Ensino Médio da instituição escolar Centro Educacional Rainha da Paz, localizada no município de Teixeira, Minas Gerais. Como são muitos os verbos *dicendi* utilizados ao longo dos 25 textos, foi feito um recorte de verbos e de discursos relatados a serem apresentados neste trabalho. Os verbos *dicendi* tratados aqui são achar e dizer. O *corpus* considerado está em anexo.

O objetivo desta pesquisa consiste em verificar se os pressupostos semânticos que os verbos *dicendi* abarcam são confirmados pelos discursos relatados em textos de estudantes do Ensino Médio. Nos textos que compõem o *corpus*, prevalece o tipo textual argumentativo. A teoria admitida para a análise baseia-se em Ducrot (1975), Charolles (1976), Maingueneau (1997) e Lozano, Marin e Abril (2002). Considerando o que explicitaram estes teóricos, foram analisados os pressupostos abarcados pelos verbos introdutórios do discurso relatado e os modos como estes interfeririam na interpretação da citação. Após esta análise, verificou-se se a interpretação possível da citação, considerados os verbos *dicendi*, favoreceria o conjunto textual ou se haveria incoerência por parte dos autores dos textos ao escolherem tais citações na construção de seus textos.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Considerando o que fora explicitado pelos autores Lozano, Marin e Abril (2002), pode-se compreender que o locutor pode intervir no discurso relatado, seja ele o discurso direto ou o indireto. Uma das formas que o locutor pode utilizar para intervir no discurso

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

relatado é a escolha dos verbos que o introduzem. Maingueneau (1997) faz considerações acerca dos verbos utilizados para introduzir não só o discurso direto, como também o indireto, e afirma que o verbo escolhido pelo “locutor” afeta a interpretação da citação. O autor cita Charolles (1976), o qual nomeia tais verbos como “verbos de comunicação”. Segundo este autor, o verbo dizer seria aparentemente neutro enquanto os outros verbos utilizados para introduzir o discurso relatado apontam diversos pressupostos, dentre os quais: o valor de verdade do enunciado citado, posição cronológica, ponto de vista atribuído ao enunciador face ao que diz ou hierarquia.

Maingueneau (1997) se refere, também, à classificação para os chamados verbos de “opinião” propostas por Ducrot (1975, p. 63). Esta classificação admite que se adotem critérios semânticos, que seriam os sentidos que tais verbos implicariam e aos quais esse autor associou os valores +/- . Esta classificação diz que os verbos podem implicar:

- Critério P: um julgamento pessoal fundado sobre uma experiência;
- Critério M: uma experiência da própria coisa;
- Critério O: uma predicação original;
- Critério C: uma demonstração de segurança por parte do locutor quanto à opinião expressa;
- Critério R: uma apresentação da opinião do locutor como o produto de uma reflexão.

O quadro abaixo resume os critérios semânticos associados aos verbos e representados por Ducrot (1975).

Quadro 1:

| | P | M | O | C | R |
|--------------------------|---|---|---|---|---|
| Considerar | + | + | + | + | + |
| Achar, imaginar | + | + | + | - | - |
| Estimar, julgar, reputar | + | + | - | + | + |
| Julgar, decidir | + | - | - | + | + |
| Ter a impressão | + | - | - | - | - |
| Estar seguro | - | - | - | + | - |
| Pensar | - | - | - | - | + |
| Acreditar | - | - | - | - | - |

ANÁLISE DO DISCURSO II

O verbo afirmar não é apontado por esses autores. Dessa forma, a análise de seus pressupostos foi feita com base nos critérios apresentados por Maingueneau (1997).

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CORPUS

Quanto aos verbos utilizados para introduzir o DR, o quadro a seguir faz a relação deles com cada proposta, a quantidade de vezes que eles foram utilizados e o tipo de discurso que introduziram:

Quadro 2:

| Propostas | 1ª Proposta | | 2ª Proposta | | 3ª Proposta | |
|------------|-------------|----|-------------|----|-------------|----|
| | DD | DI | DD | DI | DD | DI |
| Achar | | 2 | | 1 | | 2 |
| Acreditar | | | | | 1 | |
| Afirmar | | | 1 | | 1 | |
| Apresentar | | | | | 1 | |
| Citar | | 1 | | | | 1 |
| Considerar | | 1 | | | | |
| Declarar | | | | 1 | | |
| Defender | | 1 | | | | |
| Dizer | 2 | 3 | 6 | 5 | 3 | 3 |
| Falar | | | 1 | 1 | | 2 |
| Insinuar | | | | 1 | | |
| Mostrar | | | | | 1 | |
| Questionar | | | | | | 1 |
| Sugerir | | | | | | 3 |
| Total | 2 | 8 | 8 | 9 | 7 | 12 |

Para a análise dos verbos no presente trabalho, foi feito um recorte que dimensiona alguns pressupostos presentes nos verbos. Dessa forma, foram escolhidos dois verbos: achar e dizer. Os critérios utilizados para a escolha destes verbos foram o número de ocorrências do verbo dizer e uma significação de relativa insegurança do locutor presente no verbo achar.

O verbo achar foi utilizado por cinco vezes na introdução do discurso relatado ao longo dos 25 textos que constituem o *corpus*. Este verbo admite pressupostos, podendo implicar um julgamento pessoal do enunciador fundado em uma experiência, uma experiência da própria coisa ou uma predicação original. Analisando os textos em que aparece, conclui-se que o uso do verbo achar por parte do

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

aluno denota que o enunciador da citação tem uma opinião ou faz um julgamento pessoal a respeito do tema abordado na dissertação.

Em relação à argumentação das dissertações, o verbo achar foi utilizado para introduzir:

- uma afirmação de terceiros a respeito do tema abordado na dissertação (textos 4, 13 e 22);
- uma afirmação que daria base à argumentação do aluno (textos 4 e 15).

As passagens abaixo foram retiradas dos textos 4 em anexo, da qual pode-se obter a seguinte conclusão:

Muitos acham interessante, pois assim temos um conhecimento maior sobre outras línguas. Através da curiosidade, se vemos uma loja de nome inglês, por exemplo, procuraremos saber o seu significado.

Mas existe também aqueles que acham que a língua portuguesa deve ser valorizada, e se existe uma palavra de outra língua com o significado em Português, porque não usá-la, talvez porque o inglês é mais bonito? Chama mais atenção? (Texto 4)

O autor acha que o ato de melhorar o ensino é justo, facilitando a escrita, reduzindo, abreviando e modificando as palavras. (Texto 15)

Como pode-se perceber, no texto 4 há duas citações utilizadas para introduzir a posição de pessoas em geral que são contra ou a favor do uso do estrangeirismo. O anunciador da citação, segundo o locutor, faria um julgamento pessoal a respeito do tema tratado. O autor do texto articulou essas citações com exemplos e interpelações ao seu alocutário. Ele deixa implícito que a sua resposta é negativa em relação ao uso do estrangeirismo. Neste caso, o enunciador que “acha” não é o locutor, mas um terceiro. Estas citações foram introduzidas no texto 4 como um “pretexto” ou um ponto de partida para o desenvolvimento da argumentação do autor. Assim, o uso do discurso relatado favoreceu a construção da argumentação do texto.

No texto 15, o aluno iniciou sua argumentação expondo a sua opinião em relação à “ortografia brasileira” e à transformação desta. Ele argumentou que a escrita brasileira é complexa, mas defendeu a inviabilidade das modificações e explicou o porquê. Ele introduziu uma citação, na qual incluiu o que pensa o autor do texto-base da proposta 3. O aluno argumentou acerca de tal afirmação, e o que aponta para uma citação também com uma função de “pretexto” para

ANÁLISE DO DISCURSO II

a exposição da opinião do locutor. Porém, este não desenvolveu seu ponto de vista nem chegou a uma conclusão a respeito do tema do texto. O estudante finalizou seu texto com uma dedução confusa e que necessitaria de uma explicação. Neste caso, o discurso relatado foi utilizado a fim de dar base para a conclusão do texto e não contribuiu para um efetivo desenvolvimento da argumentação do locutor.

Quanto à relação dos verbos mais utilizados, dizer é, sem dúvida, o verbo que os alunos mais escolhem para introduzir o discurso relatado. Como explicitarei nos pressupostos teóricos, Charolles (1976) *apud* Maingueneau (1997) considera este verbo como um “verbo de comunicação” aparentemente neutro, ou seja, não apontaria pressupostos. Pode-se entender, com isso, que os alunos utilizam este verbo sem pretensão de interferir no que está sendo citado, e limitam-se a relatar o que disse o enunciador da citação. Através das ocorrências no *corpus*, pode-se perceber um certo valor de verdade como pressuposto semântico deste verbo, uma vez que ao se afirmar que alguém disse algo, presume-se que a afirmação proceda, a menos que haja uma contestação. Em relação à argumentação das dissertações, o verbo dizer foi utilizado com a intenção de introduzir:

- uma afirmação de terceiros a respeito do tema abordado na dissertação (textos 2, 7, 11 e 25);
- uma informação do texto-base (textos 7, 11, 12, 22 e 25)
- uma afirmação que daria base à argumentação do aluno (textos 3, 9, 11 e 21);
- uma informação que complementaria e validaria seu raciocínio (textos 5, 6, 13 e 14);
- uma afirmação que justificaria a opinião do estudante (texto 7);
- uma afirmação que explicaria uma outra afirmação feita pelo aluno (textos 10 e 13);
- uma afirmação que funcionaria como uma citação de autoridade (textos 12 e 13);
- uma afirmação que concluiria o texto (texto 14);
- uma afirmação que exemplificaria o que fora abordado pelo aluno (textos 19, 21 e 25).

Na maioria dos textos em que aparece o verbo *dicendi* dizer, há uma contribuição favorável à construção dos mesmos. Mas foram

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

constatados alguns desvios, o que se pode verificar na análise seguinte. Com relação ao texto 7, pode-se afirmar a respeito do modo como o pressuposto semântico do verbo dizer interfere na interpretação da citação:

O autor iniciou o texto 7 afirmando que a questão das cotas para negros nas universidades é polêmica. Ele, então, introduziu um discurso relatado, em que citou a opinião das pessoas em geral. O estudante discordou quando o enunciador citado afirmou que as cotas têm como objetivo dar mais oportunidades aos negros. Ele argumentou que as cotas por si só já geram separação, e introduziu uma citação para explicar e basear sua argumentação acerca da discriminação gerada pela reserva de vagas. O autor fez, também, uma interpelação, a partir da qual desenvolveu uma argumentação.

O autor argumentou de forma engajada a respeito das falhas do sistema de cotas, e usou outro discurso relatado para justificar sua opinião. Porém, este enunciado retirado do texto-base da proposta 2 não se relacionou com as falhas da política de cotas, mas sim com a sua abrangência e aceitação, o que resultou em uma incoerência. O autor continuou seu texto com a apresentação de um exemplo, e neste havia um discurso indireto que se restringiu à narração de um fato. O estudante não desenvolveu uma explicação do exemplo, o que desfavoreceu sua argumentação.

Em relação ao pressuposto semântico de relativa neutralidade do verbo dizer, na primeira citação, pode-se concluir que a introdução de uma opinião de pessoas em geral serve de base para a argumentação do autor do texto. Então, essa “neutralidade” está relacionada com o que o enunciador, no caso as pessoas em geral, afirma, mas o locutor não é neutro ao utilizar-se do recurso da citação.

Já na segunda citação do texto, o autor do texto não expressou, com o significado da citação, o que ele realmente queria. A citação extraída do texto-base, de autoria de Demétrio Magnoli, pode ser considerada neutra. Porém, na totalidade da argumentação desenvolvida a partir desta citação, houve uma incoerência em relação ao sentido pretendido pelo autor e aquele obtido com a citação.

ANÁLISE DO DISCURSO II

CONCLUSÕES

Após analisar o *corpus*, relacionando os verbos que introduzem a citação e o discurso relatado, considero alguns apontamentos inevitáveis. Como foi constatado, o verbo mais utilizado por eles para introduzir o discurso relatado é o verbo dizer, e este verbo introduziu citações que admitiram as mais diversas funções nos textos. Dessa forma, concluo que a preferência por este verbo para introduzir uma citação pode ser explicada pelo fato de que o autor não se “compromete” com o que está sendo citado. Pode-se admitir, ainda, que o seu uso e a interpretação dos discursos relatados introduzidos por ele contribuiu favoravelmente para a estruturação dos textos.

Através dos verbos utilizados pelos estudantes para introduzir a citação, pode-se entender que o uso destes interfere na interpretação da citação, uma vez que carregam pressupostos que abarcam as citações. Dessa forma, o leitor/ouvinte poderia considerar a citação feita pelo autor presumindo que esta consistisse, por exemplo, numa opinião pessoal acerca do tema abordado (verbo achar), no valor de verdade do enunciado (verbo dizer), na apresentação da opinião do enunciatador como o produto de uma reflexão (verbo achar) etc.

Com relação às observações efetuadas acerca da relação entre verbos *dicendi*, discurso relatado e argumentação, concluo que os alunos fazem uso consciente do recurso da citação para argumentarem, pois há um grande número de citações que favoreceram a argumentação de suas dissertações. Porém, ocorreram alguns “desvios” que precisam ser evitados, provavelmente ocasionados devido ao “erro” de interpretação do aluno quanto ao sentido dos enunciados citados. Considero estes “desvios” como ocasionais, porém, possivelmente, podem ser corrigidos através de bons ensinamentos sobre interpretação de textos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAROLLES, M. Exercices sur lês verbes de communications. **In:** *Pratiques*, nº 9, 1976.

DUCROT, Oswald. Je trouve que. **In:** *Sémantikos*, 1975, vol. 1, nº 1, p. 63.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

LOZANO, J.; MARIN, C.; ABRIL, G. Análise do discurso: Por uma semiótica da interação textual. São Paulo: *Littera Mundi*, 2002, p. 174-182.

MAINGUENEAU, D. A Heterogeneidade Mostrada. In: —. *Novas tendências em análise do discurso*. Tradução de Freda Indursky; revisão dos originais da tradução Solange Maria Ledda Gallo, Maria da Glória de Deus Vieira de Moraes. 3ª ed. Campinas: Pontes/UNICAMP, 1997, p. 75-110.

ANEXOS

**TEMA:
PROTEÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL
DA LÍNGUA PORTUGUESA: ESTRANGEIRISMOS**

TEXTO 1:
PROTEÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL
DA LÍNGUA PORTUGUESA

O mundo de hoje está totalmente ligado a língua inglesa. Cada vez o inglês, vem dominando a vida pessoal e social das pessoas.

Nas cidades grandes, nas suas principais ruas as palavras estrangeiras estão para todos os lados, como; hot dog, self-service e outros.

Nosso país está perdendo a nacionalidade.

O Governador Aldo Rebelo defende um projeto de lei visando proteger a identidade cultural e da língua portuguesa, ele cita sanções contra estrangeirismo.

Ele está certo, pois a sociedade deve-se preocupar em conservar a cultura.

Nós formamos uma tradição e não devemos deixar que ela se acabe.

TEXTO 2:
O ESTRANGEIRISMO: ACEITAR OU NÃO?

Com a crescente globalização no mundo hoje, há várias “discussões” a respeito de seus pontos positivos e negativos.

Uma questão muito relacionada com a globalização é o suposto “Movimento Nacional de Defesa da língua Portuguesa”, que hoje tem defensores e críticos.

ANÁLISE DO DISCURSO II

Muitas pessoas dizem que o estrangeirismo, está cada vez mais se aperfeiçoando à nossa língua e descaracterizando-a; e outros dizem que o Brasil já seria um avanço, se usasse mais palavras estrangeiras em vez de expressões da nossa língua.

A questão dos defensores e críticos da nossa língua e da língua estrangeira, além de ser muito polêmica, também é muito importante, pois devemos pensar bem, antes de defender qualquer ponto de vista.

Um exemplo hoje, é a extrema valorização do idioma Inglês para o mercado de trabalho. A troca de informações que a globalização oferece, torna as palavras e expressões importadas, cada vez mais dominantes em nosso cotidiano.

Por fim, fica a pensar se o estrangeirismo é uma ameaça ou não para a língua portuguesa, e também não devemos ficar na Xenofobia e com o “medo” de usar a palavra “delivery” no lugar de “entrega”.

TEXTO 3: A CULTURA DA LÍNGUA

Devido a vários fatores, inclusive a globalização, o nosso país vem, cada vez mais, sendo invadido por línguas estrangeiras. Inicialmente, não temos aqui um problema grave, mas talvez isso possa virar uma polêmica, já que o Deputado Aldo Rebelo considera que um projeto de lei vai proibir o uso do estrangeirismo.

Na realidade o problema não é tão sério a tal ponto de ser colocado em discussão no plenário. Porém o deputado diz que uma das formas de dominação de um povo sobre outro é dada pela imposição da língua, e ele não está errado.

Se deixarmos as portas abertas para o estrangeirismo, vamos chegar a tal ponto que trocaremos palavras portuguesas, pelas inglesas, o que deveria ser o contrário.

Se analisarmos bem, um projeto de lei que defenda a língua portuguesa é necessário, pois preservar nossa cultura é deixar o país mais invulnerável à influência de outros, e isso é bom.

Para chegarmos ao ponto ideal, teríamos que incentivar a população à falar o português, para isso seria necessário palestras, movimentos, enfim-coisas que o povo se interessasse e participasse.

Por fim, vemos que não é preciso agir drasticamente, é racional querer defender nossa pátria, no entanto, é conveniente que comecemos pela população, que é a grande formadora dessa cultura.

TEXTO 4:
O USO ECESSIVO DO ESTRANGEIRISMO

Nota-se, cada vez mais o uso de palavras estrangeiras, no nosso dia-a-dia. Está muito comum, estão por toda parte, em lojas, restaurantes, etc. as palavras estrangeiras já estão se tornando familiares. E temos que nos acostumar com elas.

Muitos acham interessante, pois assim temos um conhecimento maior sobre outras línguas. Através da curiosidade, se vemos uma loja de nome inglês, por exemplo, procuraremos saber o seu significado.

Mas existe também aqueles que acham que a língua portuguesa deve ser valorizada, e se existe uma palavra de outra língua com o significado em Português, porque não usá-la, talvez porque o inglês é mais bonito? Chama mais atenção?

Bom, vantagens pode até ter, como, por exemplo, uma loja conhecida no mundo inteiro com o nome em inglês, no Brasil para ser reconhecida, tem que estar em inglês. Mas de chique não tem nada. O mais importante não é o nome e sim a qualidade do produto que está sendo vendido.

TEXTO 5:
ESTRANGEIRISMO NA LINGUAGEM BRASILEIRA

Há vários anos, o povo brasileiro em sua maioria se deixa levar por coisas estrangeiras, talvez pelo fato de achar bonito, diferente; assim, desprezando a cultura do Brasil não dando mais importância. Um desses fatores ou coisas é o estrangeirismo que está se adotando em nosso vocabulário.

Muitas pessoas, às vezes, preferem utilizar em seu dia a dia palavras de maior parte norte-americana, esquecendo do nosso prático e fácil português. Tudo bem, é um direito de cada cidadão; mas essas pessoas esquecem que moram no Brasil e a maioria do nosso povo mal entende o português, imagine então outras línguas.

É preciso que cada um de nós saiba cultivar a sua própria cultura, o seu linguajar mesmo que seja local e coloquial. Devemos “preservar a nossa língua nativa” como diz o deputado federal Aldo Rebelo. Caso contrário o que será que nossos netos, bisnetos estarão falando por aí?

TEXTO 6:
ESTRANGEIRISMO: O IDIOMA MISTO.

“‘Hello’, como vai?”. Até em simples expressões do dia a dia podemos enxergar a forte presença de estrangeirismo. Para nós, tornou-se comum o uso de termos de outros idiomas em nosso português (“surf”,

ANÁLISE DO DISCURSO II

“rock”, “dance”, “delivery”, etc.). Jamais tivemos nossa cultura tão afetada como ela está.

Podemos, com certeza, observar essa “intervenção” como resultado da interação dos países e suas nações. Isso evita o preconceito cultural (xenofobismo) e busca “irmanizar” os povos, levando à ideia de aceitação, não só da cultura alheia em si, mas também da mistura delas. E tudo isso é visto por nós como algo natural, medíocre, despreocupante.

Entretanto, estamos pagando um preço alto por essa situação: descaracterização das normas cultas da língua. Parece que foi inventado um novo dicionário, com vocábulos “deformados” que cederam lugar aos “imigrantes”. E como diz Celso Cunha: “Povo que não forja cultura tem de se conformar à condição de mero usuário de criações alheias”.

Aí está a nossa ridícula posição: a conformidade! É como se os brasileiros nem sequer notassem a mínima diferença da pronúncia, que acarreta aos poucos a subordinação do idioma local. A “interação de nações”, que procurava ser boa, está ultrapassando os limites previstos.

E como evitar as contínuas transformações mantendo o respeito para com as outras culturas? É relativamente, uma solução fácil: defender a língua pátria “portuguesando” os termos estrangeiros. Foi essa a proposta do Dep. Aldo Rebelo, quando criou o “Movimento Nacional de Defesa da Língua Portuguesa”. É, pois, uma boa solução, por, além de apresentar tal ideia, visar ao primeiro passo: promover a mudança a partir da mentalidade do povo.

TEMA: COTA PARA NEGROS.

TEXTO 7: SOMOS IGUAIS OU NÃO?

Atualmente existe um assunto polêmico sobre a questão de cotas para negros nas universidades. Dizem que é para dar mais oportunidades, pois o negro já foi e ainda é muito discriminado. Mas este ato de separação já os torna diferente das outras pessoas, pois se somos iguais como o Demétrio Magnoli falou: “A genética provou que a espécie humana não se divide em raças” porque eles têm uma quantidade reservada de vagas? Isso é um ato discriminativo.

O pior de tudo é que ainda não funciona, como diz Demétrio: “No Brasil, a política de cotas une negros, e brancos, esquerda e direita”. Como no caso dos irmãos univitelino que se inscreveram no vestibular da UNB e declararam ser negros. Um passou pela seleção o outro não.

A cota também não só ajuda as pessoas negras que têm boas condições, que tiveram oportunidade de estudar para chegar ao ponto de fazer

um vestibular, e que têm plenas condições de passar sem precisar das cotas. Não ajudando os pobres que realmente precisam de uma oportunidade.

TEXTO 8:
A POLÊMICA DAS COTAS

O princípio de cotas gera muita polêmica. Afinal, se é um benefício para os negros, porque é tão questionada?

A resposta é muito simples. Demétrio Magnoli, doutor da USP, afirmou: “Sua dinâmica é a da negação da igualdade política dos cidadãos”. Os brancos e negros deixam de competir de igual para igual. A existência de cotas é uma prova de que se duvida da capacidade intelectual dos negros.

É claro que há pessoas de classes mais altas que têm acesso a uma educação de base de qualidade maior e isso as beneficia no vestibular. Mas também existem bolsas de estudo, e o nível (muitas vezes baixo) do ensino público é responsabilidade do governo. É melhor investir no ensino gratuito que criar cotas. Não é a cor da pele que caracteriza uma pessoa como mais capacitada ou não.

Todas as pessoas são iguais, e devem ser tratadas assim. Se a “dívida com os negros” fosse transmitida de geração a geração e existisse hoje, a melhor forma de pagá-la seria permitindo que brancos e negros fossem iguais em todos os sentidos, acabando com essa discriminação absurda.

TEXTO 9:
DESIGUALDADE ENTRE CIDADÃOS

Discute-se, na atualidade, o concedimento de cotas para negros na administração pública e nas universidades.

O Brasil é um país extremamente racista, os próprios brasileiros dividiram a espécie humana em raças. Nós somos de uma mesma etnia, no entanto, a ignorância de grande parte da sociedade faz com que sejamos “diferentes”.

A criação de cotas é um absurdo. Somos iguais e temos as mesmas capacidades. Um negro e um branco podem disputar uma vaga em uma universidade de maneira semelhante.

No texto de Demétrio Magnoli há uma frase dita pelos partidos pioneiros das cotas, nela dizem: “conceder empregos públicos ou vagas nas universidades a um punhado de negros custa pouco e faz barulho”. Esta expressão é deprimente e revela a incompetência de nosso governo.

O processo de cotas não deveria existir. A educação do país é que deveria receber melhorias. Com uma boa base escolar, pessoas oriundas

ANÁLISE DO DISCURSO II

de regiões humildes teriam condições de competir de forma igualitária a uma vaga em uma universidade.

TEXTO 10: COTAS UNIVERSITÁRIAS

O autor Demétrio Magnoli fez uma reportagem na revista *Época*, em 10 de maio de 2003, e argumentou sobre as cotas de universidade distribuídas pelo governo para os negros. Como Magnoli, sou contra isso.

Desde muitos anos atrás os negros sofrem, seja com preconceito, discriminação e/ou exclusão social. Por isso para tampar o sol com a peneira, o governo distribuiu essas cotas, porém como diz Demétrio “conceder vagas nas universidades a um punhado de negros, custa pouco e faz barulho”, inclusive em cidades pequenas e pobres.

Contudo, o maior problema de todos não é a cota, mas quem usufrui dela. Apenas a classe média negra tem condições de chegar a um vestibular, pois os pobres não conseguem completar nem ao menos o ensino médio.

Portanto, vemos que se o governo brasileiro não investe na educação básica, na saúde e na sociedade, nada vai mudar para a população pobre, muito menos para os que entram na universidade.

TEXTO 11: A DISCRIMINAÇÃO NO BRASIL

Com as diversas transações no mundo hoje, aumenta-se cada vez mais o número de pessoas deixadas à margem da sociedade, dentre as quais, a maioria são negras.

Cada vez mais, nos deparamos com um preconceito crescente em todo país, principalmente com relação à etnia negra.

Há quem diga que todos somos da mesma espécie e não nos dividimos em raças, como diz Demétrio Magnoli, autor do texto apresentado. Mas essa ideia é extremamente contraditória à ideia dos “preconceituosos”.

Um assunto muito discutido hoje, é o da lei das cotas para negros no país. Por mais que se queira diminuir o preconceito, “inserindo” o negro na sociedade, esse acaba se tornando ainda maior, fazendo com que essa etnia se sinta ainda mais excluída e incapaz de se integrar e viver normalmente na sociedade hoje.

Demétrio diz que o princípio das cotas para negros negam a igualdade política e social no país, e ele é muito claro e certo ao dizer isso. São diversos os negros que não podiam estudar em uma universidade por causa de sua cor e a abertura dessa cota, mesmo oferecendo oportunida-

des, gera um preconceito ainda maior, tanto dentro das universidades, quanto fora delas.

Os negros deveriam ter o direito de irem, virem e fazerem o que quisessem como qualquer outra pessoa, já que todos nós nascemos livres e iguais e essa é a única “lei” que precisa ser reconhecida, diminuindo a desigualdade.

TEXTO 12:

PRECONCEITO TRANSPARENTE: COTAS

As raças, ou corretamente falando, as etnias humanas, vêm sendo, cada vez mais, divididas em duas partes: etnia branca e etnia negra.

Essa divisão, como diz o doutor em geografia humana da USP, Demétrio Magnoli, “foi inventada pelo racismo”, onde a etnia branca se considera superior à negra.

O governo, para amenizar essa situação, de repartimento entre as raças, criou o plano de cotas para negros em universidades, onde eles têm direito, em pequena porcentagem, a concluir um curso superior.

Porém, essa situação do governo, gera polêmica, pois acredita-se que, agindo assim, tanto o governo como a sociedade, ao invés de diminuir, aumenta o preconceito em relação à cor da pele, já que o governo, com esta lei, insinua que os negros não têm capacidade de entrar em uma universidade pelo próprio esforço.

Além do mais, muitos estudantes, “brancos”, que fizeram uma boa prova nos vestibulares, estão sujeitos a perder seu direito de cursar a universidade para negros submetidos a cotas.

Todavia, isso não é tudo. Enquanto preocupam com o dito direito igual para todos em relação à educação, se esquecem dos investimentos corretos para este setor, que, não só interessam os brancos, mas também os negros.

TEXTO 13:

A BUSCA PELA IGUALDADE

O Brasil é um país plural. Além de abranger diversas culturas, sabores e cores, as “raças” também contagiam o nosso povo.

“Raças”? Falando assim, até parece que o ser humano é uma espécie de objeto de prateleira. Infelizmente, a “raça” é o que impede muitas pessoas de ocupar um lugar na sociedade, e até mesmo de ser feliz.

Em razão disso, foi criada a política de cotas. A respeito dos negros, muitos acham vantajosa essa iniciativa, talvez pela minoria de afro-

ANÁLISE DO DISCURSO II

descendentes que há nas universidades brasileiras. Como diz o próprio Demétrio Magnoli (doutor de geografia humana da USP), “a política de cotas une negros e brancos, esquerda e direita”.

Quem sabe essa não é uma das formas de acabar com o preconceito racial?

TEXTO 14: NEGROS OU BRANCOS?

Atualmente, os jovens negros que querem entrar na universidade, estão perdendo suas vagas devido ao fato de pessoas “brancas” dizerem que são negras.

As cotas para negros foram criadas para reparar as discriminações dos brancos, pois eles sempre falaram que os negros eram inferiores.

Hoje a polêmica é outra, pois a cada ano que passa, os “brancos” estão “roubando” na universidade o lugar que é de direito dos negros.

O governo tentou ajeitar esta situação dizendo que: “A política de cotas se destina a adiar para um futuro incerto os investimentos maciços em saúde, educação e emprego que interessam de fato aos negros e brancos pobres”.

TEMA: REFORMA ORTOGRÁFICA

TEXTO 15: LETRAS

A ortografia brasileira é realmente muito complicada, confusa e exagerada em relação às de outros países, mas é a forma de escrever que estamos acostumados, tem relação com a nossa cultura e costumes, não podemos transformá-la ou até mesmo ignorá-la de uma maneira tão radical.

Em alguns casos, está certo que o método de escrita brasileiro e bastante complexo, mas modificações repentinas podem não ser viáveis, uma vez que podem gerar uma confusão ainda maior, ou até mesmo uma perda de valores culturais.

O autor acha que o ato de melhorar o ensino é justo, facilitando a escrita, reduzindo, abreviando e modificando as palavras.

Essa tática talvez seria válida, mas traria graves consequências para pessoas que já são acostumadas com a atual escrita e muitas modificações para as que ainda vão aprender a escrever.

TEXTO 16:

NOVAS REGRAS: FACILIDADE OU CONFUSÃO?

O português não é complicado. A gramática e suas regras é que são as responsáveis pelas dificuldades que muitos têm com essa língua.

O enunciador do texto acredita que novas regras podem “facilitar as coisas, afinal, o português é difícil demais mesmo”. Mas não é bem assim que as coisas funcionam.

As regras propostas mais confundem do que facilitam. Para conseguir aplicá-las, acaba sendo necessário saber escrever bem antes.

Essa forma de escrever já tem sido utilizada pelos usuários da internet, geralmente num bate-papo entre amigos (que se entendem). Mas transformar isso no português formal já é querer ir longe demais.

A língua portuguesa é mesmo, às vezes, complicada. Mas não é mudando as regras que se resolve esse problema. É buscando entender que se aprende e essa mudança torna-se desnecessária.

TEXTO 17:

A LÍNGUA PORTUGUESA

A língua portuguesa, cada dia que passa é mais discutida. As pessoas estão sempre reclamando que o português é difícil de falar e escrever.

O brasileiro não tem confiança na sua capacidade gramatical e ortográfica.

O autor sugeriu que fosse criado um programa de incentivo ao uso da língua portuguesa, já que é tão difícil, em vez de melhor, ele sugere que facilite as coisas, ou seja, piore. Fazendo o uso indevido da gramática.

Hoje em dia se usam muito isto, em conversas na internet. Os jovens estão abreviando o máximo possível.

A língua portuguesa não é difícil como as pessoas pensam. Não podemos nos deixar influenciar pela linguagem de internet. E sim fazer o uso da linguagem certa.

ANÁLISE DO DISCURSO II

TEXTO 18: APRENDENDO A ISKREVE

O texto faz uma crítica à falta de escolaridade dos brasileiros, ele utiliza formas mais fáceis de serem escritas, mas mais complicadas para se entenderem. Em um trecho do texto o autor afirma o seguinte: “Eis aqui um programa de cinco anos para resolver o problema da falta de autoconfiança do brasileiro na sua capacidade gramatical e ortográfica.” Ele também apresenta uma ironia: “Em vez de melhorar o ensino, vamos facilitar as coisas”.

Na minha opinião, o Brasil deveria melhorar o ensino e as pessoas não deveriam ficar pensando que não conseguem ou não precisam de saber o português correto. O texto usa novas maneiras de escrever as palavras e a falta de pontuação como uma crítica a questão do “melhoramento da língua portuguesa”.

Alguns brasileiros além de não terem ou quererem ter um ensino melhor ainda são muito ignorantes à respeito de seu português, nunca procuram melhorar sua escrita.

TEXTO 19: MUDANÇA NÃO RESOLVE.

A Língua Portuguesa, assim como todas as línguas têm sua origem, originou-se da junção da linguagem lusa e tupi. Desde então, essa nova língua é utilizada em todo o Brasil. Porém, como tudo muda, com a intenção de melhoria e facilidade, também querem mudar a escrita da nossa língua.

Essa suposta mudança ortográfica é bastante criticada, o que podemos observar no texto “Programa de incentivo ao uso da Língua portuguesa”, onde seu autor diz, claramente, que esse problema se origina da falta de autoconfiança do brasileiro na sua capacidade gramatical e ortográfica.

Todavia, essa questão não só aterroriza o autor, mas também a nós estudantes. Isso porque estaremos mudando uma cultura, além de que, essa reforma ortográfica resulta na exclusão daqueles que sabem e entendem todas as regras da Língua Portuguesa.

Contudo, essa ideia de reforma só será resolvida com a melhoria do ensino, e não com a facilitação da língua escrita.

TEXTO 20:

LÍNGUA PORTUGUESA SIMPLIFICA-LA OU NÃO?

O texto fala que algumas pessoas não têm autoconfiança para escrever, pois desconhecem ou apenas confundem as letras das palavras.

O texto fala que devem mudar a ortografia, pois seria mais fácil para aqueles que têm dificuldades em escrever corretamente. Discordo totalmente do texto, pois iria confundir as pessoas que escrevem corretamente e as pessoas que se intitulam “cultas” não entenderiam nada que está escrito. A frase “Olha co ki maravilha!” confirma o que estou dizendo, pois ninguém entenderia que a frase quer dizer “olha só que maravilha!”.

A língua portuguesa deve continuar do jeito que está porque assim todo mundo entende o que está escrito e a pronúncia vai ser melhor.

TEXTO 21:

PREOCUPAÇÃO INÚTIL

O Brasil já está cheio de problemas sociais, econômicos e políticos. E, como que não bastassem esses parâmetros, alguém ainda cria uma discussão na área cultural: a língua portuguesa. Eis aí mais um motivo, que por sinal é desnecessário, para trazer polêmica aos brasileiros.

É claro que a “deficiência” da ortografia portuguesa é vista em algumas situações de comunicação. Por exemplo, as conversas via internet exigem uma escrita rápida e prática. Neste caso, escrever palavras de maneira diferente (substituindo letras) é um fator comum, desde que não seja aplicada em redações e textos acadêmicos.

Agora, imaginem se isso fosse aceito para qualquer tipo de texto, tanto figurado quanto culto. Suponha que haja reforma ortográfica em toda língua: seria benéfico? Sinceramente não. É inútil, o português se tornaria ridículo e o alfabeto, pobre. É como diz o texto “Programa de incentivo ao uso da língua portuguesa”: “Olha ço ki maravilha!”.

“Em vez de melhorar o ensino, vamos facilitar as coisas”, diz o texto. Ou seja: a forma com que se escreve é mais importante do que os problemas na educação, saúde, violência, tráfico de drogas, corrupção política... Já chega! Deixem o português em paz! Daqui a pouco ela perde as regras e vira um dialeto.

Querem facilitar o conhecimento da escrita? Investem na leitura e no estudo da gramática. Esses sim, são melhores componentes do nosso idioma, disponível à massa da população.

ANÁLISE DO DISCURSO II

TEXTO 22: A REFORMA ORTOGRÁFICA

A língua portuguesa é muito complicada, exige das pessoas uma atenção maior, pois uma vírgula em lugar errado ou uma palavra trocada pode complicar muito.

O Programa de incentivo ao uso da língua portuguesa, diz que: “em vez de melhorar o ensino, vamos facilitar as coisas, afinal, o português é difícil demais mesmo. Para não assustar os poucos que sabem escrever nem deixar mais confusos os que ainda tentam acertar, faremos tudo de forma gradual.”

Muitas pessoas acham que esta é a melhor forma para se facilitar o português, mas na verdade pioraria as coisas, pois essa escrita é muito feia e na maioria das vezes, é um pouco inadequada.

Por mais difícil que seja a língua portuguesa não deveríamos mudar o jeito de escrever, pois nada é fácil, devemos nos dedicar para aprender a escrita formal que é bem melhor do que a nova escrita.

TEXTO 23: REFORMA ORTOGRÁFICA É A SOLUÇÃO?

Os adolescentes hoje estão querendo simplificar a língua portuguesa, modificando e diminuindo as palavras.

O autor do texto “Programa de incentivo ao uso da língua portuguesa” cita o uso desse “novo” português, e além de criticar todas as modificações e erros das palavras, ele questiona se criar uma nova gramática para encaixar essas novas expressões seria a solução, já que os jovens não estão respeitando o português correto.

Entretanto, esse novo português não facilita, aliás, dificulta bem mais do que as nossas gramáticas, fica mais difícil de se fazer uma leitura e de se pronunciar, além de ficar esteticamente mais feio.

Contudo, podemos dizer que o novo português falado pelos jovens só é correto se for uma linguagem informal, na internet ou em cartas para amigos, mas não é necessário adquirir uma nova gramática, pois seria até uma maneira de perder a nossa cultura assim.

TEXTO 24: A LÍNGUA PORTUGUESA

Uma das maiores dificuldades dos brasileiros, é escrever correto. O português pra muitos é uma língua muito complicada.

O texto citado sugere um programa pra simplifica-la, no entanto tantas modificações podem prejudicar a compreensão dos textos.

Como o próprio autor nos mostra neste trecho “todu mundu vai is-kreve sempri çertu i çì intentende muito melio [...] Olia ço ki maravilia!” a mudança ortográfica não é a solução.

Como o autor, eu também não concordo que será mais fácil entender o que o outro escreve com as modificações propostas, aliás com nenhuma mudança, quem tem que mudar são as pessoas quem julgam sábias e não dão a mínima pra língua. É hora delas começarem a ler mais e praticarem a escrita, afinal português não é tão difícil assim!

TEXTO 25:

REFORMA ORTOGRÁFICA: PROBLEMA OU SOLUÇÃO?

Com as constantes mudanças ocorrentes tanto na língua culta, quanto na coloquial hoje, há várias discussões a respeito de erros e acertos de acordo com a gramática ou com a língua falada.

Há quem diga, como o autor do texto apresentado, que não deveria haver uma reforma ortográfica na língua, causando tanto abreviaturas quanto desaparecimento de acentos, pontuação e outros erros ortográficos.

O autor acaba fazendo uma crítica enorme ao dizer que as pessoas irão se entender melhor com essas mudanças, sendo que ele próprio escreve “errado” e ironiza essa mudança ao mesmo tempo.

Esse português simplificado acabaria se tornando mais incompreensível, pois nem todos conseguiriam entender essa mudança e o sentido que ela traz e muitos não têm uma afinidade com esse “tipo de português”.

Não é o português culto que é difícil de ser compreendido ou de ser escrito, falta um maior contato com a leitura e com a língua culta, já que a coloquial já está começando a prevalecer definitivamente.

ANÁLISE DO DISCURSO II

TOPOI E MEMÓRIA DISCURSIVA: PROPOSTA DE ARTICULAÇÃO A PARTIR DE EXEMPLOS DO PRONUNCIAMENTO DE POSSE DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Augusta Porto Avalle (UERJ)
augusta.avalle@gmail.com

INTRODUÇÃO

Neste artigo temos como proposta encontrar uma articulação possível entre a teoria dos *topoi* tal como foi desenvolvida por Anscombe e Ducrot (1995), no contexto da Semântica da Argumentação; e o conceito de memória discursiva, no contexto da Análise do Discurso.

O propósito dessa conversa entre teorias não é novo e já foi desenvolvido por outros autores em estudos anteriores³⁰. Trata-se, portanto, de uma contribuição no sentido de refletir sobre os pontos de contato de teorias, utilizando exemplos de um *corpus* de análise do projeto de dissertação em curso no mestrado em Linguística da UERJ, o pronunciamento de posse de reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A escolha pelo discurso político não é acidental. Ela é justificada pela predominância do uso da argumentação e de procedimentos assentados em *topoi*. Veremos como a dinâmica de naturalização de sentidos e retomada de uma memória discursiva convém ao gênero de discurso de posse.

TOPOS: PIVÔ DA ARGUMENTAÇÃO

Parte-se da tese defendida por Anscombe e Ducrot, de que a língua é essencialmente argumentativa, em direção ao modo como se dá a argumentação, ou seja, o que faz com que um enunciado seja

³⁰ Ver os artigos de Furlanetto: "Semântica, estereótipo e memória discursiva" e "Topoi: Entre a língua e o discurso?".

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

argumento para outro, a “visée argumentative” [orientação argumentativa], segundo denominação de Anscombe e Ducrot (1995, p. 35).

Esses autores defendem que a natureza da relação entre o enunciado e os discursos anteriores e posteriores é inferencial e, portanto, argumentativa, segundo a proposta da Semântica da Argumentação.

Com o fim de caracterizar como se estabelecem as relações de inferência ou argumentação, cabe destacar as noções de operador argumentativo e classe de conclusões (*idem*, p. 35), sucintamente.

Segundo a concepção tradicional de argumentação, à qual se opõem Anscombe e Ducrot, à língua corresponderia o papel de prover os conectivos que indicariam as relações argumentativas.

No nível da frase, encontramos instruções que indicam geralmente um conjunto possível de conclusões — a classe de conclusões, segundo Anscombe (1995, p. 35). Exemplificando com uma frase retirada do discurso de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva:

“O Brasil mudou.”

Pode-se pensar em dois encadeamentos que levam a conclusões distintas:

(1) O Brasil mudou: está pior agora.

(2) O Brasil mudou: está melhor.

Claro está que apenas uma das conclusões foi visada. Tratando-se de um discurso de um presidente reeleito que busca a legitimação do seu poder, nada mais pertinente do que enaltecer as mudanças positivas realizadas em sua primeira gestão.

Anscombe (1995, p. 36) salienta que os operadores argumentativos são morfemas que transformam as classes de conclusões vinculadas às frases, ainda que não haja diferença entre o conteúdo expresso por elas. Ora, ainda assim não se determinam os princípios utilizados para que a argumentação se efetue. Retornando ao exemplo

ANÁLISE DO DISCURSO II

anterior, com o acréscimo dos operadores ‘pouco’ e ‘um pouco’³¹, poderíamos ter:

(3) O Brasil mudou pouco.

(4) O Brasil mudou um pouco.

Um conjunto de enunciados pode resultar como conclusões explícitas de (3), ao serem encadeados conectivos conclusivos como ‘portanto’ e sinônimos; ou implicitamente, como, por exemplo, se dissermos a seguir: “Ainda há muito a ser feito”; “Continuamos cordiais e hospitaleiros”; “Foi o suficiente” etc.

Essas mesmas conclusões poderiam ser encadeadas à frase (4), o que faz emergir o problema da insuficiência da noção de operador argumentativo, já que este não dá conta da interpretação de todas as classes de conclusões. Isto é, a relação argumentativa do tipo binária, na qual a passagem do argumento para a conclusão (explícita ou não) era de algum modo direta, é ineficaz para explicar numerosos casos onde esse encaminhamento³² argumento-conclusão não conduzia a um ponto de chegada único, mas sim, valendo-se de uma metáfora mais apropriada, a uma encruzilhada.

Ducrot (1989) chama atenção para as diferentes situações de discurso forjadas pelas conclusões distintas encadeadas ao enunciado (3), voltando ao exemplo dado. Se é considerado que o Brasil deve almejar o progresso e que para tanto deve passar por muitas mudanças, pois se encontra numa situação de atraso, temos como conclusão possível para (3): “Ainda há muito a ser feito”. Por outro lado, em outro pano de fundo ideológico, a mudança pode ser algo não desejável, que alteraria a essência positiva do país. Assim, mobilizada a crença de que a mudança corromperia bons valores, tem-se a conclusão de que quanto menos houver mudança, melhor será: “Continuamos cordiais e hospitaleiros”.

De todos os modos, cabe ressaltar que tanto a ideia de que o Brasil deva mudar muito e a que deva mudar pouco estão presentes

³¹ Ducrot (1991) estuda esses operadores na língua francesa, “peu” e “un peu”, no capítulo 7 de *Dire et ne pas dire: Principes de sémantique linguistique*. Após estudá-los, afirma que a introdução desses operadores não acarreta mudanças no conteúdo expresso pelas frases.

³² No original “cheminement” (Anscombe, 1995, p. 38).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

em nosso “universo de crenças” (Ducrot, 1989, p. 22) e serão atualizadas em determinados discursos.

Ora, pode-se levantar a pergunta: O que faz com que mobilizemos tais crenças e cheguemos à uma conclusão dentre as possíveis numa situação de discurso?

Para respondê-la será necessário recorrer à teoria dos *topoi*. Retomamos a afirmação de Anscombe (1995, p. 38): “Diante de uma enunciação, o locutor fornece as indicações sobre o caminho que escolheu, e o interpretante tenta reconstruir um itinerário a partir das indicações dadas.”³³. Os *topoi* correspondem a essas indicações.

O conceito de *topos* surge em Aristóteles³⁴, mas neste trabalho nos detemos à definição de Anscombe (1995). Para o autor, os *topoi* são princípios aceitos por uma comunidade mais ou menos ampla, ou em certos casos apenas pelo locutor e destinatário, que permitem desencadear a argumentação.

Por serem apresentados como tendo “força de lei”, “evidentes”, é que são muito utilizados por políticos, afeitos a lugares-comuns discursivos veiculadores de ideologias e agradáveis a uma plateia que partilha um conjunto de crenças atualizadas em *topoi* particulares.

O *topos* é, para Ducrot (1989, p. 24), “um princípio argumentativo” que possui três propriedades: universalidade, generalidade e gradualidade.

O caráter universal diz respeito ao fato de que uma comunidade linguística deve partilhar o *topos* requisitado por quem realiza o ato de argumentação, ainda que sejam apenas o enunciador e o destinatário. Ducrot (1989, p. 25) frisa, de maneira pertinente, que a universalidade é “simplesmente suposta, pretendida”, uma vez que é “possível apoiar-se em princípios que, na realidade, se é o único a reconhecer, ou mesmo que não se admite. Mas desde que se os utili-

³³ Tradução minha. No original: “Lors d’une énonciation, le locuteur donne des indications sur le chemin qu’il a choisi, et l’interprétant tente de reconstruire un itinéraire à partir des indications fournies.”

³⁴ Para Aristóteles, o *topos* é um esquema que formaliza e, portanto, gera as argumentações concretas. (Maingueneau, 2002, p. 578).

ANÁLISE DO DISCURSO II

za em vista de uma conclusão, faz-se como se eles fossem partilhados”. (*Idem*, p. 25).

No discurso de posse do presidente Lula, encontramos exemplos que, embora seja leviano afirmar que os *topoi* convocados não sejam reconhecidos ou admitidos pelo presidente como sujeito empírico, percebe-se uma clara orientação a uma crença partilhada principalmente pelos eleitores da esquerda no Brasil:

“Temos de construir consensos que não eliminem nossas diferenças”.

“Precisamos de um sistema político capaz de dar conta da rica diversidade de nossa vida social”.

“Nossas instituições têm de ser mais permeáveis à voz das ruas”.

Nesses enunciados, o pano de fundo ideológico comum permite a partilha dos *topoi* da justiça social e da convivência com as diferenças. São princípios bastante reivindicados pela esquerda de um modo geral e particularmente no caso brasileiro, devido à notória desigualdade social do país. A universalidade dessa crença está estreitamente relacionada ao princípio da generalidade.

Ora, é de se crer que a justiça social seja válida não só no Brasil, mas também em outros países que apresentem condições análogas e ela ainda não seja uma realidade. É algo que parece supostamente evidente, mas que, no entanto, não é sustentado pela lógica racional. Sobre a aparência de obviedade, Ducrot (1989, p. 25) afirma que a argumentação baseada nos *topoi* “ostenta uma pretensão à banalidade”.

É coerente que esse procedimento, ao menos em sistemas democráticos, seja o preferido dos políticos em seus discursos, já que para conquistarem credibilidade necessitam do respaldo de consensos, algo acima deles, que paira absoluto, dito anteriormente; para mobilizar uma memória discursiva (veremos adiante) da comunidade linguística que participa.

Por último, o caráter gradual dos *topoi* está relacionado ao fato de que o pensamento argumentativo não se funda sobre o raciocínio lógico, mas sim em dados culturais e ideológicos.

Os *topoi* são graduais porque colocam em relação duas escalas, cada uma equivalendo a um predicado que intervém como argu-

mento e outro que é utilizado no *topos*. A variação de um determina a do outro. Vejamos com os exemplos utilizados no princípio da universalidade.

Aplicando a gradação, é cabível dizer que quanto mais consensos, mais capaz for o governo de criar um sistema político que dê conta da diversidade e quanto maior for a permeabilidade das instituições à voz das ruas, maior será a justiça social e melhor a convivência com as diferenças. Vale insistir que essa gradação é inconcebível do ponto de vista lógico, mas perfeitamente possível no processo argumentativo, cujo princípio desencadeador de sentido é o *topos*.

Ducrot (1989, p. 32) ressalta que se os predicados não estivessem em uma relação gradual, um poderia ser considerado mera implicação do outro, o que resultaria em absurdo lógico facilmente refutável, no entanto.

Em um trecho do discurso de Lula há a seguinte afirmação:

“Um país cresce quando é capaz de absorver conhecimentos”.

A gradação dos *topoi* indica que quanto mais absorver conhecimento, maior será o crescimento do país. Se não houvesse relação gradual entre os predicados ‘conhecimento’ e ‘crescimento’, no caso de que se estabelecesse uma relação de implicação direta entre eles, seria possível concluir que o crescimento de um país estaria atrelado única e exclusivamente à conquista do conhecimento. Uma vez satisfeita essa demanda, pela lógica da generalidade, todo país em situação análoga poderia crescer.

No entanto, por mais que pareça um princípio “óbvio” e banal relacionar conhecimento com crescimento, pode ser refutado com a afirmação: “Muitos países cresceram mesmo absorvendo poucos conhecimentos”. O *topos* mobilizado nessa refutação é o que relaciona o baixo crescimento de um país com o pouco conhecimento absorvido. Conclui-se que apesar de terem absorvido pouco conhecimentos (frustrando a expectativa gerada pelo *topos* que relaciona o alto conhecimento com o crescimento) o país cresceu.

Assim se vê que a cada *topos* gradual mobilizado correspondem duas formas tópicas possíveis. No caso descrito acima: o *topos* que relaciona o maior crescimento do país ao maior conhecimento

ANÁLISE DO DISCURSO II

adquirido; e o *topos* equivalente que liga o baixo crescimento ao pouco conhecimento absorvido.

Anscombe (1995, p. 45) considera o caráter gradual do *topos* fundamental para a argumentação, o que explica a existência de argumentos mais fortes do que outros para que se chegue a uma certa conclusão pretendida.

Ainda sobre esse aspecto da gradação, Anscombe aponta que os *topoi* não se encontram apenas ao nível dos encadeamentos discursivos, mas também ao nível dos itens lexicais. O sentido de um item lexical é determinado pelo *topos* vinculado a ele na enunciação. Logo, se os *topoi* não fossem graduais, o sentido seria estanque, sempre o mesmo independente da situação de discurso e contexto.

Em outras palavras, pode-se dizer que os itens lexicais possuem uma memória ou um conjunto de *topoi* a ele associados. O fato de um *topos* ser mobilizado em determinada enunciação e não outro, demonstra que um sentido foi privilegiado tendo em vista um processo argumentativo. Os *topoi* esquecidos, no entanto, permanecem na memória.

Na seção seguinte propõe-se uma conversa teórica entre a noção de *topos* e o conceito de memória discursiva no contexto da Análise do Discurso francesa (doravante AD).

MEMÓRIA DISCURSIVA

Salientamos a importância das definições das noções de discurso, enunciado e enunciação para Anscombe e Ducrot no âmbito de seus estudos sobre Semântica da Argumentação.

Voltando-se para o contexto da AD, ratificamos o papel vital da dupla conceitual enunciado e enunciação, na medida em que esta disciplina ou campo teórico ocupa-se do sentido como resultado de uma interpretação complexa que inclui circunstâncias e contextualizantes, determinados na enunciação. A AD interessa-se pelo sentido e não pela significação, assim como destacou Anscombe a respeito do objeto de estudo dos semanticistas.

Retomando a ideia de que a língua não é apenas representação do mundo nem referência de uma realidade, e sim uma língua-discurso, que remete e dialoga com enunciados e discursos anteriores, aproxima-se da hipótese de que por trás das palavras não há objetos do mundo, mas outras palavras. Sobre essa perspectiva, Orlandi (1992, p. 81) observa que: “Toda palavra, para significar, tira seu sentido de formulações que se sedimentam historicamente. Toda palavra refere ao discurso no qual significa ou significou. Dito de forma mais incisiva: toda palavra é atestação do interdiscurso”.

Aproveitando o gancho do interdiscurso, ancoremos à memória discursiva, segundo Pêcheux (1999, p. 52), “aquilo que face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (...), os pré-construídos, elementos citados e relatados (...) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.”

A memória discursiva pode ser entendida como interdiscurso e, por sua vez, com a noção de *topos*, no sentido de um saber discursivo que possibilita que as palavras façam sentido.

É pertinente descrever, ainda que sinteticamente, o raciocínio que vincula os conceitos de memória discursiva e interdiscurso no contexto da AD para que se fundamente uma interlocução possível com a teoria dos *topoi* no seio da Semântica da Argumentação.

Antes de realizar essa reflexão, enfatiza-se que essa proposta de conversa teórica tem como ponto de partida efetuar um deslocamento em relação a uma perspectiva de língua-sistema, descrição gramatical hermética. Ao contrário, acena-se para uma preocupação com o assistemático da língua, o que foi marginalizado nos estudos saussurianos e revisto na maioria dos estudos posteriores, nos quais se insere este artigo.

Ao postularmos que todo discurso é regulado por seu interdiscurso, exterior a ele, pois representa um dito anteriormente, em outro lugar, independentemente, dizemos que o sujeito não é fonte do seu dizer, embora tenha essa crença de autonomia em relação ao dito.

O interdiscurso possui como elemento constitutivo o preconstruído — o já dito, com aparência de universal. O preconstruído pode

ANÁLISE DO DISCURSO II

ser entendido como o implícito de um discurso que é explícito em outro.

Os já-ditos esquecidos constituem a memória discursiva. Para Orlandi (2006), é graças a essa impressão de já-dito que se estabelece o sentido e sua manutenção, o que garante a historicidade do dizer: “Chamamos de efeito de preconstruído, a impressão do sentido lá que deriva do já-dito, do interdiscurso e que faz com que ao dizer já haja um efeito de já dito sustentando todo o dizer” (Orlandi, 2006, p. 18).

A partir da repetição de uma palavra ou sequência discursiva nas diversas formulações possíveis em diferentes circunstâncias de enunciação, dá-se a regularização de sentido, uma memória impregnada e muitas vezes desconhecida pelo falante, mas entrevista pelo analista do discurso nas paráfrases e sinonímias (Achard, 1990). É por isso, sublinha Orlandi (2006, p. 22), “que não temos o controle de como os sentidos se formam em nós, sujeitos”.

Exemplificamos a questão, tomando como base nosso *corpus* de pesquisa. Se um presidente em seu pronunciamento utiliza a palavra povo, esse sujeito falante não tem ciência total da memória impregnada nessa palavra, pois não pode conhecer todas as formulações já realizadas que fizeram com que esse “povo” significasse de maneira distinta em diferentes condições de produção. No entanto, por meio de certa verossimilhança, traça-se uma comparação entre o “povo” proferido pelo presidente e outros “povos” já ditos e esquecidos, mas que constituem o interdiscurso presente no “povo” do pronunciamento.

Desse modo, a memória discursiva, da ordem exterior, do interdiscurso, ou seja, da constituição própria do dizer, faz-se presente na enunciação por meio de representações, formulações possíveis a partir da heterogeneidade enunciativa.

TOPOI E MEMÓRIA DISCURSIVA NO PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE LULA

Apresentamos, nesta seção, alguns fragmentos do discurso de posse da reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2006.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Trata-se de enunciados que carregam *topoi* desencadeadores da argumentação:

“Para diminuir a desigualdade entre as pessoas, a alavanca básica é a educação”.

“A educação é um instrumento de libertação, que o acesso à cultura propicia”.

“Para que o Brasil tenha uma educação verdadeiramente de qualidade, serão necessários professores bem remunerados, com sólida formação profissional, condições adequadas de trabalho e permanente atualização”.

“O fortalecimento de nosso sistema democrático dará nova qualidade à presença do Brasil na cena mundial”.

Os dois primeiros enunciados relacionam a educação à justiça social e à conquista de uma independência (libertação). Os *topoi* relacionados a essa argumentação são aqueles que mobilizam a crença de que a educação é fundamental para o desenvolvimento da sociedade e da cidadania.

É compreensível crer que esses *topoi* façam parte de um consenso na sociedade brasileira, particularmente. Isso se deve não somente à constatação da realidade empírica do país e de seus índices pouco favoráveis à educação, como também aos diversos discursos anteriores em circulação, principalmente entre partidários da esquerda brasileira, no que se refere à necessidade de investimentos no setor educacional.

A partir da natureza universal e geral desse *topos* convocado anteriormente, passamos ao terceiro enunciado, que apresenta argumentação análoga. Nesse caso, o *topos* requisitado é o que articula a educação de qualidade com a boa formação e condições dignas de trabalho para os professores.

Uma vez mais, atualiza-se um lugar-comum tão banal na sociedade brasileira em geral que é o da baixa remuneração, da má formação e das condições precárias de trabalho dos profissionais da educação. Essa crença foi sedimentada no imaginário brasileiro devido a processos históricos que determinaram uma desvalorização social do professor.

Atrelada a essa crença, a argumentação faz sentido se pensarmos na memória discursiva atribuída intuitivamente à esquerda: a

ANÁLISE DO DISCURSO II

de salvaguarda das questões sociais e dos direitos dos trabalhadores. Além do mais, a educação representa uma das bandeiras sociais levantadas tradicionalmente pela comunidade discursiva da esquerda no Brasil.

O último enunciado selecionado traz como sopro argumentativo o *topos* que valida um regime democrático forte como fator para o reconhecimento e credibilidade do país frente a outras nações.

Nesse caso, o pano de fundo ideológico autoriza o estabelecimento do implícito que torna possível a leitura de que o Brasil ainda não possui instituições democráticas sólidas devido a sua trajetória de governos ditatoriais e o histórico recente de eleições diretas para o governo.

O presidente coloca-se como responsável pelo “necessário” fortalecimento do regime democrático e promotor da inserção do país na nova ordem mundial. O que fundamenta essa conclusão é a crença de que o país necessita ganhar destaque na conjuntura internacional, abandonando seu papel marginal, de periferia terceiro-mundista — presentes na memória discursiva partilhada por grande parte dos eleitores e não eleitores do presidente.

Esses enunciados são apenas ilustrativos dos procedimentos utilizados para argumentação com base em *topoi*. Eles constituem, no conjunto da enunciação presidencial, uma dinâmica consistente de naturalização de sentidos importantes para manutenção ou veículo de ideologias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de realizar uma aproximação entre a teoria dos *topoi* e a noção de memória discursiva para a AD teve como objetivo demonstrar que, embora a articulação não signifique acordo total entre dois campos teóricos, existem pontos de convergência importantes no que diz respeito à questão do sentido nos discursos argumentativos.

Volta-se o foco para o enunciado como representação da enunciação. A partir da observação do enunciado é que se interpretam os sentidos que não são dados inteiramente pela significação — estru-

tura linguística profunda. A defesa da língua-discurso vincula-se a sua historicidade e a seus enunciadores, sujeitos criados no e pelo discurso.

A argumentatividade natural da língua deriva justamente do fato que ela é posta em prática por sujeitos, ou seja, tem um uso social e, portanto, intencionalidade. Não é mera informação dos objetos do mundo, e quando aparente ser apenas isso, uma análise que leva em conta as condições de produção da fala revela que essa informação presta-se a algum propósito requerido pela situação de discurso e pelo contexto.

Nos exemplos selecionados, vimos como os *topoi* podem estar relacionados aos interdiscursos, à memória discursiva partilhada por uma determinada comunidade linguística. O *topos* é comparável ao implícito do processo argumentativo, que permite que seja feita uma leitura orientada a uma conclusão pretendida.

Na enunciação do presidente Lula, percebe-se a utilização do procedimento argumentativo por tratar-se de um discurso político voltado para o estabelecimento de laços de sentimento nacional, de credibilidade e legitimação do poder. É, portanto, apropriado que se atualize da memória discursiva da esquerda, os lugares-comuns relacionados ao país, regularizando sentidos já ditos anteriormente, sob a forma de *topoi* com “força de lei”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHARD, Pierre *et alii*. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.
- ANSCOMBRE, Jean-Claude. *Théorie des topoi*. Paris: Kimé, 1995.
- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: *Cadernos de Estudos da Linguagem*, vol. 19, p. 25-42, 1990.
- BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. Madrid: SigloVeintiuno, 1992.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dictionnaire d'Analyse du discours*. Paris: Du Seuil, 2002.

ANÁLISE DO DISCURSO II

DUCROT, Oswald. Argumentação e ‘Topoi’ Argumentativos. **In:** GUIMARÃES, Eduardo (org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.

———. *Dire et ne pas dire: Principes de sémantique linguistique*. Hermann Éditeurs des Sciences et des Arts, 1991.

FURLANETTO, M. Semântica, estereótipo e memória discursiva. Disponível em:

http://bocc.ubi.pt/pag/furlanetto-marta_memoria_discursiva.html.

Acessado em: 11 de janeiro de 2008.

———. *Topoi: entra a língua e o discurso?* Disponível em: http://br.geocities.com/agatha_7031/topoi.html. Acessado em: 14 de janeiro de 2008.

ORLANDI, Eni P. (org.). *Introdução às Ciências de Linguagem — Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. **In:** ACHARD, Pierre *et alii*. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999, p. 49-57.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Discurso de posse. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/noticias/destaques/arquivos/Discurso_posseLula/view?searchterm=discurso%20de%20posse. Acessado em: 04 de julho de 2007.